

Maria Francineila Pinheiro dos Santos

PARA ONDE SOPRAM OS VENTOS:
políticas públicas de turismo no Grande Pirambu/Fortaleza/CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica e Reestruturação do Território.

Orientadora:
Prof^a Dr^a. Rita de Cássia da C. Gomes.

Natal/RN
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

A dissertação **PARA ONDE SOPRAM OS VENTOS**: políticas públicas de turismo no Grande Pirambu/Fortaleza/CE, apresentada por Maria Francineila Pinheiro dos Santos, foi aprovada e aceita como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Rita de Cássia da Conceição Gomes – Presidente
(Departamento de Geografia – UFRN)

Prof^a Dr^a. Maria Aparecida Pontes da Fonseca – Membro
(Departamento de Geografia – UFRN)

Prof^o Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas – Membro
(Departamento de Geografia – UFC)

Natal/RN, ____/____/____

DEDICATÓRIA

*À minha mãe, **Aldeiza Pinheiro**, pelo seu
apoio incondicional e sua realização
por meio de minhas conquistas.*

AGRADECIMENTOS

No decorrer dessa pesquisa, compartilhamos com o apoio e com a ajuda de muitas pessoas, companheiros de um trabalho que agora entregamos à comunidade. A estas pessoas, apresentamos nossos agradecimentos, que não se encerra nas palavras expostas, mas permanece nos contínuos laços de amizade e admiração.

Inicialmente agradecemos a minha família, em especial ao meu irmão Francieles pela sua inestimável ajuda e amizade.

Agradecemos à professora Rita pela confiança, pela maestria e pelo empenho dedicado ao direcionamento e desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores Aldo, Beatriz, Cestaro, Diodato e Márcio pelas suas contribuições no decorrer das disciplinas cursadas.

Aos professores José Lacerda e Maria Pontes, pelas suas indispensáveis colocações na Banca de Qualificação, as quais nos ajudaram a amadurecer os caminhos de nossa investigação científica.

Ao professor José Borzacchiello da Silva pela sua orientação no estágio à docência e pela sua inestimável ajuda e apoio constante.

À Josélia pela força e amizade a mim dispensada com muita firmeza e alegria.

A todos os colegas do Mestrado e em especial à Auxiliadora, Aribério, Francisca, José, Lindemberg, Marlene, Mônica, Raimundo, Renato e Rivaldo, por sua amizade e apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos, Ana Leda, César, Esmeraldina, Edcarlos, Rosa, Ray, Sérgio e Verônica, pela acolhida, amizade e partilha durante a minha estadia em Natal.

Ao Fábio, Jercesan e Mairla por ter-nos acompanhado nos trabalhos de campo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de estudo.

Por fim, a todos os atores sociais, esteios desta pesquisa, o nosso obrigado especial pela gentileza dispensada e as informações preciosas, nos ajudando a realizar uma análise das transformações no território do Grande Pirambu.

RESUMO

“PARA ONDE SOPRAM OS VENTOS” metáfora utilizada para indicar o direcionamento de políticas públicas de turismo para a zona oeste de Fortaleza, contrariando a direção para onde até então estas políticas públicas eram atraídas, para a zona leste. Nesse contexto, o presente trabalho analisa as políticas públicas implementadas no Grande Pirambu, assim como os processos de desterritorialização e reterritorialização desencadeados pelo programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste. No intuito de apreender as mudanças sociais que se desenrolam na área em questão, optamos por procedimentos metodológicos que privilegiem as entrevistas com os diversos atores sociais – reassentados, indenizados, barraqueiros, moradores e pescadores -. A análise das políticas públicas direcionadas para o Grande Pirambu, infere que a mesma responde à tentativa de requalificação urbana da área, fruto das novas exigências impostas pela atividade turística desenvolvida em Fortaleza, ansiosa para incorporar a área à dinâmica turística da cidade. No entanto, a implantação do Projeto Costa Oeste não vem ocorrendo de forma passiva, pelo contrário, desde o início, o mesmo tem propiciado polêmicas e discussões, acirrando disputas políticas entre o poder público municipal e estadual, acarretando prejuízos aos cofres públicos, ao desenvolvimento turístico da cidade, e principalmente aos moradores do Grande Pirambu, inquietos e angustiados, com a construção do referido projeto que se arrasta há quatro anos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Turismo. Território. Desterritorialização. Reterritorialização.

ABSTRACT

“PARA ONDE SOPRAM OS VENTOS”, metaphor used to indicate tourism public politicsway to the west zone of Fortaleza, against the direction where until now this public politics was targeted, to the east zone. This context, analyse the public politics implemented in the Grande Pirambu, so like the processes of nonterritorialization and reterritorialization unchain by the program os settlement and indemnification of the Projeto Costa Oeste. Aim to learn the transformations that unroll in the studied área, based in proceeding methodologic that privileged the interviews with many social actors – resettled, indemnificators, intirenants, livers and fishermen. The public politics analyzes run to the Grande Pirambu infer that the same answer at trying of urban requalification of the área, object of the new exigence pretender by the touristics activities developed in Fortaleza, wish to incorporate this área at the turistics dynamic of the city. However, the implementation of the Projeto Costa Oeste do not occurring in calm way, by opposite sence the beginning, the same has been propitiated polemics and discussions, stired up about public politics between the municipa and state power, to bring about injury in the public coffers, to the developing turismo f the city and, mainly to the living around Grande Pirambu, unquiet and sad with the buildings of the referring project that there is running for four years.

KEY – WORDS: Public Politics. Tourism. Territory. Nonterritorialization. Reterritorialization.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	13
1 O GRANDE PIRAMBU NO CONTEXTO URBANO DE FORTALEZA/CE	19
1.1 Formação do Grande Pirambu: lutas e construções	20
1.2 Políticas Públicas no Grande Pirambu	40
2 O LITORAL FORTALEZENSE	62
2.1 Produção e Valorização dos Espaços Litorâneos de Fortaleza/CE	63
2.2 A Atividade Turística em Fortaleza/CE	74
3 DIÁLOGANDO COM A POPULAÇÃO LOCAL	104
3.1 Desterritorialização e reterritorialização no Grande Pirambu	105
3.2 Projeto Costa Oeste: conquistas ou desafios?	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE	154
ANEXOS	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza
CEART	Central de Artesanato do Ceará
CEP	Código de Endereçamento Postal
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa Científica
COEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COHAB-CE	Companhia de Habitação do Ceará
COMHAB	Companhia de Habitação de Fortaleza
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPDOC	Centro de Documentação do Pirambu
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IAB-CE	Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção Ceará
IAPI	Instituto dos Aposentados Industriários
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INACE	Indústria Naval Cearense
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IJPNS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
MDVGA	Associação do Movimento em Defesa da Vida dos Moradores das Goiabeiras e Adjacências
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEA	População Economicamente Ativa
PLANDIRF	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de

	Fortaleza
PIB	Produto Interno Bruto
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRODETURIS/CE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará
PRODETUR/CE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PSDB	Partido Socialista Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RVC	Rede de Viação Cearense
SANEFOR	Programa de Infra-Estrutura Básica de Saneamento de Fortaleza
SDLR	Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional
SEINFRA	Secretaria de Infra Estrutura do Ceará
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SER I	Secretaria Executiva Regional I
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUR/CE	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFC	Universidade Federal do Ceará
Uhs	Unidades de Hospedagem

LISTA DE FIGURAS

	Páginas
1 Porto das Jangadas.	23
2 Praia do Arpoador (Pirambu); Casas de taipa no Pirambu	24
3 Rua dotada de infra-estrutura básica; Rua com inexistência de infra-estrutura	31
4 Habitações precárias (Pirambu); Barracos na faixa de praia do Cristo Redentor	34
5 Poluição na faixa de praia; Barracos e lixo na praia	38
6 Praça do Pólo de Lazer da Barra do Ceará; O píer de três quilômetros	45
7 Zona de berma com 6 metros; Zona de berma com 3 metros	50
8 Retirada de areia no local destinado ao porto das jangadas	51
9 Desnível nas residências na cota superior da Avenida	52
10 Trechos da Avenida Costa Oeste destruída pela maré	53
11 Mural na Avenida Costa Oeste; Mural no colégio público	58
12 Trechos selecionados do vídeo “Nova Beira Mar”	59
13 Compartimentação do litoral fortalezense em três zonas	64
14 Passeio Público	65
15 O litoral cearense e suas regiões turísticas	79
16 Zona oeste de Fortaleza	92
17 Área central de Fortaleza	94
18 Zona leste de Fortaleza	99
19 Croqui dos apartamentos do Projeto Costa Oeste	107
20 Instalação de novas barracas semanas depois das removidas	111
21 Habitação da vizinhança do Conjunto Tropical	114
22 Pequeno santuário no muro que deveria ser aberto para dar acesso a rua	115
23 Estabelecimento construído no Conjunto Graça Aranha	116
24 Terreno e Fábrica vizinha ao Conjunto Graça Aranha	118
25 Casa a ser indenizada pelo Projeto Costa Oeste	122
26 Casa no meio do percurso da Avenida Costa Oeste	123
27 As barracas atuais; O esboço cartográfico das futuras barracas	131
28 Fragmentos do primeiro trecho da Avenida Costa Oeste	134
29 Casas e terrenos com placas de venda ao longo da Avenida Costa Oeste	136
30 O paredão e as jangadas em cima da avenida Costa Oeste	138
31 Local destinado para o galpão dos pescadores ocupado pela CAGECE	139

32	Croqui do galpão dos pescadores	139
33	Croqui dos quiosques para venda de peixes	140
34	Galpão construído pelos pescadores	140

LISTA DE GRÁFICOS

	Páginas	
1	Índice de Desenvolvimento Humano de alguns bairros de Fortaleza	39
2	Evolução do esgotamento sanitário nos bairros do Grande Pirambu – 1997/2001	41
3	Situação do esgoto na faixa de praia dos bairros do Grande Pirambu	42
4	Situação do esgoto no primeiro trecho da Avenida Costa Oeste – Grande Pirambu	43
5	Oferta hoteleira nas capitais do Nordeste	82
6	Mercados emissores nacionais e internacionais para o Ceará – 2004	85
7	Mercados emissores internacionais para o Ceará – 2002/2004	88

LISTA DE MAPAS

	Páginas	
1	Área de estudo – Grande Pirambu/ Fortaleza/CE	14
2	Os três trechos da Avenida Costa Oeste – Grande Pirambu	47
3	Vias litorâneas de Fortaleza/CE	57
4	Divisão do litoral fortalezense em <i>clusters</i>	90
5	Conjuntos de reassentamento do Projeto Costa Oeste	106

LISTA DE QUADROS

1	Vôos internacionais regulares e <i>charters</i>	88
---	---	----

LISTA DE TABELAS

	Páginas
1 Renda dos chefes de famílias do Grande Pirambu (em Salários Mínimos)	33
2 Grande Pirambu: conjuntos habitacionais em mutirão	35
3 Grande Pirambu: infra-estrutura por bairro – esgotamento sanitário (m ³)	36
4 Grande Pirambu: infra-estrutura por bairro – acesso à água (domicílios)	37
5 Grande Pirambu: infra-estrutura por bairro – destino do lixo (toneladas)	37
6 Resultados das medianas de coliformes fecais das praias de Fortaleza	71
7 Resultados da atividade turística	84
8 Principais municípios visitados pelos turistas que ingressaram no Ceará – 2004	87

INTRODUÇÃO

A nossa opção em trilharmos os caminhos da construção do espaço do Grande Pirambu nasceu das discussões realizadas no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), aguçando nossa curiosidade de pesquisadora em vislumbrar um olhar sobre um espaço diferenciado daquele vivido até então por mim (do ponto de vista social), transformando-se em desafio a seguir.

A denominação Grande Pirambu foi dada ao conjunto composto pelos bairros Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu, localizados na zona oeste de Fortaleza, numa região de praias e dunas (Mapa 1). Tal denominação foi dada no referido laboratório, durante a pesquisa realizada na área, intitulada, “A Gestão do Saneamento em Fortaleza – O Caso do Projeto Sanear”, sob a coordenação da Professora Dr^a Maria Salete de Souza, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), no período de 1999 a 2003, dando materialidade ao nome, que em alguns momentos já havia sido estabelecido pela imprensa local.

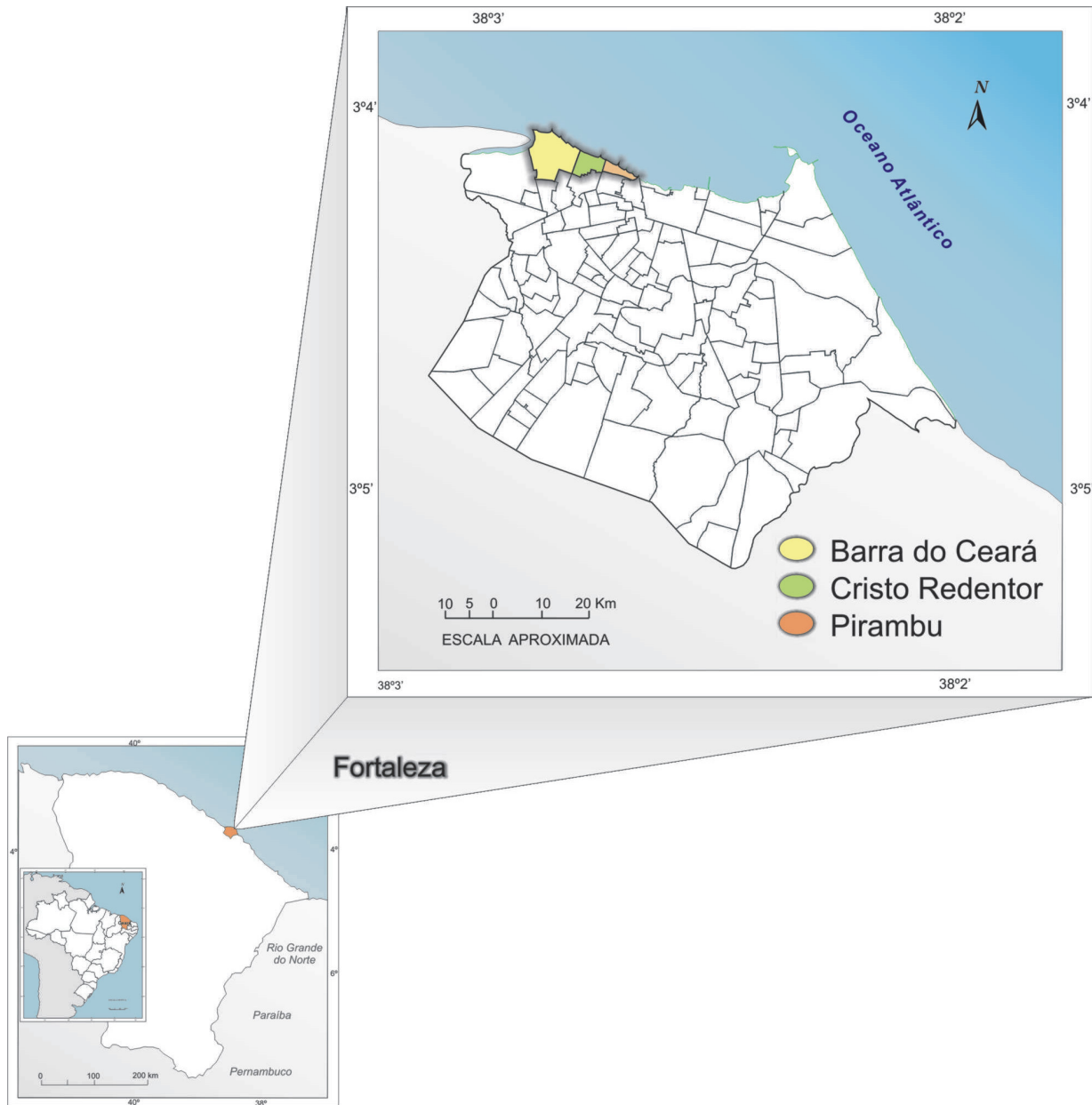
Desvendar a construção do espaço do Grande Pirambu não foi algo fácil, pois se trata de um espaço complexo, porém surpreendente, cheio de novas descobertas e acontecimentos; principalmente, no que se refere à história de luta, resistência e sobrevivência dessa população que não se deixa abater pelas inúmeras dificuldades impostas a ela.

O Grande Pirambu deve ser analisado enquanto espaço fragmentado, com diversos territórios. Para suprir as nossas necessidades de ordem conceitual optamos pela compreensão de Gomes, no seu estudo sobre o turismo em Ponta Negra, quando assinala que

[...] a qualificação do espaço pelo trabalho resulta no território. Isto é, a construção do território se dá num quadro de relações representadas pela exploração, dominação e apropriação. São relações de poder, que por sua vez, estão atreladas a um aspecto fundamental, que é o modo de produção. Ou seja, o território é uma produção social historicamente determinada que resulta de um processo de apropriação de uma dada porção do globo terrestre (GOMES, 1999, p. 21).

Partindo dessa compreensão, podemos afirmar que o Grande Pirambu expressa um território bem configurado, que foi apropriado. Portanto, socialmente e historicamente construído por diferentes atores sociais. Dentre os atores sociais, podemos destacar os

pescadores, os imigrantes, os representantes das associações de bairro e os moradores em geral.



ORGANIZAÇÃO: Francineila Pinheiro.
CARTOGRAFIA: Josué Alencar Bezerra, 2005.
FONTE: SEINFRA, 2001.

Mapa 1: Área de estudo – Grande Pirambu/ Fortaleza/CE.

Andrade (1998, p. 214), ao tecer considerações sobre os atores sociais envolvidos na construção do território, destaca que “a formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”.

Assim, o processo histórico da construção do espaço aqui denominado de Grande Pirambu, caracteriza-se inicialmente pelos territórios dos pescadores, dos imigrantes e da classe pobre da cidade. O que na atualidade vêm sendo posto em xeque, tendo em vista os “ventos que sopram”, isto é, as políticas públicas de turismo para a zona oeste de Fortaleza, visando a requalificação urbana da área e sua inserção à dinâmica turística da cidade. Entendemos requalificação urbana como a mudança no tipo de uso do solo urbano de uma determinada área.

As políticas públicas são consideradas instrumentos fundamentais no processo de transformação do Grande Pirambu, o qual vem sendo realizado por meio da requalificação urbana propiciada pelos processos de desterritorialização e reterritorialização presentes na área.

Côrrea (1998) ao analisar os processos de desterritorialização e reterritorialização propiciados pela instalação da fábrica Souza Cruz, associa estes processos, respectivamente, “[...] a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”, e a “[...] “criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um novo território que contém, entretanto, parcela das características do velho território” (p. 252. Grifo do autor).

Nestes termos, apontamos tais processos como anunciadores da dialética de transformação do território em discussão, pois na atualidade dá-se a construção de um novo território com vistas ao turismo, baseado na destruição e/ou transformação do existente até então.

Assim, calcamos nossa análise nas políticas públicas implantadas no Grande Pirambu e nos processos de desterritorialização e reterritorialização desencadeados pelo programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste, os quais suscitam a transformação do território apropriado.

Tendo como objetivo analisar as políticas públicas implantadas no Grande Pirambu e investigar os processos desencadeados pelas mesmas, tais como: desterritorialização, reterritorialização e conseqüentemente a requalificação urbana da área, adotamos como procedimento metodológico básico as análises quantitativa e qualitativa, no intuito de

aprender a realidade e elucidar o significado do modo de agir e de pensar dos atores sociais que se oculta e se revelam nas estruturas sociais.

Desse modo, foram considerados os atores sociais envolvidos no processo de desterritorialização e reterritorialização desencadeado no Grande Pirambu: os moradores que habitam a faixa de praia, os pescadores, os barraqueiros, os reassentados e os indenizados do Projeto Costa Oeste.

Realizamos leituras pertinentes aos diversos temas desenvolvidos, e buscamos jornais e documentos de instituições públicas. Consultamos dados secundários disponibilizados pelos órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR), Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (Setur/CE). Desenvolvemos pesquisa empírica englobando, no primeiro momento (em 2002) a aplicação de 56 formulários. E no segundo momento (em 2005) a realização de 70 entrevistas, as quais por uma questão de ética na pesquisa, ficou garantido aos nossos interlocutores o sigilo a respeito dos seus nomes verdadeiros. Dessa forma, os dados e depoimentos relatados aqui são verídicos, mas os nomes das pessoas são fictícios, são codinomes.

A sistematização de toda essa empreitada resultou no trabalho que ora apresentamos, o qual está estruturado em três capítulos. O Primeiro - O Grande Pirambu no contexto urbano de Fortaleza/CE -, versa sobre a construção do território do Grande Pirambu, no período compreendido de 1930 até os dias atuais, salientando os diversos territórios existentes na área, os aspectos sócio-econômicos da população e a infra-estrutura disponível no Grande Pirambu. Nele foram ainda discutidas as intervenções das associações comunitárias enquanto relações de poder, atuando sobre as políticas públicas destinadas para a área, e os impactos ambientais negativos propiciados pelo Projeto Costa Oeste.

O segundo capítulo - O Litoral Fortalezaense -, evidencia o processo de produção dos espaços litorâneos de Fortaleza, discutindo os atores sociais que produziram dialeticamente esse espaço. Além disso, discorreremos sobre as políticas públicas de turismo na construção de Fortaleza enquanto cidade turística, na tentativa de inserir o Grande Pirambu nesse contexto.

No terceiro capítulo - Diálogo com a população local -, buscamos, a partir da fala dos diversos atores sociais envolvidos no processo de desterritorialização e reterritorialização do Projeto Costa Oeste, compreender as conquistas e os desafios postos pelo referido projeto às pessoas atingidas direta e/ou indiretamente pelo mesmo.

Por fim, traçamos algumas considerações pertinentes à construção do Grande Pirambu e as expectativas, angústias e esperanças da população local, frente às atuais políticas públicas “sopradas pelo vento” em direção à zona oeste.

Assim, acreditamos que as discussões sobre as transformações desencadeadas no espaço do Grande Pirambu merecem atenção especial de todos nós, por tratarem da vida de pessoas, de seus sonhos, aspirações e projetos de vida.



CAPÍTULO 1

O GRANDE PIRAMBU NO CONTEXTO URBANO DE FORTALEZA/CE

1 O GRANDE PIRAMBU NO CONTEXTO URBANO DE FORTALEZA/CE

Neste capítulo será discutido no primeiro momento o processo de formação do Grande Pirambu, evidenciando a origem de cada bairro que o compõe, assim como a atuação dos atores sociais envolvidos na construção do seu território.

Essa constatação nos reporta ao conceito de território já evidenciado como “espaço da prática” corroborando com a definição dada por Becker (1998, p. 108):

O espaço da prática, por um lado, é um produto da prática social: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizando-se como meio para a sua prática.

Como elementos que expressam essa realidade, discutiremos a ação dos atores sociais na apropriação do território do Grande Pirambu e, sobretudo, nas relações de poder estabelecidas por meio da luta pela conquista das terras do Pirambu.

No segundo momento, analisaremos a implantação das diversas políticas públicas no Grande Pirambu, trazidas pelos “ventos”, que no momento atual sopram em direção a zona oeste. Em consequência disso, o espaço do Grande Pirambu tem sido, nas últimas décadas cenário de intensas transformações da área, principalmente de sua faixa litorânea, as quais foram resultado de processos de desterritorialização e reterritorialização, visando à requalificação urbana da área.

O conceito de espaço é visto de acordo com Santos (1999, p. 51), “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, iniciaremos o estudo da formação do espaço do Grande Pirambu, focalizando o contexto no qual este processo ocorreu.

1.1 Formação do Grande Pirambu: lutas e construções

O território do Grande Pirambu, cujo atual arranjo urbano espacial abrange uma área de 586,1Km², é formado pelos bairros Barra do Ceará, Pirambu e Cristo Redentor, subdivididos em conjuntos habitacionais e áreas de auto-construção que se revelam como alternativa de conquista da moradia por parte daqueles que não tem acesso às políticas de habitação.

A formação dos bairros que compõem o Grande Pirambu compreende a expressão material de processos históricos constituídos dialeticamente no passado e no presente, propiciadores da construção do seu território.

Embora a Barra do Ceará tenha passado uma ocupação diferenciada das demais áreas, acreditamos ser adequado começarmos a análise da formação do Grande Pirambu por este bairro, devido, sobretudo, à sua ocupação ter ocorrido bem anterior aos outros bairros.

A Barra do Ceará encontra-se inserida no processo de colonização da Província do Ceará, tornando-se o local do processo de ocupação humana às margens do Rio Ceará: inicialmente, em 1603, os portugueses desembarcaram na área e construíram o forte de São Tiago na Barra do Ceará. No entanto, esta expedição fracassou devido, especialmente, à seca de 1605. Em 1612, ocorreu uma segunda tentativa de colonização, com a chegada de Martins Soares Moreno, permanecendo na área até 1631, quando foi solicitado a retornar para Pernambuco (GIRÃO, 1971).

Ao contrário de outras cidades litorâneas coloniais, as condições naturais de Fortaleza não eram as mais indicadas para ação do colonizador português, devido às características de sua faixa litorânea. É o que aponta o estudo feito por Lemenhe (1991) sobre o processo de colonização do Ceará. Esta autora chama a atenção para o fato de Fortaleza não possuir nenhuma foz de rio navegável, nenhuma baía; e pior ainda: localizava-se numa planície arenosa, sem qualquer condição de exploração agrícola, principalmente dentro dos padrões tecnológicos da época.

No entanto, Fortaleza não foge ao modelo de organização adotado em outras cidades litorâneas, como o Rio de Janeiro e Salvador, com a cidade alta e cidade baixa, conforme Linhares (1992, p. 137) aponta no seu estudo sobre o fenômeno da valorização das zonas de praia de Fortaleza, “[...] a cidade baixa, perto do mar, lugar de múltiplos perigos, fica sendo a cidade dos pobres. E a cidade alta é dedicada aos ricos. Em Fortaleza, a nossa vila velha foi localizada na Barra do Ceará e a vila nova edificada próxima a atual praça da catedral”.

Como reflexo desse processo, a Barra do Ceará passou um longo período caracterizado como o território dos pescadores, sendo basicamente ocupada por colônias de pescadores, os quais deram origem ao Grande Pirambu.

Somente nos anos 1940 inicia-se um lento processo de expansão dessa área, com a instalação das chácaras, atraídas pelas belezas naturais marcantes: o rio, o mar, o encontro das águas, o coqueiral e os campos dunares. Conforme Santos (2000, p. 73), ao analisar a segregação sócio-espacial da Barra do Ceará, a área compreendia “uma praia de elevado valor paisagístico, com suas extensas dunas recobertas por gramíneas. A ocupação da área na época mantinha livre a faixa de dunas que apresentava 350m de largura”.

Além do território da pesca e das chácaras da classe média, a Barra do Ceará dispunha do território do lazer, como o Clube de Regatas, construído em 1960, destinado ao lazer da classe alta e média da cidade e dos habitantes das chácaras na área, aspectos que diferencia a ocupação deste bairro dos demais que compõem o Grande Pirambu.

Posteriormente, a faixa litorânea foi inserida numa lógica diferenciada da anterior (lazer para ricos e classe média), pois a praia ficou priorizada como território de lazer pelos diversos bairros populares da zona oeste da cidade. As pessoas que chegavam à praia da Barra do Ceará provocavam um movimento frenético nessa área, com o movimento de pequenos barcos fazendo a travessia do rio, a mistura de cores, sons e ritmos, construindo assim uma nova paisagem. Linhares ao estudar a área, retrata bem essa dinamicidade,

Na praia, chegam os grupos de pessoas saídas de todos os conjuntos populares, todos os bairros suburbanos da zona oeste começa a se aglutinar naquela manhã de domingo. Caminhões chegam carregados, ônibus cheios de barulhentos grupos ficam abandonados à beira da estrada. [...] Em poucos segundos, é possível perceber a diversidade de sons. Uma mistura de ritmos exalta e dá intensidade aos espaços. Os grupos se espalham por todos os locais da praia. Se misturam, se falam, se gritam. Forró, carimbó, samba, rock, brega, música caipira, se junta no ar, formando uma massa sonora difusa (LINHARES, 1992, p. 259-260).

Além do território da pesca, das chácaras da classe média e do lazer, a Barra do Ceará dispõe de outro território – o da indústria. Este resultou do processo de industrialização em Fortaleza, iniciado em 1872, com a primeira unidade industrial da cidade, a fábrica de tecidos Progresso. A primeira fase da industrialização fortalezense estendeu-se até o final da década de 1950, e se caracterizou pelo predomínio de investimentos de iniciativa individual ou de propriedade de grupos familiares, tendo contribuído muito para o processo de urbanização de Fortaleza (AMORA, 1995).

As indústrias, em sua maioria, concentravam-se no setor oeste da cidade, tendo como referência a área central, situada ao longo do eixo viário da Avenida Francisco Sá, que tinha seu início no bairro Jacarecanga, estendendo-se até à Barra do Ceará. Segundo Souza (1978, p. 80), ao estudar a formação sócio-espacial da cidade de Fortaleza, “No ano de 1926 instalase no bairro de Jacarecanga a indústria têxtil e de cigarros, em 1927 na Avenida Francisco Sá tem-se a fábrica de tecidos e em 1928 a fábrica dos Urubus, da Rede Viação Cearense”.

Contudo, somente após a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, foram destinados investimentos de incentivos fiscal para o Nordeste, colocando a região em um processo de integração da produção e do mercado internacional, consolidando em Fortaleza um pólo industrial com a instalação de outras indústrias têxteis e de calçados.

A concentração de indústrias no setor oeste da cidade estava inserida no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (Plandirf), o qual representava a segunda fase de planejamento da cidade; e, conforme Souza (1978, p. 109), “Tratava do sistema viário e do zoneamento de uso e ocupação do solo. O Zoneamento destacava três aspectos: descentralização comercial e dos serviços; renovação da área central e um planejamento para a área litorânea”.

No que diz respeito ao sistema viário, o Plandirf visava à abertura de vias, tais como: a Avenida Leste Oeste, Borges de Melo, José Bastos, Beira-Rio e Zezé Diogo.

Dentre as áreas atingidas por estas vias, destacamos o Arraial Moura Brasil, conhecido como zona de prostituição e da localização das ‘pensões alegres’, no setor oeste de Fortaleza, ocupado inicialmente por trabalhadores que serviam de mão-de-obra nas atividades portuárias no antigo porto da cidade (Porto das Dragas). Na atualidade, resta apenas um pequeno bairro constituído por população carente. O Arraial Moura Brasil era conhecido como uma extensão do Pirambu, o próximo bairro integrante do Grande Pirambu a ser analisado.

O Pirambu corresponde a uma antiga área marítima, na qual o território da pesca encontrava-se presente ao longo de toda a zona oeste. Mas, na atualidade o território dos pescadores restringe-se à área denominada de porto das jangadas (Figura 1). Esta compreende a pequenas áreas onde se reúnem as embarcações dos pescadores na praia das Goiabeiras (Barra do Ceara), na praia do Pirambu e na praia do Cristo Redentor, em locais destinados a estas práticas marítimas, conhecidas como porto das jangadas, onde os pescadores guardam suas jangadas e realizam a atividade pesqueira.



Figura 1: **Porto das Jangadas – Barra do Ceará.**

Foto: SANTOS, novembro de 2005.

O Pirambu era composto de inúmeras belezas naturais. Segundo Costa (1995, p. 15) autora do livro *‘Historiando o Pirambu’*, a área era repleta de belezas naturais,

Contava com uma paisagem de dunas brancas, coqueiros e lagoas: a lagoa do Mel e a lagoa Funda, enchia de beleza esta parte da orla marítima de Fortaleza, de morros altíssimos, como o do Japão, onde podia avistar-se grande parte da cidade.

A paisagem das belezas naturais anteriormente descrita do Pirambu foi intensamente alterada a partir de 1930, principalmente na década de 1950, com a chegada dos “retirantes” vindos do interior do Ceará assolados pela seca. Os migrantes, em virtude da falta de condições financeiras, utilizavam-se de todo tipo de material disponível para a construção de suas casas; sobretudo, as casas de taipa, constituídas de varas e barro, conforme demonstra a figura 2.

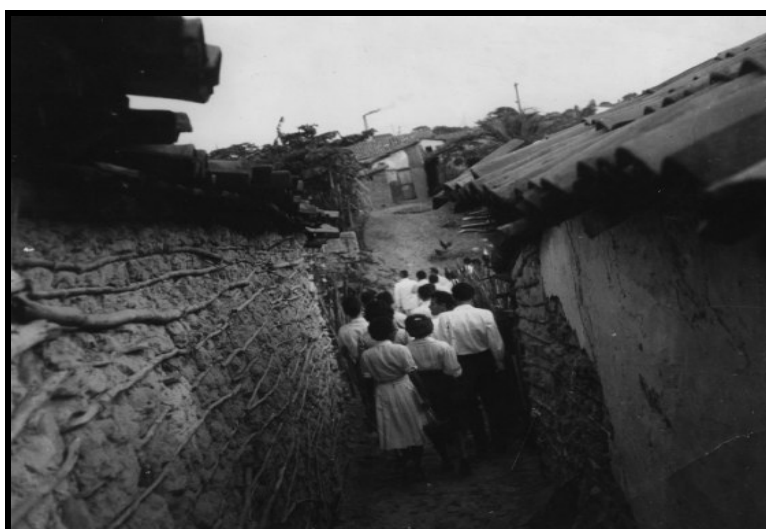


Figura 2: **Praia do Arpoador – Pirambu (acima); Casas de taipa no Pirambu (abaixo).**
Foto: Arquivo NIREZ, 1933; SILVA, 1960.

As figuras acima demonstram duas paisagens diferenciadas do Pirambu. A primeira mostra as dunas brancas e coqueiros do Pirambu na década de 1930; e a segunda evidencia as casas de taipa e ruelas estreitas da década de 1960, mostrando as transformações ocorridas na área.

As transformações da paisagem do Pirambu encontram-se atreladas ao processo migratório para Fortaleza, o qual foi enormemente facilitado pela expansão ferroviária, notadamente, pela construção de duas ferrovias: a ferrovia de Baturité e a ferrovia de Sobral, as quais possibilitaram intensas migrações para Fortaleza. Para Souza (1978, p. 102), “Esse processo migratório, diretamente ligado aos problemas da economia rural do estado, foi intensificado a partir de 1930, em parte por influência das sucessivas secas - 1932, 1952, 1958

e 1970”. Essas migrações proporcionaram um considerável adensamento populacional na cidade, sobretudo no Pirambu.

O processo de imigração para Fortaleza nesse período encontra-se intrinsecamente ligado à seca e à edificação de mais ferrovias, as quais, além de estreitar a distância entre os centros produtores de matéria-prima com a capital cearense, também possibilitava a chegada dos imigrantes à Fortaleza. Como bem mostra Rios,

[...] as ferrovias não traziam somente o algodão ou o fumo; transportavam, também milhares de flagelados. Criava-se então, um paradoxal desejo sobre a construção e o alongamento das Estradas de Ferro: o interesse da burguesia industrial e comercial era consolidar cada vez mais o capitalismo em Fortaleza, no entanto a estrada de ferro trazia também, a miséria que se queria longe da capital (RIOS, 2001, p. 16).

Entretanto, a chegada dos imigrantes na capital era vista com pavor pela sociedade fortalezense, principalmente, pelos comerciantes e pela elite da cidade. É o que podemos inferir a partir do modo como os jornais da época retratavam tal processo.

[...] o Jornal Nordeste anunciava *os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados e agora os chefes de comboios já não impedem a vinda dos flagelados* (17/02/1932) [...] o Jornal O Povo reforçava: *Fortaleza é invadida pela onda faminta* (13/04/1932) [...] e o Correio do Ceará, pedia ação imediata do Governo *os flagelados que chegaram são muitos, entretanto, são pouquíssimos comparados com os que ainda vêm em caminho* [...] *O Governo enquanto é tempo, precisa assentar como deva agir* (04/04/1932) (RIOS, 2001, p. 30-31. Grifo do autor).

Tais notícias propiciaram uma situação de medo e pavor frente aos retirantes que chegavam em Fortaleza e os que ainda estavam por vir, exigindo-se uma ação concreta do Governo do estado. Em resposta a essas exigências o Governo local criou os “Campos de Concentração”, definidos por Neves (1998), como locais construídos com a finalidade de reunir os migrantes em um único lugar, mantendo-os sob o olhar das autoridades e com o objetivo de oferecer-lhes “proteção”.

A “proteção” despendida aos retirantes e pobres em Fortaleza fazia parte dos projetos de urbanização da cidade, conforme afirma Rios (2001, p. 51): “Os projetos de urbanização e modernização de Fortaleza elaboravam “Campos de Concentração”, asilos e casas de pobres para isolamento da pobreza. Fortaleza planejava ter os pobres em lugares adequados”.

É interessante o nome dado aos Campos de Concentração pelos retirantes que habitavam nesses locais, pois estes associavam o local e o modo como eram tratados aos animais da área rural. Quem relata essa história é Rios,

Chamavam-no de Curral do Governo. Na vivência do mundo rural, o sertanejo sabe que o gado precisa ser encurralado para não fugir. O curral é a prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo de Concentração não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava seres humanos como bichos. Na memória de muitos sertanejos, o curral foi mais um caso que explicitava a forma cruel pela qual o Governo costumava, e ainda costuma, assistir os despossuídos (2001, p. 68).

Aqueles que não foram instalados nos “Campos de Concentração” e nem possuíam condições materiais necessárias à aquisição de moradia digna, localizavam-se em terrenos próximos ao centro da cidade, ocupando terrenos vazios ou áreas menos valorizadas, como por exemplo, nas margens da via férrea, áreas sujeitas às inundações e trechos da orla marítima (terrenos de marinha), dando origem às primeiras favelas no litoral fortalezense. Conforme Silva (1992, p. 29), o aparecimento das favelas nessa área de Fortaleza datam de 1930 – 1950, destacando-se: “Cercado do Zé Padre (1930), Pirambu (1932), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Mouro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950) e Estrada de Ferro (1954)”.

Em 1967, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJPNS), realizou uma pesquisa e constatou, que em 1960, cada 1.000 (mil) habitantes residentes em favelas de Fortaleza, 827 (oitocentos e vinte sete) eram migrantes, representando um índice de 82,7% da população favelada.

A história da construção do território do Grande Pirambu se relaciona, portanto, com a história do intenso êxodo rural que ocorre a partir da década de 1930, e da expansão ferroviária. Assim os dois “Campos de Concentração” de Fortaleza foram instalados próximos aos bairros pobres da cidade, nas proximidades da praia, no trecho compreendido entre o Pirambu e o antigo porto (Porto das Dragas). Afinal, a população pobre da cidade pouco estranharia as cenas trazidas pelos novos vizinhos – os imigrantes do sertão cearense.

Ressaltamos que nos anos 1930, esse trecho da praia já era considerado área inóspita, pois era o local destinado para a recepção de dejetos da cidade, para a deposição das quimoas¹ e a instalação do primeiro sistema de esgotamento sanitário, aspectos que serão discutidos no próximo capítulo.

¹ Quimoas eram depósitos de madeira (barris) utilizada para acumular dejetos humanos que eram transportados por escravos ou mestiços e jogada nas praias

Assim, o Pirambu concentra retirantes desembarcados em Fortaleza, caracterizando-se como o território dos pescadores e imigrantes, os quais ergueram seus barracos e casebres na praia, dando origem à favela do Pirambu. Entendemos favela neste trabalho segundo a compreensão de Corrêa (2001, p. 163),

O resultado da ação de grupos socialmente excluídos que ocuparam terrenos públicos ou privados, via de regra inadequada para a valorização fundiária e a promoção imobiliária. A ação desses grupos, que se dá espontaneamente, representa, de um lado, uma estratégia de sobrevivência e, de outro, de resistência a um sistema social que exclui parcela ponderável da população de suas benesses.

Surgem então as primeiras favelas nos espaços litorâneos de Fortaleza, que na maioria das vezes, conforme Dantas (2002, p. 53), eram áreas que anteriormente foram ocupadas por colônias de pescadores, “[...] o fluxo de pobres à beira-mar, suscita construção de favelas em espaços já ocupados por comunidades de pescadores”. Nesse movimento, os retirantes deixam de ser flagelados e passam a ser favelados. Assim, pescadores e favelados passam a dividir o mesmo território, vivendo em comunhão e sem conflitos.

Entretanto, na construção do território do Pirambu a “paz” permanecerá por um curto espaço de tempo. Pois, no início na década de 1940, os conflitos pela posse da terra no Pirambu começaram com a ameaça feita pelo senhor Francisco Oliveira e outros senhores que se diziam proprietários daquelas terras.

Na segunda metade da década de 1940, assistimos, no cenário nacional, a uma efervescência política, em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial e da consolidação das idéias comunistas, fortalecendo o crescimento dos movimentos sociais. Para Braga (1995, p. 57), “Os movimentos sociais urbanos são definidos como ações coletivas da população que demandam habitação, bens e serviços e geram efeitos específicos na relação equipamento-população, bem como pode modificar a lógica do desenvolvimento urbano”.

Segundo consta nos arquivos de jornais disponibilizados no Centro de Documentação do Pirambu (CPDOC), na década de 1940, o Pirambu já contava com a participação de um razoável número de operários sindicalizados, notadamente aqueles vinculados às indústrias do bairro Francisco Sá, e outros movimentos populares comandados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). A experiência sindical destes trabalhadores irá influenciar na organização de seus moradores, culminando no primeiro movimento social de Fortaleza – A marcha do Pirambu – reivindicando o acesso à terra e posteriormente à moradia.

Além do PCB, a Igreja Católica, na figura do Padre Hélio, também teve papel preponderante na conscientização dos moradores na luta pela terra. Com a chegada do Padre Hélio em 1958, no Pirambu, a igreja inicia uma forma de trabalho bastante singular, pois através de partes do Evangelho, fazia uma análise da conjuntura sócio-político-econômica da realidade em que viviam as pessoas da área (BARREIRA, 1992).

A realidade da área demonstrava a falta de infra-estrutura básica e a quase inexistência no atendimento às demandas sociais a nível local, mormente, a moradia. Acrescenta-se a isso a preocupação de Padre Hélio para com as constantes ameaças de despejo, levando-o a utilizar-se da mídia por meio da colaboração de jornais locais, como o Democrata.

Este jornal foi criado em 1945, e em 1946, tornou-se o porta-voz do PCB no Ceará, adquirindo maior expressão como imprensa popular junto aos bairros habitados por pobres e operários. Nestes bairros, o jornal possuía postos de vendas nas mercearias e nas farmácias, entre outros lugares, fazendo intensa mobilização social e realizando profundas manifestações contra os latifundiários.

No Pirambu, o jornal ganha muitos leitores e apoiadores das idéias difundidas, tornando-se este o principal veículo de informação e de incentivo para a população organizar-se, especialmente, quando se tratava da luta contra a desapropriação de terras e da falta de infra-estrutura nos bairros pobres, conforme assinala a reportagem abaixo:

[...] os moradores não devem ter uma ilusão nos chamados 'canais competentes' porque o governo está com os exploradores do povo. A solução, portanto, está nas mãos dos habitantes, na sua luta contra a expulsão e por outras reivindicações de seu bairro como transporte mais abundante, higiene, luz, calçamento, etc (DEMOCRATA..., 1958).

O Marco principal dessa luta popular foi a Marcha do Pirambu. Ao analisar esse momento, Barreira (1992, p. 58) faz a seguinte observação, "Organizando um trabalho de quarteirão em quarteirão e com a ajuda do Padre Hélio, os moradores realizaram a marcha na cidade no dia 01 de Janeiro de 1962, reunindo 20.000 pessoas até o centro".

Após a marcha, o Pirambu recebeu apoio de políticos influentes como o senhor Virgílio Távora, o então Ministro de Viação e Obras Públicas do governo de João Goulart, o qual se comprometeu a interceder junto ao Primeiro Ministro, Tancredo Neves. Em decorrência da visita, em 25 de maio de 1962, dá-se a desapropriação das terras no Pirambu conforme o decreto abaixo.

Decreto nº 1.058, de 25 de Maio de 1962, declara de utilidade pública para desapropriação, duas áreas de terra situadas no bairro de Pirambu, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, necessárias a melhoramento habitacional de grande centro de população local, com execução de obras de urbanização, obras de higiene e abertura de vias e logradouros públicos, para melhor utilização estética e fixação dos habitantes respectivos (DIÁRIO..., 1986).

Decorridos esses acontecimentos, segue-se um período marcado pela Ditadura Militar, segundo a qual as pessoas envolvidas em movimentos sociais, engajadas politicamente com opinião contrária à ideologia dominante à época, e a favor dos direitos da população carente foram duramente perseguidos e reprimidos. É nesse contexto que se encontra Padre Hélio.

No intuito de desarticular o crescente movimento de resistência evidenciado no Pirambu, Padre Hélio foi transferido para o Maranhão, e o Pirambu foi dividido em duas paróquias: Nossa Senhora das Graças (Pirambu) e o Cristo Redentor, a segunda paróquia que originou o bairro Cristo Redentor.

A divisão do Pirambu proporcionou o enfraquecimento dos movimentos populares na área. Os padres nomeados para as duas paróquias restringiam suas ações às questões religiosas, sem interferir nas discussões políticas, ficando os dois bairros sem uma figura forte que pudessem orientá-los e organizá-los como havia feito Padre Hélio. Além do mais, o próprio movimento popular do bairro encontrava-se enfraquecido, em virtude do Golpe Militar de 1964, que instituiu um regime autoritário, reprimindo os movimentos sociais.

Embora tenha ocorrido a desapropriação das terras no Pirambu, a área ainda hoje permanece propriedade do Estado, anteriormente terrenos da União. A regularização dessas terras espera a ação do Ministério das Cidades. Numa visita à Fortaleza, no dia 23 de junho de 2003, o então Ministro das Cidades, Olívio Dutra declarou: “Nenhuma dessas famílias residentes em terrenos de marinha será despejada. Pelo contrário, terão melhorias. É para isso que o Ministério foi criado” (MINISTRO..., 2003).

A história de luta do Pirambu não se resume à Marcha do Pirambu, mas se traduz numa luta cotidiana de seus moradores em busca de equipamentos de infra-estrutura básica (escolas, creches, postos de saúde e saneamento), transformando a antiga favela em bairro. Segundo a definição dada por Certeau (2003, p. 45),

O bairro é, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo de privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos

lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia) e sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia).

No entanto, a infra-estrutura instalada no Pirambu não foi suficiente para acompanhar a demanda existente, caracterizando este como um bairro popular litorâneo, constituído de espaços fragmentados, os quais se diferenciam no arranjo sócio-espacial, principalmente, na faixa litorânea, a qual apesar de apresentar espaços altamente degradados, ainda dispõe de áreas com elevado potencial paisagístico.

Nesse âmbito, o Grande Pirambu, território delimitado e apropriado a partir de relações de poder empreendidas por diferentes atores sociais, reflete espacialmente o seu ordenamento territorial, consolidando-se como espaço fragmentado. Esse espaço vem passando por intensas transformações tendo em vista a implantação de políticas públicas na área.

A primeira delas ocorreu na década de 1970, com a construção da Avenida Leste Oeste. Tal avenida tinha como o objetivo integrar o setor oeste de Fortaleza (zona industrial da Francisco Sá e Barra do Ceará) ao setor leste (zona portuária do Mucuripe), e ainda erradicar as áreas de população pobres (tidas como área de prostituição e marginalidade) localizadas próximas ao centro (SOUZA, 1978).

A construção da Avenida Leste Oeste acarretou o desmonte de dunas, a transferência de famílias do Grande Pirambu, e a quase extinção do bairro Arraial Moura Brasil. Sobre esses impactos, o coordenador do programa Terra e Moradia do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), da Arquidiocese de Fortaleza declara que,

No setor oeste de Fortaleza, o 'progresso' veio com a avenida Leste-Oeste. Até 1970, aquela área era só zona de habitação, hoje temos o Hotel Marina Park e outros equipamentos. Com a Avenida Leste-Oeste, as comunidades desapareceram, foram expulsas para zonas periféricas, bem longe da vista do mar, sendo relocadas no conjunto Palmeiras (Messejana), no Conjunto Marechal Rondon, na Jurema (Caucaia) (MORADORES..., 1998).

A declaração do coordenador do supracitado programa nos revela que a Avenida Leste-Oeste teve um caráter de intervenção do poder público, através da adoção de política de controle social, segundo a qual famílias foram divididas, laços de solidariedade desfeitos, parentes e amigos de longas datas transferidos para conjuntos habitacionais, distantes dos locais de trabalho. Sobre o processo de remoção dessas famílias, Souza (1978, p. 91) assinala:

O trabalho de remoção não abrangeu só o Arraial Moura Brasil, mas todo o leito da Avenida, trechos do Pirambu e da vila Santo Antonio. Aí residiam cerca de 13.000 pessoas, sendo 60% das habitações construídas com palha, taipa ou madeira. Muitas dessas famílias residem atualmente no Conjunto Marechal Rondon, já nos limites com o município de Caucaia.

Em 1970, ocorreu o primeiro processo de desterritorialização existente na área e conseqüentemente reterritorialização, tendo em vista a transferência dessas famílias para conjuntos habitacionais localizados distantes das áreas anteriormente ocupadas.

O entorno da Avenida Leste-Oeste foi o local no qual iniciam-se as transformações sócio-espaciais no Grande Pirambu, com a expansão da oferta de serviços (comércio, postos de gasolina, escolas, postos de saúde etc.) e infra-estrutura ao longo da via (asfalto, iluminação, sinais de trânsito etc.). Conforme assinala Dantas, “No que respeita ao Pirambu, a avenida Leste-Oeste deixa de ser litorânea e penetra a favela, provocando uma especialização ao longo da via, com instalação de comércio diversificado e modificação da aparência da favela com a construção de dúplex” (DANTAS, 2002, p. 63).

Apesar da referida avenida ter acarretado o processo de transformação, as melhorias ocorridas ao longo da via não atingem a área como um todo, restringindo-se apenas ao seu percurso e as ruas principais do bairro, observados na figura 3.

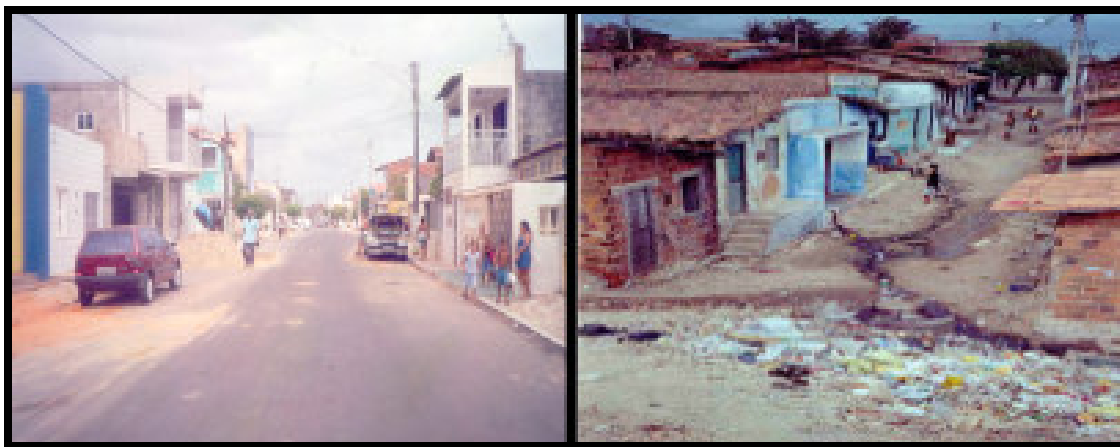


Figura 3: rua dotada de infra-estrutura básica – Pirambu (à esquerda) e rua estreita com inexistência de infra-estrutura – Pirambu (à direita).

Fotos: LOPES, outubro de 2001; COSTA, novembro de 2001.

A figura 3 demonstra respectivamente, a rua Nossa Senhora das Graças dotada de via asfaltada, casas com dois pavimentos e comércio (à esquerda); e em seguida, a rua Santa Elisa, com casas inacabadas, lixo e esgotos a céu aberto (à direita), evidenciando a existência de lugares diferenciados quanto à infra-estrutura dentro da mesma área.

Os anos de 1970 foram marcados por forte intervenção do poder público no espaço do Grande Pirambu. Além da Avenida Leste Oeste, podemos destacar a progressiva alocação de serviços urbanos nos bairros que compõem o mesmo, como a maternidade Nossa Senhora das Graças, a implantação do interceptor oceânico no final da Avenida Leste-Oeste e a construção dos conjuntos habitacionais.

Inserida na zona industrial de Fortaleza, a Barra do Ceará recebia grande quantidade de pessoas que se fixavam em torno das indústrias, ocasionando, nos anos 1970, a ocupação acentuada do bairro. Este aspecto, aliado à disponibilidade de terrenos vazios, à poluição atmosférica e sonora ocasionadas pelas indústrias, e o baixo valor monetário do solo, em comparação a outras áreas litorâneas da cidade, possibilitaram a instalação dos conjuntos habitacionais populares construídos pela Companhia de Habitação de Fortaleza (Cohab-CE), transformando a Barra do Ceará no território das classes populares.

A predominância da Cohab-CE na construção dos conjuntos habitacionais na Barra do Ceará está associado ao baixo preço do solo e ao fato de que a Cohab-CE construía para o “mercado popular”, que atendia à população de baixa renda, considerada como aquela que possuía uma renda mensal de 1 a 5 salários mínimos mensais. Dentro dessa perspectiva, foram então construídos os seguintes conjuntos habitacionais: Polar, Beira Rio, Nova Assunção, Cohab, Bancários e Vila Velha; todos financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Entretanto, é bom lembrarmos a compreensão de habitação para o BNH. Sobre essa questão Silva (1992, p. 79), faz a seguinte afirmação:

O BNH entende a habitação como produto de consumo, e de reprodução ampliada do capital, cria, entre outros, mecanismos de financiamento à casa própria, que ficam sob a alçada do Poder Central, outorgando às empresas privadas a responsabilidade da construção das mesmas. O Estado criando o BNH enseja amplos benefícios ao capital financeiro e ao capital imobiliário, e com o rótulo de estar resolvendo o problema da habitação, tenta convencer o trabalhador em ‘proprietário’ de seu imóvel.

No entanto, nem todos os trabalhadores foram convertidos em “proprietários” de seu imóvel. Notadamente, aqueles com baixa renda acabaram ficando à margem desse processo. Segundo Costa (1988, p. 85), “Estes engrossam as fileiras do setor informal e só encontram ‘solução’ para os problemas habitacionais morando em favelas ou áreas que, dadas às suas características físicas, não podem ser consideradas urbanizadas”. A favela está associada à questão fundiária. É o monopólio do solo que proporciona o surgimento das favelas, nas quais a falta de infra-estrutura é apenas uma das características.

A política habitacional teve uma materialização maior na Barra do Ceará do que nos outros bairros que compõem o Grande Pirambu (Pirambu e Cristo Redentor), surgindo com alternativa para estes bairros, a auto-construção.

Esta significa uma produção de práticas não tipicamente capitalistas uma sociedade capitalista, representando uma alternativa para o trabalhador permanecer no espaço urbano, pois, em virtude dos baixos salários, estes não podem entrar no mercado legal para alugar ou comprar uma casa, devido aos custos. Esta corresponde também, mesmo que ilusoriamente, a uma perspectiva de ascensão social, estabilidade familiar e uma melhoria efetiva das suas perspectivas de vida. Segundo Bonduki, existem ainda outras denominações utilizadas para a auto-construção:

Muitos são os nomes usados para designar essa forma de construção: casas domingueiras, casas de periferia, casas próprias auto construídas, casas de mutirão. A característica básica, porém, é serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção, viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e seguida ergue a casa (BONDUKI, 1998, p. 281).

A realidade da auto-construção e das dificuldades financeiras vivenciadas pela população da área deve ser associada aos baixos salários, dispostos na tabela 1, na qual observamos que 52,7% da população do Grande Pirambu ganha até um salário mínimo.

Tabela 1 – Níveis de renda dos chefes de famílias do Grande Pirambu (em Salários Mínimos)

Níveis de renda em salários mínimos	Barra do Ceará		Cristo Redentor		Pirambu		Grande Pirambu	
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
0 – 1	5.853	50,1	3.766	54,9	2.596	56,15	12.215	52,7
>1 – 2	2.900	24,8	1.675	24,4	1.233	26,6	5.808	25,1
>2 – 5	1.790	15,3	889	12,9	474	10,3	3.153	13,6
>5 – 20	665	5,7	236	3,4	153	3,3	1.054	4,55
> 20	25	0,2	7	0,12	6	0,11	38	0,16
Sem renda	446	3,8	283	4,12	161	3,5	890	3,8
Total	11.679	100	6.856	100	4.623	100	23.158	100

Fonte: IBGE, 1999. Cálculo: SAG.

Mas a auto-construção também reproduz o capital seja por favorecer a compra de produtos industrializados, seja por permitir o menor preço da forma de trabalho.

Os dados da tabela 1 nos conduzem a inferir que a falta de condições financeiras da população, a qual mostra que 52,7% do Grande Pirambu ganham até um salário mínimo, caracteriza uma população desassistida de educação, saúde, que se expressa de forma mais concreta pela moradia, compondo em algumas áreas do bairro, sobretudo, as mais próximas do mar, um cenário constituído de sub-moradias (Figura 4).



Figura 4: **habitações precárias Pirambu (à esquerda), e barracos na faixa de praia do Cristo Redentor (à direita).**

Fotos: SANTOS, julho de 2004.

Entendemos como sub-moradias e os domicílios erguidos segundo o processo de auto-construção, utilizando-se de todo tipo de material, inclusive madeiras, plásticos e papelão, não propiciando aos seus moradores um espaço de habitabilidade adequada; e que, na maioria das vezes, ocupam glebas urbanas com possibilidades de riscos para o domicílio e, conseqüentemente, para seus moradores.

As sub-moradias (barracos e casebres) apresentam riscos à vida das pessoas que habitam estes locais, dentre eles, inundação e deslizamento oriundos do avanço do mar no período das ressacas, como rotineiramente ocorre na área. Tendo sido evidenciado na reportagem do Jornal O Povo em Janeiro de 2003:

Areia dentro de casa é rotina para muitas famílias que vivem na Avenida Radialista José Lima Verde, na Barra do Ceará. São crianças, adultos e idosos que têm suas moradias ao lado de uma duna, que por causa de sua movimentação natural, mantém constante ameaça de desabamento [...] Em condições semelhantes está a dona de casa Inês Eduardo Souza. Há cinco anos convivendo com esta realidade, revela que o sonho dela é que a Prefeitura de Fortaleza retire todas as famílias de lá (DUNAS..., 2003).

Outro aspecto bastante significativo dos tipos habitacionais no Grande Pirambu é a construção de conjuntos habitacionais em regime de mutirão (tabela 2). O programa de mutirões envolve e mobiliza uma diversidade de atores sociais: instituições do Governo Federal (que participam por intermitência, de modo direto ou indireto dos programas habitacionais), Estadual e Municipal; as associações comunitárias, o Movimento dos Sem Teto, os grupos de ocupação, a Igreja, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os donos de depósitos de material de construção e os proprietários fundiários. Estes atores, com interesses distintos e quase sempre contraditórios, buscam realizar referidos interesses por meio dos programas de mutirões habitacionais. Neste jogo, estão presentes interesses econômicos (lucro para os proprietários fundiários e donos de depósitos de construção), políticos (servindo para fins de campanhas eleitorais), e para os moradores das periferias (a solução imediata para a questão da moradia).

Tabela 2 – Grande Pirambu: conjuntos habitacionais em mutirão

Conjunto	Ano	Unidades	Órgão
Seis Companheiros	1990	35	COMHAB
Goiabeiras II	1991	80	COMHAB
Rua Ceci	1991	56	COMHAB
Santa Gorete I	1991	50	COMHAB
Novo Tempo I	1993	35	COMHAB
Zenaide Magalhães	1996	247	COMHAB

Fonte: **Programa de Mutirão Habitacional da COMHAB.**

Tais conjuntos foram construídos em sua totalidade pela Companhia de Habitação de Fortaleza (Comhab), através do Programa de Mutirão Habitacional realizado no período de 1990-1996, financiado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), visando a atender populações que habitavam em áreas de risco, bem como amenizar o déficit habitacional da cidade.

A construção desses conjuntos e as ocupações em áreas de sub-moradias provocam uma elevada concentração da densidade demográfica, realidade que se exprime ao nosso ver em virtude da existência desses equipamentos no Grande Pirambu.

Quanto à infra-estrutura básica, o Grande Pirambu apresenta a seguinte situação. No âmbito do esgotamento sanitário a área conviveu, por seis décadas, com a quase inexistência dessa infra-estrutura. Somente na década de 1990, o Grande Pirambu passou a dispor desse atendimento através do Projeto Sanear (analisado no próximo sub-capítulo).

Na atualidade, apesar do elevado índice de atendimento do esgotamento sanitário, uma considerável parcela da população não efetuou a ligação da casa à rede coletora (Tabela 3), em virtude, principalmente, da falta de condições financeiras, o que poderia ser amenizado caso houvesse subsídios para sanear as residências, como ocorre para a energia elétrica.

Tabela 3 – Grande Pirambu: infra-estrutura por bairro – esgotamento sanitário (m³ – metro cúbico)

Bairro	TIPO													
	Geral		Séptica		Rudimentar		Vala		Outro		Rio/lago		Sem	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
B. do Ceará	8.720	52,76	3.795	22,96	3.216	19,46	87	0,53	100	0,60	83	0,50	527	3,19
C. Redentor	3.782	57,09	575	8,68	2.055	31,62	13	0,20	42	0,63	19	0,29	138	2,09
Pirambu	2.668	62,15	267	6,22	1.017	23,69	58	1,35	83	1,93	41	0,96	159	3,70
Grande Pirambu	15.170	-	4.637	-	6.288	-	158	-	225	-	143	-	824	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Os dados apresentados na tabela 3, na qual 55,3% dos domicílios estão conectados a rede geral de esgoto enquanto, 44,7% utilizam outros tipos de esgotamento sanitário são confirmados com a declaração de Souza (2002, p. 51), evidenciando que, no âmbito do esgotamento sanitário, a zona oeste de Fortaleza ainda mostra inúmeras deficiências, mesmo após o Projeto Sanear:

Mesmo com a instalação da rede de esgoto do Projeto Sanear, a maioria das famílias residentes nos bairros da costa oeste ainda utilizam fossas, seja rudimentares ou sépticas [...]. Têm-se ainda esgotos a céu aberto e águas servidas que correm à beira das calçadas. Por outro lado, os esgotos domiciliares muitas vezes escoam para o rio Ceará, causando graves problemas de contaminação das águas e perigos para a saúde da população que os utilizam, seja para o consumo doméstico, ou mesmo para o lazer nos banhos de mar.

Tal cenário encontra-se presente em algumas ruas do Grande Pirambu, nas quais a deficiência do sistema de esgotamento sanitário do Projeto Sanear é visível, e pode ser observada nos constantes esgotos a céu aberto que correm para o mar e/ou esgotos estourados, que causam transtornos para a população, como mau cheiro e a proliferação de insetos.

No tocante ao abastecimento da água, aqueles que não dispõem do atendimento da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) utilizam-se de outros meios, representando 20 % dos domicílios do Grande Pirambu, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Grande Pirambu: infra-estrutura por bairro – acesso à água (domicílios)

Bairros	Rede Geral		Poço ou Nascente		Outra forma	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Barra do Ceará	13.463	81,46	2.437	14,75	264	1,60
Cristo Redentor	4.721	71,28	1.193	18,01	153	2,30
Pirambu	3.456	80,50	509	11,86	328	7,64
Grande Pirambu	21.640	-	4.648	-	745	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Embora o abastecimento de água tratada disponibilizada pela Cagece esteja presente em cerca de 80% das habitações do Grande Pirambu, existem outras formas de adquirir água, seja ela comprada, em especial, água gelada ou adquirida na vizinhança. Na área, evidencia-se ainda a proliferação de doenças de veiculação hídrica, como infecções intestinais, sobretudo, devido à proximidade dos poços e cacimbas das fossas negras, esgotos “*in natura*” e outras formas de esgotamento sanitário.

No que se refere ao destino do lixo, é mais preocupante a situação do bairro Pirambu, pois é nesse bairro onde ocorre a menor coleta de lixo, representando apenas 88,80% enquanto, o Cristo Redentor e Barra do Ceará, apresentam respectivamente 96,15% e 96,52% do lixo coletado. No entanto, podemos perceber que é aí que acontece o maior percentual de lixo jogado em terreno baldio e também no mar, conforme demonstra a tabela 5.

Tabela 5 – Grande Pirambu: infra-estrutura por bairro – destino do lixo (toneladas)

Bairros	Tipo											
	Coletado		Queimado		Enterrado		Terreno baldio		Na praia e/ou no mar		Outro	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Barra do Ceará	15.953	96,52	19	0,11	50	0,30	430	2,60	48	0,30	28	0,17
Cristo Redentor	6.369	96,15	2	0,03	3	0,04	56	0,85	186	2,80	8	0,13
Pirambu	3.812	88,80	2	0,05	10	0,23	191	4,45	270	6,29	8	0,18
Grande Pirambu	26.134	-	23	-	63	-	677	-	504	-	44	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Em decorrência do destino do lixo evidenciado na tabela 5, dá-se o acúmulo de lixo à beira-mar, em algumas áreas, principalmente do Pirambu e Cristo Redentor, conforme explicitados na figura 5. Vários são os condicionamentos para essa situação, como a dificuldade de acesso à faixa litorânea (becos, ruelas e poucas ruas de acesso à praia), impossibilitando a passagem do caminhão de lixo; e, principalmente, a falta de educação e consciência de algumas pessoas, que mesmo contempladas com o serviço de coleta do lixo, insistem em jogar o lixo em terrenos baldios, logo após a passagem do caminhão coletor.



Figura 5: **Poluição na faixa de praia - Pirambu (à esquerda); barraco e lixo na praia – Cristo Redentor (à direita).**

Fotos: SANTOS, outubro de 2001.

Nessa conjuntura, o Grande Pirambu não dispõe de uma qualidade de vida adequada para seus habitantes, pois conforme Herculano (2000, p. 237), a qualidade de vida refere-se a,

Soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, e equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais.

Assim, o Grande Pirambu não apresenta uma qualidade de vida adequada para seus habitantes, o que está associado à forma como se deu a construção do seu território. É o que pode ser vislumbrado nos baixos rendimentos, na deficiência de infra-estrutura básica e nos

baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), se comparado a outros bairros da cidade, como evidencia o gráfico 1.

O IDHM leva em consideração a taxa de alfabetização, o número médio de anos de estudo dos chefes de família e o rendimento médio mensal do chefe de família, em salários mínimos.

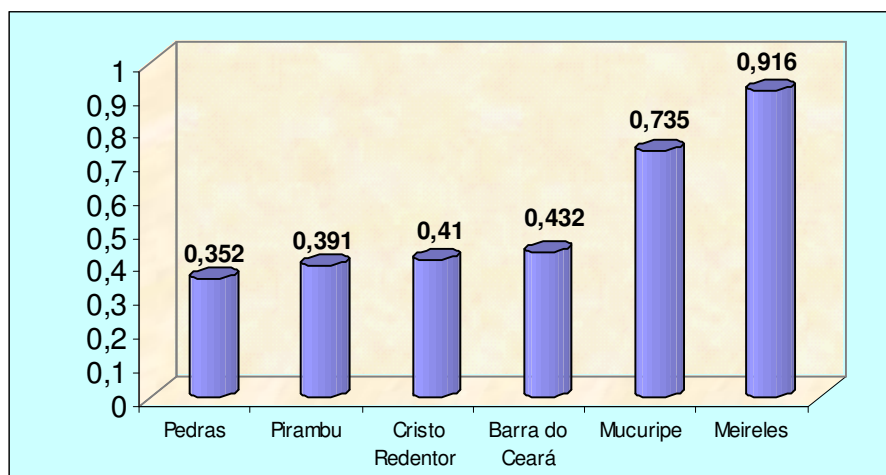


Gráfico 1: **Índice de Desenvolvimento Humano de alguns bairros de Fortaleza**
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR), 2005.

Para ilustrarmos melhor o IDHM, evidenciamos uma comparação entre o bairro de menor índice de IDHM de Fortaleza (Pedras), os bairros que compõem o Grande Pirambu: Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, e os bairros de maiores índices de IDHM da cidade - Mucuripe e Meireles.

Assim, o gráfico 1 demonstra que os bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará apresentam índices bem próximos ao bairro de pior índice de IDHM da cidade, estando portanto, bem difícil de alcançar uma verdadeira qualidade de vida e de IDHM desejado, se comparado com os índices dos bairros Mucuripe e Meireles, que são aqueles com melhor Índice de Desenvolvimento Humano da cidade de Fortaleza.

No intuito de amenizar as desigualdades do espaço do Grande Pirambu, o poder público (Municipal e Estadual) vem a partir da década de 1990, destinando políticas públicas para a área, visando a requalificação urbana da área, alvo de nossa próxima análise.

É nesse cenário que se insere o Grande Pirambu, cujo atual arranjo urbano espacial compreende espaços fragmentados, propiciando a formação de territórios diferenciados, destacando-se o território dos pescadores, dos imigrantes, dos reassentados, dos barraqueiros,

das classes populares, os quais encontram nesse espaço uma forma de continuar subsistindo na “Terra do Sol”.

1.2 Políticas Públicas no Grande Pirambu

De acordo com o explicitado até então, fica claro que três acontecimentos foram significativos na formação do Grande Pirambu: a chegada dos retirantes, a instalação das indústrias e a construção de conjuntos habitacionais. Esses acontecimentos denotam que o Grande Pirambu foi um espaço urbano produzido socialmente com o intuito de atender às demandas por emprego e moradia dos contingentes populacionais pobres, apresentando-se como espaço urbano carente de políticas públicas.

O espaço urbano capitalista é considerado por Corrêa (2000, p. 11) como, “[...] um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por diversos agentes sociais, concretos que produzem e consomem espaço” de forma inter-relacionada e, às vezes, conflitante.

Aliada a tal constatação teórica, acreditamos que na atualidade o poder público, enquanto agente produtor do espaço, visa por meio da implantação de políticas públicas, a produzir um novo espaço no Grande Pirambu, notadamente de sua faixa litorânea. Assim, Políticas Públicas são entendidas neste trabalho como nos diz Teixeira [19_ _]), “Diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos que respaldam as relações entre o poder público e a sociedade, as quais normalmente envolvem aplicação de recursos públicos”.

Dentre as políticas públicas implantadas no Grande Pirambu, salientamos o Projeto Sanear (1997-2001). O supracitado projeto tinha como objetivo a ampliação da rede de esgotamento sanitário, de drenagem urbana e a construção de aterros sanitários para atender a coleta de resíduos sólidos da cidade de Fortaleza, notadamente dos bairros atendidos pelo projeto.

O Projeto Sanear foi criado pelo Programa de Infra-Estrutura Básica de Saneamento de Fortaleza (Sanefor), por meio do convênio entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o Governo do Estado do Ceará. O referido projeto era composto de subprojetos tais como: esgotamento sanitário, abastecimento d’água, drenagem urbana, limpeza pública, gestão ambiental e habitação popular.

Com o Projeto Sanear a cobertura de esgotamento sanitário em Fortaleza passou de 18% (dezoito por cento) para 60% (sessenta por cento), tendo sido atendidos 46 bairros, quer de forma parcial ou total (CE – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, 2000, p. 11).

As áreas contempladas com o projeto foram selecionadas por meio do estabelecimento de critérios, como: áreas urbanas de maior adensamento populacional, facilidade de integração ao sistema existente, problemas evidentes de saúde pública e o comprometimento dos recursos hídricos e do litoral.

Salientamos que, embora o Grande Pirambu apresente aspectos que justifiquem a escolha da área, dentre eles, a concentração de bairros de elevado adensamento populacional (explicitada anteriormente na tabela 3), a implantação do Projeto Sanear na área aponta para outros propósitos, os quais o referido projeto apresenta-se como infra-estrutura indispensável, servindo de suporte ao Projeto Costa Oeste na tentativa de transformação do Grande Pirambu.

Desse modo, a implantação do Projeto Sanear na área demonstra uma racionalidade diferenciada da anterior, na qual as políticas públicas contemplavam os espaços litorâneos da zona leste em detrimento da oeste, mostrando que na atualidade todos os espaços litorâneos de Fortaleza são alvo de intervenção do poder público.

O gráfico 2 evidencia a realidade do saneamento no Grande Pirambu em dois períodos distintos: em 1997, quando ocorreu a implantação do projeto; e 2001, ano de sua conclusão, mostrando que o Projeto Sanear promoveu a expansão do esgotamento sanitário dos bairros Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu, os quais passaram respectivamente de 4,52%; 23,40% e 19,39% para 69,45%; 52,42% e 62,36%.

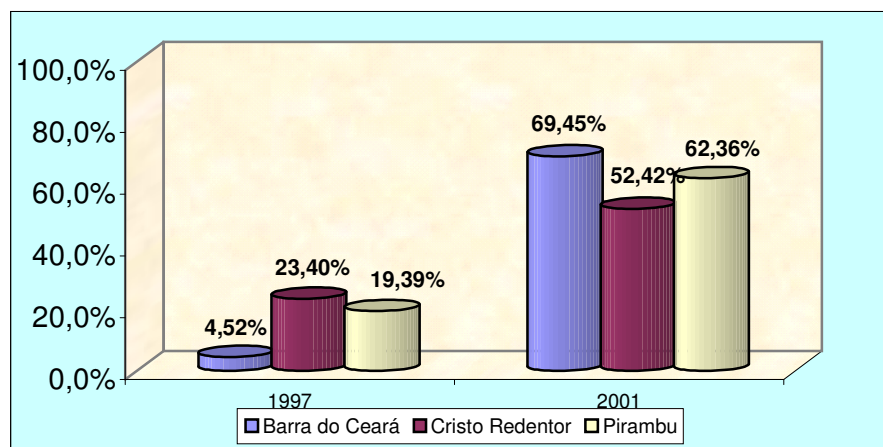


Gráfico 2: Evolução do esgotamento sanitário nos bairros do Grande Pirambu – 1997/2001.

Fonte: CAGECE, 2001.

De acordo com o gráfico 2, o aumento do esgotamento sanitário nos bairros que compõem o Grande Pirambu, deu-se de forma diferenciado. No que diz respeito à Barra do Ceará, este se apresenta como o bairro de maior crescimento dessas ligações, podendo ser vinculado às melhores condições sócio-econômicas de sua população em relação aos outros bairros. No caso do Pirambu, o crescimento foi menor por dois motivos, ambos relacionados às baixas condições financeiras da população: o primeiro, relacionado à recusa de sua população em executarem a ligação, pois muitas das casas do bairro, a fossa se encontra no quintal, e para se realizar a ligação, é necessário uma verdadeira reforma em toda casa. O segundo está associado ao aumento dos custos após a ligação, pois o valor da água será cobrado em dobro.

Quanto ao Cristo Redentor, além da falta de condições financeiras de sua população acrescenta-se também a existência de imóveis sem condições topográficas adequadas para ligação ao sistema de esgotamento sanitário, pois inúmeras casas se encontram em posição topográfica inferior à da rua, áreas não urbanizadas e na faixa de praia.

Embora tenha ocorrido o aumento significativo nas ligações de esgoto na área, um razoável contingente populacional do Grande Pirambu ainda não dispõe destes serviços (conforme apresentamos nas tabelas 4, 5 e 6). O problema se aprofunda ainda mais no que diz respeito à faixa de praia do Grande Pirambu, na qual nossa pesquisa empírica, realizada logo após a conclusão do Projeto Sanear, mostrou que 64,39%; 73,68% e 78,36% dos domicílios localizados na faixa de praia dos respectivos bairros, Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu, não dispõe desse tipo de equipamento, conforme evidencia o gráfico 3.

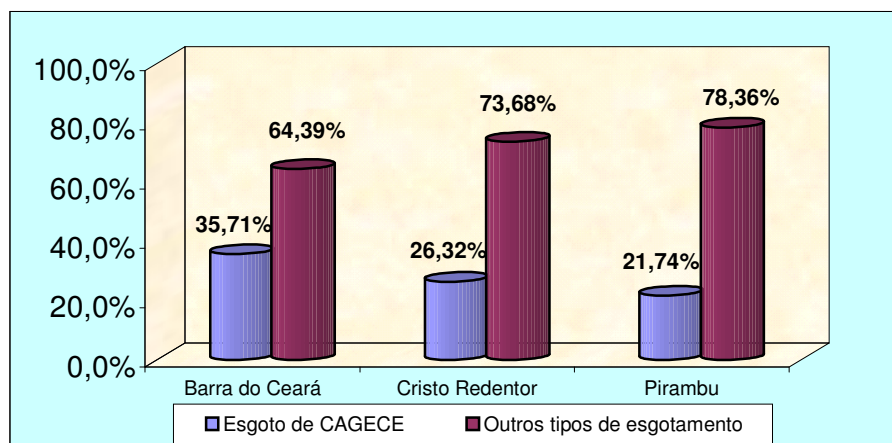


Gráfico 3: Situação do esgoto na faixa de praia dos bairros: Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu.

Fonte: Pesquisa Empírica, 2001.

A situação do esgotamento na faixa de praia do Grande Pirambu está vinculada às condições topográficas das casas situadas no local (casas em posição topográfica inferior a rua, barracos e casebres), as quais dificultam a execução da ligação ao sistema de esgotamento sanitário da Cagece, além da utilização de outros tipos de esgotamento existentes no local como: fossa séptica ou fossa negra, e ainda a não utilização de qualquer forma de sistema de esgoto, lançando seus esgotos no mar, riachos, canais de drenagem e galerias pluviais.

Em 2005, realizamos uma outra pesquisa empírica, esta realizada no primeiro trecho da Avenida Costa Oeste (Grande Pirambu), no qual, dos quarenta e sete domicílios visitados, dezenove (40,4%) encontravam-se interligados a rede coletora da Cagece; enquanto os demais, vinte e oito (59,6%) ainda utilizavam fossa séptica. Segundo um dos entrevistados, o custo total para a ligação chegaria a R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo esse um dos motivos para a população não usufruir desse tipo de infra-estrutura, tendo em vista a falta de condições financeiras da população.

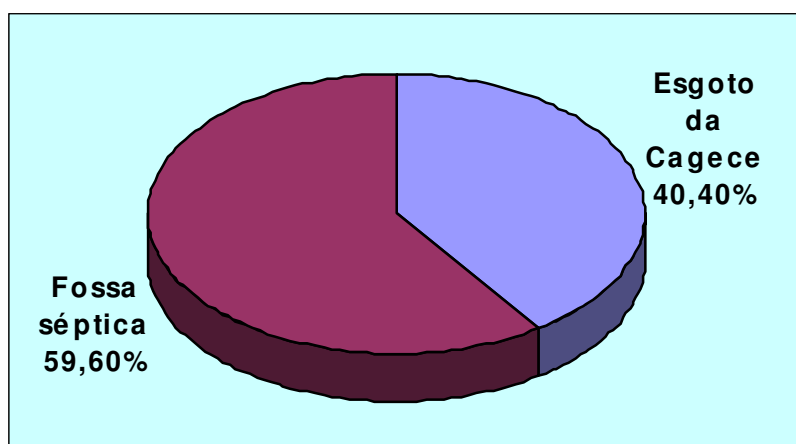


Gráfico 4: Situação do esgoto na faixa de praia do primeiro trecho da Avenida Costa Oeste - Grande Pirambu.

Fonte: Pesquisa Empírica, 2005.

Os dados apresentados nos gráficos 3 e 4 expressam que o resultado atingido não foi o esperado, o que sinaliza a falta de atendimento à população, pois, segundo os representantes do órgão responsável (Seinfra), a faixa de praia do Grande Pirambu apresenta a malha de esgotamento sanitário totalmente concluída e liberada para operação. A explicação para a não utilização dessa infra-estrutura está na dificuldade financeira das famílias, além de outros entraves.

Sobre as entrevistas com os técnicos responsáveis pelo Projeto Costa Oeste e pelo Projeto Sanear, duas observações merecem ser efetuadas: a primeira diz respeito ao parecer

técnico do Projeto Costa Oeste, o qual avalia que os atuais domicílios localizados na área da faixa de praia não foram contemplados, tendo em vista que os mesmos deveriam ser demolidos com a construção da Avenida Costa Oeste. A segunda se refere à visita que fizemos a Seinfra, em cuja oportunidade, um dos técnicos responsáveis pelo Projeto Sanear afirmou existirem domicílios situados no traçado da via, que não foram contemplados, por ocuparem cotas topográficas muito rebaixadas, para os quais só será viabilizada a ligação após a conclusão da Avenida Costa Oeste.

Os argumentos apresentados em relação à falta de saneamento na faixa de praia sugerem que a infra-estrutura (Projeto Sanear) instalada no local aguarda a conclusão da Avenida Costa Oeste para sua total utilização, tanto no que diz respeito ao esgotamento sanitário, quanto à coleta de lixo. Pois, com a construção da avenida e a abertura de novas ruas transversais, o caminhão de coleta do lixo poderá trafegar pelas ruas até então não contempladas com este serviço.

Apesar do quadro exposto sobre o não atendimento dos domicílios situados na faixa de praia pelo Projeto Sanear, a orla marítima do Grande Pirambu, em especial, a Barra do Ceará, vem tornando-se o foco das atenções para onde convergem os projetos urbanísticos da cidade.

Essa constatação refere-se aos projetos urbanísticos operacionalizados pelo poder público municipal, destacando-se a ponte José Martins Rodrigues, entregue à população em outubro de 1997 e a Urbanização do Pólo de Lazer da Barra do Ceará, em 2004.

A ponte José Martins Rodrigues (ponte sobre o rio Ceará) insere-se no Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, com o objetivo de integrar Fortaleza à Região Turística do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) (Plano de Desenvolvimento Sustentável, 1995-1998).

A referida ponte permitiu a diminuição considerável da distância entre as praias de Fortaleza e as demais praias do litoral oeste do Estado do Ceará, aumentando o fluxo de pessoas da capital para estas praias, ficando a ponte José Martins Rodrigues conhecida como a ponte do turismo.

A ponte sobre o rio Ceará também propiciou significativas mudanças na área. Dentre elas, destacamos além da tradicional travessia de barco para a praia, o surgimento de passeios ecológicos ao longo do rio Ceará, sendo vislumbrados durante o percurso as belezas naturais do rio Ceará, dentre elas, o seu exuberante manguezal.

Quanto ao Projeto de Urbanização do Pólo de Lazer da Barra do Ceará, este foi anunciado em dezembro de 1997 e visava, segundo o gerente de Desenvolvimento Territorial

e Meio Ambiente da Secretaria Executiva Regional I (SER I) a “Estimular o ecoturismo e firmar convênios que permitam aos 15 barqueiros da área a realização de passeios ecológicos e educativos ao longo do rio Ceará” (PROJETO..., 1997).

Tendo iniciado as obras somente em 2000, o Projeto de Urbanização do Pólo de Lazer da Barra do Ceará efetivou as seguintes ações: a construção de uma quadra de esporte, a indenização de 27 barracas, a construção de um ‘*pier*’ de três quilômetros, e a recuperação da pracinha do Pólo de Lazer da Barra do Ceará, com um monumento inaugurado no dia 25 de julho de 2004, em comemoração ao dia do padroeiro do bairro, São Tiago, conforme explicitados na figura 6.



Figura 6: A praça e o monumento do Pólo de Lazer da Barra do Ceará (à esquerda) e o píer de três quilômetros – Barra do Ceará (à direita) .

Foto: SANTOS, abril de 2005.

Embora a obra tenha sido dada como concluída pela Prefeitura em 2004, faltou ainda ser efetivadas algumas obras propostas pelo Projeto de Urbanização do Pólo de Lazer da Barra do Ceará, como: a construção de trinta e oito barracas geminadas, ancoradouro, calçadão ao longo da Avenida Radialista Jose Lima Verde até a Avenida Coronel Carvalho e a restauração do primeiro Hidroporto de Fortaleza, conforme indicados no projeto. Ainda acerca do referido projeto, o gerente de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da SER I, havia ressaltado “A idéia da Prefeitura é restaurar o primeiro Hidroporto que se encontra totalmente deteriorado e transformá-lo num museu” (PROJETOS..., 1998).

A explicação para a não efetivação dos outros equipamentos apresentados no projeto estaria na falta de recursos proveniente para o mesmo, e nas dificuldades financeiras enfrentadas pela nova administração da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Mas, é importante destacarmos que existe no Brasil uma prática por parte dos administradores públicos, de não

darem prosseguimento a obras iniciadas por administrações anteriores, prejudicando a população e os cofres públicos.

Tais ações, assim como outras até então efetuadas, demonstram o processo de expansão do turismo na cidade. E o poder público tanto municipal como estadual, tem expressado, desde a década de 1990, por meio de políticas públicas, uma preocupação especial com a faixa litorânea do Grande Pirambu.

Em 1994, o Grande Pirambu foi objeto de atenção do poder municipal, ficando ao cargo do Arquiteto Marrocos Aragão elaborar um projeto de urbanização para a área. O projeto, denominado de Parque Marinho da Costa Oeste de Fortaleza visava à urbanização da área, ampliando o espaço para o lazer, arborização, sanitários, restaurantes, ciclovias, campos de esporte e barracas de praia (SANTOS, 2004). Segundo Marrocos Aragão, o projeto valorizava a permanência da população local.

O projeto tinha como maiores diferenciais à permanência da população nos bairros e a construção de um calçadão em vez de avenida. Isso representaria os interesses da população e não dos especuladores, como acontece com o Projeto Costa Oeste. Era voltado ao homem e não à especulação imobiliária. Favela não se retira, se urbaniza (COEMA..., 2001).

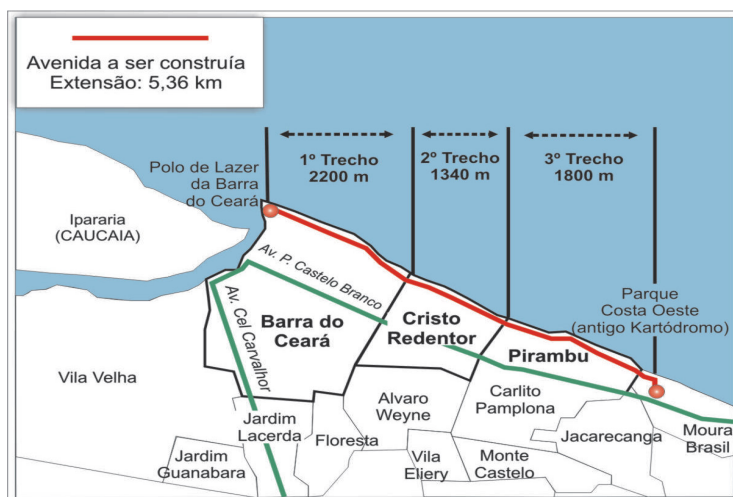
Entretanto, o referido projeto não se concretizou, sendo retomadas as discussões em 1996, pelo Governo do Estado visando, naquele momento, à construção de uma via expressa cujo objetivo principal seria o descongestionamento da Avenida Leste Oeste, que deveria ocorrer após a conclusão da Ponte José Rodrigues Martins, o que de fato não aconteceu devido o pedágio cobrado pela travessia.

A partir daí, o Projeto Costa Oeste passou por inúmeras adequações, críticas, alterações (via expressa para via paisagística, dentre outras) e aprovação do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ambiental (EIA/RIMA) pela Semace, no qual o Projeto Costa Oeste, foi aprovado no dia 27 de setembro de 2001 pelo Conselho Estadual do meio Ambiente (Coema). Esta data (27 de setembro de 2001) marcou o início de uma nova luta pelo território, na qual os agentes envolvidos nesse processo são as associações comunitárias, o Estado e a comunidade em geral (analisados mais adiante).

O Projeto Costa Oeste apresenta os seguintes objetivos: a) abertura da malha viária local, possibilitando a integração da comunidade com o resto da cidade e melhorando as condições de atendimento às demandas por serviços públicos de segurança, saneamento e

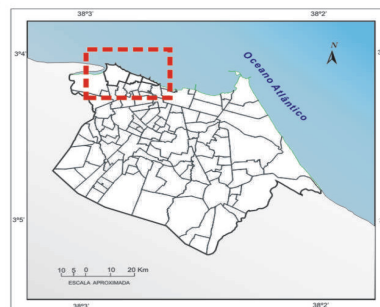
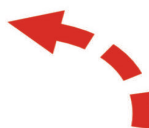
saúde, transporte e educação; b) realização de projetos de drenagem, paisagismo e urbanismo, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população local; c) oferta de áreas públicas voltadas para o lazer; d) melhoria das condições ambientais da faixa de praia visando ao aproveitamento de seu potencial paisagístico; e) deslocamento do interceptor oceânico.

O supracitado projeto visa ainda, à construção de uma via paisagística litorânea, situada na zona oeste, compreendendo 5,36 km de extensão, os quais serão divididos em três trechos. O trecho I vai da Avenida Radialista José Lima Verde até à Rua Francisco Calaça com extensão de 2.200m; O trecho II, da Rua Francisco Calaça até a Av. Pasteur com 1.340m de extensão; e o trecho III, da Pasteur até o antigo kartódromo numa extensão de 1.800m (mapa 2). Além da via paisagística, deverão sofrer intervenção em 18 ruas transversais de acesso à praia, com vistas a aumentar o acesso à praia, fato que na atualidade, são apenas quatro.



ORGANIZAÇÃO: Francineila Pinheiro.
CARTOGRAFIA: Josué Alencar Bezerra, 2005.
FONTE: Jornal O Povo, 2001.

Mapa 2: Os trechos da Avenida Costa Oeste – Grande Pirambu.



A Via Paisagística será revestida de paralelepípedos, com velocidade limitada a 40Km/h, na qual serão implantados diversos equipamentos: estacionamentos, quiosques de peixes e verduras, galpão de jangadas, barracas e *playgrounds*. Tudo visando a atender moradores e visitantes.

A instalação desses equipamentos visa, além do atendimento à população local, a atrair pessoas de outros bairros da cidade para a área, iniciando um processo de reversão da imagem do Grande Pirambu, tida como área de poluição e violência para o restante da cidade (aspectos analisados no próximo capítulo).

De acordo com a SCLR (2005), cerca de 4.901 famílias serão atingidas no total, sendo 2.905 famílias indenizadas e 1.996 reassentadas. Salientamos que os citados conjuntos de reassentamento fazem parte do programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste, propiciadores dos processos de desterritorialização e reterritorialização desencadeados no Grande Pirambu.

A princípio, a remoção das famílias foi a grande preocupação e a “revolta” para algumas associações comunitárias e moradores do Grande Pirambu, o que denota a consciência desses atores sociais em relação ao processo de desterritorialização suscitado para a área. Ao ficarem cientes da aprovação do Projeto Costa Oeste, dão início então aos debates e reuniões, culminando com inúmeras polêmicas e discussões, notadamente entre associações comunitárias e o Governo do Estado.

O Grande Pirambu destaca-se de outros bairros populares da cidade, pela sua história de luta e organização popular. Organização popular que gerou cerca de cem associações comunitárias na área (sindicatos, associações, conselhos, ONGs e entidades), as quais, no que diz respeito ao Projeto Costa Oeste dividem-se em dois grupos: um grupo oposto ao Projeto, contrapondo-se ao Governo; e outro a favor e talvez por isso visto por algumas pessoas da comunidade como “cooptado” pelo Estado.

O primeiro grupo liderado pelo Movimento em Defesa da Vida das Goiabeiras e Adjacências (MDVGA), resiste e não concorda com a implantação do projeto; e, desde o início, vem lutando contra a obra, tendo inclusive contribuído para o embargo da mesma.

Desse modo, destacaremos a opinião de um componente do referido grupo, Regina, contrária ao Projeto Costa Oeste:

Eu sou contra a Avenida Costa Oeste, porque ela não vem beneficiar o povo que está aqui, pois a gente sabe que o fim é a especulação imobiliária. Agora eu sou a favor de um projeto que vise a melhoria e o bem estar de pobres e ricos morando no mesmo lugar. Poderia ser construído um calçadão ao invés da avenida, pois com a pavimentação iria melhorar o fluxo da água, a circulação das pessoas, a limpeza da praia, poderia ser

feito uma ciclovia para as pessoas como forma de lazer e assim as pessoas permaneceriam [sic!]² no seu lugar (REGINA, 2001, informação verbal).³

A opinião da entrevistada demonstra conscientização sobre os desafios postos à população local após a conclusão do Projeto Costa Oeste, sobretudo, relacionado à especulação imobiliária da área. Contudo, no que se refere um projeto de urbanização que permitisse a permanência de todas as pessoas na área, talvez isso não seja mais possível devido o grande adensamento populacional que existe na faixa de praia do Grande Pirambu.

Em resposta a essas opiniões, a Seinfra, por meio de seus representantes fizeram as seguintes declarações:

São 2.500 famílias que serão retiradas no trecho, sendo a maioria da área de risco, perto do mar, sujeitas a constantes inundações. Além disso, aquela parte degradada da cidade será integrada as demais através de 18 ruas transversais, possibilitando acesso de serviços como ambulância, bombeiros, coleta de lixo, entre outros (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SEINFRA..., 2001).

A população uniu-se, formando um segundo grupo, favorável ao projeto Costa Oeste trabalhando na formulação de documento denominado Propostas ao Documento do Movimento Costa Oeste, entregue ao poder público, com o objetivo de fazerem parte do referido projeto. O citado documento apontava as seguintes propostas: a) construção de um galpão para exposição de artesanato, teatro, shows musicais e espaço para realização de cursos diversos; b) construção de quadra poliesportiva e áreas reservadas para skate; c) implantação do logotipo ‘Projeto Costa Oeste’; d) construção de box para artesanato, pontos de comida regional e lanches; e) implantação do projeto Policiamento Popular na Avenida Costa Oeste; e) criação de linhas de ônibus com itinerário Barra do Ceará - Pirambu; f) criação de linhas de ônibus para o programa ‘Vamos à Praia’; g) construção de galpão destinado à atividade pesqueira e aos consertos das embarcações.

Em face dessas propostas, nota-se a preocupação das lideranças em fazer parte do Projeto Costa Oeste, associando-o a uma política de geração de emprego e renda. Acrescenta-se ainda a desconfiança acerca do processo de inserção dos moradores do Grande Pirambu nas

² apesar de termos ciência do uso da partícula “sic!” para apontar o que se convencionou chamar de “erros” de linguagem, a partir deste ponto não a utilizaremos nas falas das pessoas entrevistadas, em respeito ao nível do grupo lingüístico no qual estão inseridas, dada o seu nível de renda não propiciar o equitativo acesso à escolaridade. Bem como para dar fluência ao texto, pois a presença do “sic!” seria constante, dificultando a leitura e desviando a atenção do seu conteúdo.

³ Entrevista concedida por Regina, moradora do Grande Pirambu, em outubro de 2001.

oportunidades propiciadas pela Avenida Costa Oeste, “*Tenho medo que os benefícios da nova Avenida não cheguem à população, que fique como o Marina Park, que a gente só pode ver o mar de longe*” (COEMA..., 2001).

Utilizando-se como parâmetro às declarações acima, acredita-se que as associações favoráveis ao Projeto Costa Oeste denotam, simultaneamente, uma credibilidade de melhoria para a área pautada no referido projeto, e medo de que as benesses do mesmo não atinjam a todos.

Os debates, reuniões, manifestações e visita ao local onde estava sendo construída a Avenida Costa Oeste, liderados pelo MDVGA, propiciaram a elaboração de dois pareceres técnicos organizados pelo Professor Dr. Jeová Meireles do Departamento de Geografia da UFC, e pelo MDVGA. Os pareceres, além de evidenciar a angústia de famílias atingidas pela obra, demonstraram principalmente impactos ambientais negativos na área do empreendimento. Dentre eles, temos:

a) o prisma de praia⁴ utilizado para instalar a avenida encontra-se em elevado estágio de erosão. Durante o período compreendido entre os dias 18 de julho e 19 de setembro de 2003, detectou-se em visitas de campo que aproximadamente 3 metros de berma⁵ foram suprimidos, conforme evidencia a figura 7.

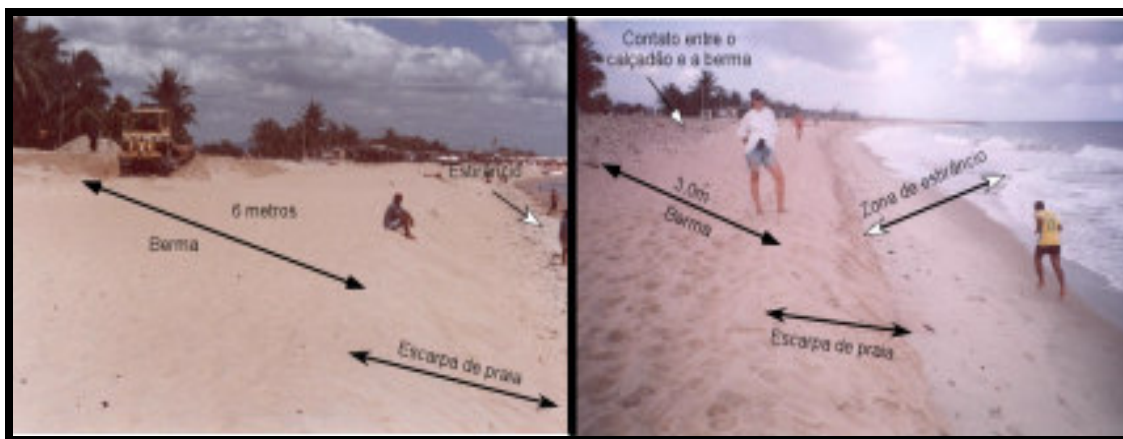


Figura 7: **Zona de berma com 6 metros (à esquerda) e zona de berma com 3 metros (à direita).**
Foto: MEIRELES, julho e setembro de 2003.

⁴ prisma de praia (prisma praiial) – perfil transversal entre a zona de surf e o limite da berma. Envolve uma seqüência de processos dinâmicos que originam morfologias derivadas dos processos costeiros (deriva litorânea, ondas, marés, correntes marinhas, ventos). Engloba a zona de surf, estirâncio e berma. Em faixas litorâneas com excesso de sedimentos, normalmente ocorrem corpos dunares sobre a berma.

⁵ Berma – unidade morfológica de domínio do ambiente praiial, pertencente ao domínio da maré, localizada entre a linha de estirâncio e os terraços marinhos (ou campo de dunas).

Essa morfologia caracteriza-se por representar um volume de sedimentos para a regularização dos processos dinâmicos ao longo da linha de praia. Como a avenida está sobre a zona de berma, esta deverá ser atingida com a progressiva erosão.

b) A remoção de sedimentos (areia) da zona de berma e estirâncio⁶ visualizados na figura 9, por tratores para construção das camadas de base da obra, vem gerando alterações na estrutura do pacote sedimentar, modificando suas propriedades físicas. Por tratar-se de depósito de areia destinado à ação das marés (utilizado para regular a quantidade de areia na faixa de estirâncio durante os eventos de ressacas), alterações na estrutura sedimentar, compactação, mudanças na porosidade e permeabilidade, poderão influenciar na dinâmica de remobilização sedimentar, provocada pelas ondas, acelerando o processo erosivo local.



Figura 8: **retirada de areia no local destinado ao porto das jangadas.**
Foto: MEIRELES, novembro de 2002.

Destacamos a declaração feita pelo senhor Cláudio, morador e pescador da área, o qual afirma ter prevenido e alertado os técnicos responsáveis pelo Projeto sobre os prováveis estragos:

Não fizeram certo por que não quiseram, mas eu avisei. Tinha que ter feito essa parte aqui pro lado de lá. E aí essa primeira pista mais próxima do mar era o local para deixar livre, o local para a gente botar os barcos, mas eles não quiseram. Quiseram foi fazer desse jeito, com a Avenida quase dentro da água. Eu avisei para o Engenheiro que ele fazia aqui, o mar vinha e

⁶ Estirâncio – faixa de praia entre os limites de maré alta e maré baixa. É no estirâncio onde ocorre grande parte do transporte de sedimentos pela ação das ondas e, durante a maré baixa, as areias são transportadas pelo vento.

*derrubava e ele falou que quando derrubasse ele já estava no Rio de Janeiro (CLAÚDIO, 2001, informação verbal)*⁷.

c) os trabalhos de terraplenagem vêm produzindo um desnível entre as casas e o relevo da avenida produzida com a retirada da areia e explicitada na figura 9. Além disso, não verificamos a implantação de medidas de estabilidade dos taludes produzidos pelo trator de esteira, elevando os riscos de deslizamento de material sedimentar e danos estruturais nas casas (segundo informações de moradores, foram originadas rachaduras nas paredes e pisos) e vias de acesso dispostas nas imediações da avenida.



Figura 9: **desnível nas residências na cota superior.**
Foto: MEIRELES, setembro de 2003.

d) parte do calçadão encontra-se instalado na zona de berma, e vem sendo exposto pela a ação das ondas, sendo danificado pelo processo erosivo, como vem ocorrendo com parte do trecho construído da Avenida Costa Oeste, propiciando estragos ao longo da via evidenciada pela seqüência de fotos da figura 10.

Esses elementos sinalizam perigo para a estrutura construída, tendo em vista que durante o período das ressacas, as areias que constituem a zona de berma serão solicitadas pelas ondas e marés, podendo atingir as estruturas de engenharia produzindo solapamento, ou eventos de *swell* e ressacas já evidenciadas em ruas e avenidas litorâneas de Fortaleza, a exemplo da praia do Meireles.

⁷ Entrevista concedida por Cláudio, Pescador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.



FIGURA 10: Trechos da Avenida Costa Oeste destruída pela maré - 2006.

Elaboração: Maria Francineila P. dos Santos

No âmbito dessa discussão, surge preocupação quanto à forma segundo a questão ambiental vem sendo pensada por essas políticas públicas implementadas na zona costeira, sobretudo, por tratar-se de ambiente ecologicamente instáveis, e extremamente frágeis, do ponto de vista morfodinâmico. Desse modo, o uso desses espaços litorâneos exige um prévio planejamento, no intuito de amenizar o “*stress*” ambiental e otimizar o aproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas da área.

Em decorrência dos impactos ambientais negativos e as irregularidades constatadas no local do empreendimento foram elaborados dois pareceres técnicos entregues ao Ministério Público Federal, culminando em dois embargos da Avenida Costa Oeste. Ademais, o licenciamento ambiental foi concedido pela Semace, quando, segundo o Juiz substituto da 4ª vara, George Marmelstein Lima, o licenciamento deveria ter sido concedido pelo Ibama.

O primeiro embargo ocorreu no dia 14 de novembro de 2002 (conforme decisão liminar em anexo), durou sete meses, tendo sido retomada as obras em junho de 2003. Já o segundo ocorreu no dia 07 de agosto de 2004, durando somente 28 dias, tendo em vista a cassação da liminar, exposta logo abaixo.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Nelson Jobim, derrubou ontem a liminar concedida ao Ministério Público, que impedia seu andamento. Ao todo foram duas paralisações, em novembro de 2002 e agosto de 2004. [...] A decisão do Ministro Nelson Jobim se baseou na alegativa do Estado do Ceará, em que pesa uma grave lesão à economia, saúde e segurança pública (STJ ..., 2004).

Entretanto, a onda de embargos não havia terminado. Em dezembro de 2005, a Avenida Costa Oeste é mais uma vez interdita (explicitaremos a respeito mais adiante).

No tocante à população atingida, as opiniões se dividem, algumas pessoas que deverão sair não estão satisfeitas com o Projeto Costa Oeste, como bem demonstra a entrevista a seguir,

*Eles vieram aqui, mediram a casa, mas ainda não disseram quanto vai ser a indenização, eu não preferi as casas do reassentamento porque elas são muito pequenas e aqui eu tenho a minha casa e ao lado é a marmoraria, que é de onde eu tiro o meu sustento; por mim eu não tenho vontade de sair, pois fui um dos primeiros moradores do conjunto em 1983, aqui eu tenho a minha clientela e vivo muito bem (ROMARIO, 2003, informação verbal, grifo nosso)*⁸.

Por outro lado, o Projeto Costa Oeste é visto como algo positivo pelas pessoas que permanecerão na área. É o que pode ser constatado por meio do depoimento de Elaine, ao

⁸ Entrevista concedida por Romario, Grande Pirambu, em setembro de 2003.

fazer a relação do projeto com a distribuição e geração de renda, “*É um bom projeto. Falta só ser executado. A urbanização vai trazer o turismo e mais segurança. Vai trazer mais emprego*” (ELAINE, 2005, informação verbal)⁹.

Conforme o depoimento da barraqueira Elaine, nota-se a expectativa positiva em relação à construção da Avenida Costa Oeste. Entretanto, tal fato só ocorrerá, caso não se efetive uma requalificação urbana na área. Por requalificação urbana entende-se a mudança no tipo de uso do solo urbano de uma determinada área.

Em 1998, surgiu na mídia fortalezense matérias jornalísticas sobre o processo de discussão e construção do Projeto Costa Oeste. Neste momento, o então Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Ceará (IAB-CE), Joaquim Cartaxo faz declaração acerca do assunto.

[...] com a construção da avenida Costa Oeste, grande número de moradores da região continuarão a ser deslocados. É a requalificação urbana ou mudança do tipo de ocupação predominantemente residencial de baixa renda para interesse do setor turístico e imobiliário – grandes condomínios, hotéis, restaurantes e outros equipamentos (CARTAXO..., 1998).

A opinião de Joaquim Cartaxo ressalta preocupação com a possível requalificação urbana do Grande Pirambu após a construção da Avenida Costa Oeste, idéia reforçada em 2001 pelo Geógrafo Jose Borzacchiello da Silva, na reunião de aprovação do referido projeto:

A revitalização da zona oeste pode incorporá-la à malha especulativa do setor imobiliário. As melhorias realizadas na região nos últimos anos vêm valorizando a área e os moradores podem se ver a margem do processo de transformação do lugar onde sempre viveram. É um projeto de exclusão disfarçada (NOVA..., 2001).

A intervenção pública por meio dos projetos implantados na área em questão, como: a ponte sobre o rio Ceará, o Projeto Sanear, a reforma do Pólo de Lazer da Barra do Ceará, e atualmente o Projeto Costa Oeste, demonstram que o Grande Pirambu vem sendo preparado para uma requalificação urbana (discutiremos no próximo capítulo), a qual poderá concretizar-se através da especulação imobiliária, algo ocorrido em outras áreas da cidade, a exemplo do Mucuripe com a Avenida Beira Mar, como bem relata o senhor José Maria,

⁹ Entrevista concedida por Elaine, barraqueira do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

No Grande Pirambu, vai haver especulação imobiliária, como houve no Mucuripe. O Mucuripe anos atrás, era igual ao Pirambu, talvez fosse até pior. O que foi que aconteceu? A especulação imobiliária loteou o Mucuripe. Quem mora no Mucuripe? Quem tem dinheiro (ATA da Audiência Pública, 20/06/02).

Diante da ação do poder público para a implantação desses projetos no Grande Pirambu, pressupõe-se que o mesmo esteja vinculado à tentativa de ingressar a área na dinâmica turística da cidade. Considerando essa perspectiva, Bernal (2003, p.172) no seu estudo sobre a Metrópole Fortaleza e as transformações ocorridas na capital cearense faz a seguinte suposição.

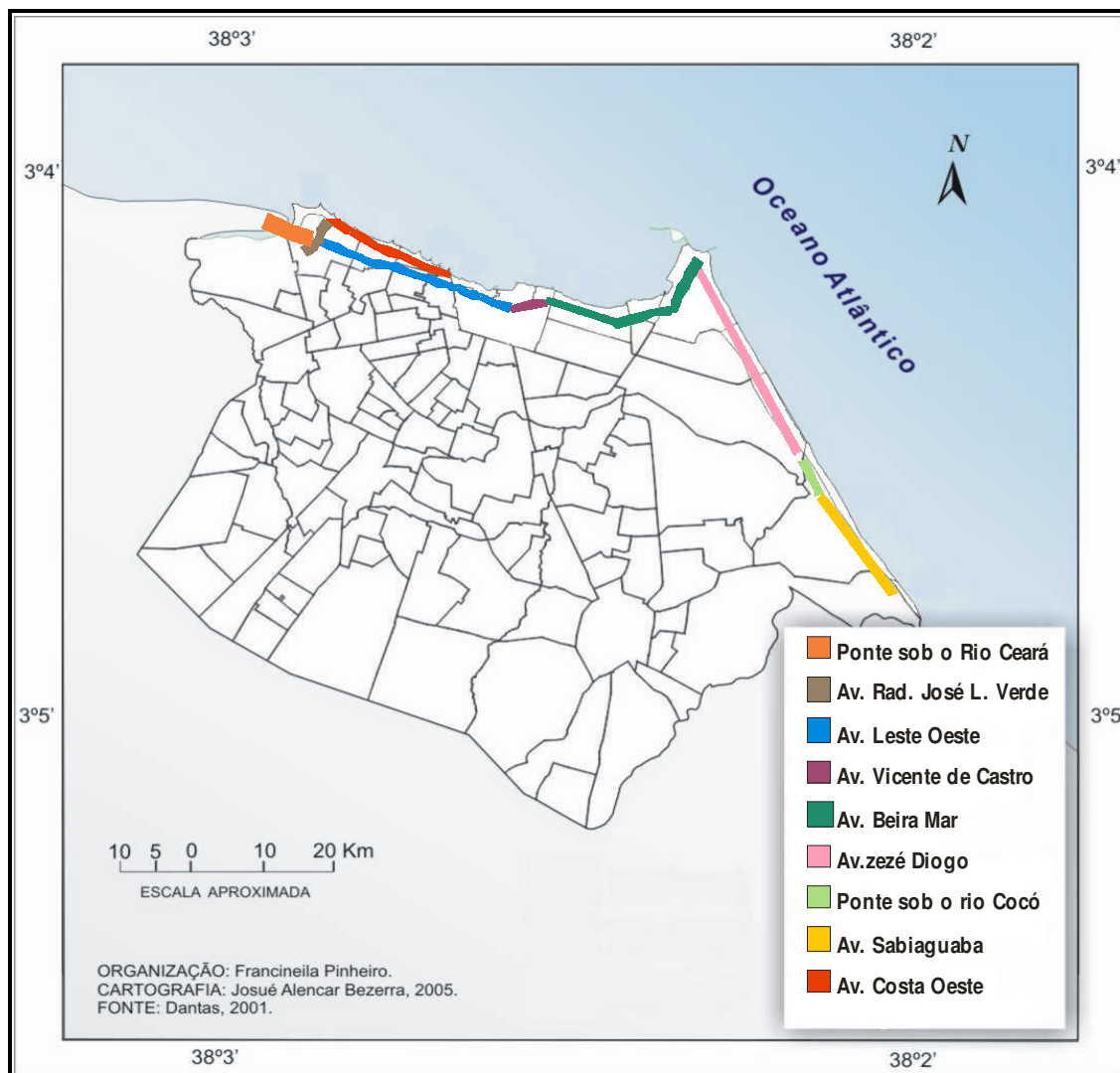
Nesta região há um forte potencial de expansão urbana com a requalificação dos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, através do Projeto Costa Oeste. [...] Essa revitalização da costa oeste de Fortaleza, será um atrativo para o capital imobiliário e turístico que já conta com a saída de parte de sua população para áreas distantes, desprovidas de infra-estrutura, serviços e equipamentos, para dar lugar ao embelezamento da cidade e para atrair o turismo.

A busca incessante por novos espaços litorâneos propícios à atividade turística em Fortaleza tem como base a competitividade estabelecida principalmente entre esta e as demais capitais nordestinas, nos quais o turismo tornou-se uma atividade prioritária para os governos locais.

Atualmente, o Projeto Costa Oeste conta com 408 famílias indenizadas; 6 conjuntos de reassentamento entregue, totalizando 828 famílias reassentadas e 2Km de via construída com ciclovias e passeios (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SDLR, 2006).

Traçando um paralelo entre o passado e o presente, da mesma forma que a Avenida Leste-Oeste serviu para integrar a zona oeste da cidade de Fortaleza à zona leste, objetivando o transporte de mercadorias e a erradicação de áreas pobres próximas a área central da cidade, através do processo de desterritorialização ocorrido no local, a Avenida Costa Oeste em construção na faixa de praia do Grande Pirambu deverá completar a infra-estrutura viária margeando todos os espaços litorâneos da cidade, objetivando a requalificação urbana da área e atendendo a necessidade por novos espaços de lazer e moradia à beira-mar, facilitados pelos processos de desterritorialização e reterritorialização do Projeto Costa Oeste.

O mapa 3 demonstra as vias litorâneas da cidade de Fortaleza, completamente interligadas e dotadas de infra-estrutura, restando apenas o espaço litorâneo do Grande Pirambu para completar o traçado de vias margeando o litoral fortalezense.



Mapa 3: Vias litorâneas de Fortaleza/CE.

Na atualidade, o litoral fortalezense possui vias litorâneas margeando toda a orla marítima, levando-nos a afirmar que o turista recebido em Fortaleza chega a qualquer praia da cidade facilmente, com exceção das praias da zona oeste, notadamente as ocupadas pelo Grande Pirambu.

Há a expectativa de que o Porto do Pecém promova de forma indireta um processo de conurbação, o qual integrará Pecém e Caucaia (no litoral oeste do estado) à Fortaleza, servindo a Avenida Costa Oeste para desafogar o aumento do fluxo viário da Avenida Leste Oeste.

Após todas as expectativas relacionadas ao Projeto Costa Oeste, os embargos que esta continua enfrentando e todas as discussões entre associações, Estado, moradores e técnicos, atualmente o poder público assume um novo discurso através de murais instalados ao longo da via e em escolas públicas da área, localizadas na Avenida Leste-Oeste via de intenso fluxo de

carros e pedestres, funcionando como excelente veículo de propaganda e aceitação do Projeto Costa Oeste (Figura 11).



Figura 11: **Mural na Avenida Costa Oeste (à esquerda); Mural no colégio público (à direita).**
Foto: SANTOS, novembro de 2005.

O *slogan* “a Avenida Costa Oeste vai ser nossa Beira Mar” visa mostrar que este projeto foi elaborado para a própria comunidade, pelo qual os moradores do Grande Pirambu, assim como a elite fortalezense (dispondo da Avenida Beira Mar na zona leste da cidade) também tem o “direito” a sua avenida Beira Mar.

Salientamos ainda os constantes comerciais televisivos financiados pelo Governo do Estado, difundindo o Projeto Costa Oeste na mídia cearense. Dentre estes, temos o vídeo produzido em 2005, denominado de “Nova Beira Mar” (Figura 12) com duração de 30 segundos. Apesar da curta duração, as imagens são enfáticas em mostrar a melhoria na qualidade de vida da população proporcionadas pelo Projeto Costa Oeste.

Na figura 12, parte “A”, surge a antiga casa da senhora Maria Helenilda, ressaltando as dificuldades enfrentadas pela mesma, “*Lá era muito difícil, por que tinha rato e mosquito*”. Em seguida, as partes “B, C e D” do vídeo mostram respectivamente a Avenida Costa Oeste enquanto “A nova Avenida Beira Mar ligando o Pirambu a Barra do Ceará”.

As quatro cenas seguintes destacam a quantidade de famílias indenizadas ou transferidas para os conjuntos de reassentamento “1.600 famílias foram indenizadas ou transferidas para perto de onde viviam com água, esgoto e outros serviços básicos”, evidenciando os resultados do Projeto Costa Oeste, inclusive com destaque para a figura do policial representando segurança pública para todos.



Figura 12: Trechos selecionados do vídeo “Nova Beira-Mar”.
Fonte: Link Propaganda, 2005.

Na última passagem a senhora Maria Helenilda torna-se personagem central apresentando melhorias proporcionados pelo Projeto Costa Oeste “*Aqui recebo mais visitas e fica perto da parada de ônibus*”.

A partir desses comerciais televisivos, percebemos o enfraquecimento de ações contra o Projeto Costa Oeste, assim como o aumento na aprovação do referido projeto pela população local, no qual das 70 entrevistas realizadas no Grande Pirambu, incluindo pescadores, barraqueiros, moradores, reassentados e indenizados, 60 entrevistados se colocaram favoráveis ao projeto, enquanto 4 pessoas se manifestaram contrárias e 6 colocaram-se nem contra, nem a favor e/ou não souberam opinar.

A frase “A Avenida Costa Oeste vai ser nossa Beira-Mar”, também denota que a produção e valorização dos espaços litorâneos de Fortaleza deram-se de forma diferenciada, na qual nem todos os fortalezenses tiveram o direito a uma avenida Beira Mar, dotada de infra-estrutura adequada e equipamentos de lazer.

Sendo assim, a produção e valorização dos espaços litorâneos de Fortaleza são resultado de lógicas diferenciadas: zona leste, práticas de veraneio, lazer e habitação da classe abastada, enquanto a zona oeste, local de trabalho, pesca e lazer popular. Partindo dessa concepção, os atores sociais envolvidos nesse processo e as políticas públicas de turismo em Fortaleza serão o foco de nossas próximas discussões.



CAPÍTULO 2

O LITORAL FORTALEZENSE

2 O LITORAL FORTALEZENSE

Em Fortaleza, a partir da segunda metade do século XIX, a população de *status* mais elevado iniciou o processo de ocupação e valorização dos espaços litorâneos da cidade, instalando-se na zona leste.

Porém, a valorização dos espaços litorâneos, como em outras cidades litorâneas com semelhanças à Fortaleza, deram-se de forma diferenciada. Em Fortaleza, a zona leste foi ocupada, predominantemente, pela classe média e alta da cidade; enquanto a zona oeste, pelos segmentos de baixa renda. Corrêa (2001, p. 178) reflete sobre essa realidade nas cidades litorâneas, e declara “Criam-se assim, aparentemente, duas cidades. Uma de opulência, bem-estar e poder, e outra de pobreza e desesperança. Elas, são partes integrantes da mesma unidade contraditória, cujas contradições se viram agravadas e expressas com maior nitidez nas áreas segregadas dos setores seletivos, de um lado, e das periferias urbanas, de outro.”

Aliado a tal constatação, destacamos o caráter conflituoso da produção dos espaços litorâneos de Fortaleza, notadamente, no trecho ocupado pelo Grande Pirambu, o qual, no primeiro momento serviu para abrigar os pobres da cidade, desvalorizando seu espaço litorâneo, enquanto na zona leste o solo urbano atingia intensa valorização. Entretanto, na atualidade, com a atividade turística exercida na cidade, o próprio poder público, que muito contribuiu para a formação da zona oeste desvalorizada, tenta reverter esta situação por meio da implantação de políticas públicas.

A partir daí, todos os espaços litorâneos de Fortaleza tornam-se locais de intervenção do poder público estadual visando a transformar a cidade em ‘Portal do Atlântico’, pois conforme afirma Dantas (2002, p. 93), “As ações do poder público situam-se, pois, desvinculadas de antiga lógica, aquela que opunha a zona oeste à zona leste. Toda a zona de praia é palco das ações.”

Desse modo, discutiremos a produção e a valorização dos espaços litorâneos de Fortaleza pelo uso e ocupação do solo nestes espaços, assim como a atividade turística desenvolvida nesta zona da cidade.

2.1 Produção e Valorização dos Espaços Litorâneos de Fortaleza/CE

Os espaços litorâneos da zona leste de Fortaleza apresenta urbanização marcante, por meio de construções modernas e usos diferenciados, determinantes de uma valorização crescente nessa zona da cidade.

Mas nem sempre foi assim. Pelo contrário, o litoral no início do século XVII era totalmente desvalorizado, sendo utilizado apenas como território de pesca e de defesa contra os invasores estrangeiros. É nesse contexto que Fortaleza surge em 1603, como pequeno povoado, em face da política de defesa do território que estimulava a criação de fortes e vilas no litoral, no contexto do início do processo de ocupação do território brasileiro.

O litoral fortalezense compreende duas unidades geoambientais: a Planície Litorânea e os Glacis ou Tabuleiros Pré-Litorâneos, compartimentadas em duas zonas, a leste e a oeste. A zona oeste, área compreendida entre o Rio Ceará e a praia Leste Oeste, compreendem sub-moradias, ocupações e conjuntos habitacionais, com deficiente infra-estrutura básica. Entretanto, possui atrativos paisagísticos e belezas naturais exuberante.

A Planície litorânea situa-se entre as desembocaduras dos rios Ceará e Cocó, conforme demonstra a figura do litoral de Fortaleza e sua compartimentação em zonas (Figura 13), com aproximadamente 30 Km de extensão. Suas faixas de praias alongam-se por toda a extensão da costa, com larguras irregulares, concentrando elevado estoque de sedimentos em neo-formação, modelados por processos eólicos, marinhos, fluviais e mistos, caracterizadas pela ocorrência de formas de acumulação do tipo praias e dunas. O Glacis ou Tabuleiros Pré-Litorâneos situa-se entre os rios Cocó e o Pacoti, formando uma superfície plana com caimento topográfico suave em direção ao mar (SALES, 1993).

Devido à quase inexistência de barreiras físicas, salvo as dunas na zona oeste e o riacho Pajéu (na zona leste), as condições naturais do sítio urbano eram favoráveis à expansão da cidade. Sendo assim, Fortaleza, até então concentrada no centro expandiu-se, no primeiro momento, para a zona oeste, com a construção de luxuosas residências e instalação do Colégio Liceu, no bairro Jacarecanga, ocupando as áreas mais para o interior, sem privilegiar as zonas de praia, tendo em vista a presença das dunas que dificultaram a fixação de moradias; e, principalmente, a relação da sociedade fortalezense da época com o sertão. Enquanto na zona leste, praticamente não havia ocupação, em face do riacho Pajéu, que servia na época como obstáculo para o crescimento naquela direção (SILVA, 1992)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

TÍTULO: PARA ONDE SOPRAM OS VENTOS: POLÍTICAS
PÚBLICAS DE TURISMO NO GRANDE PIRAMBU/
FORTALEZA/CE.

AUTORA: MARIA FRANCINEILA P. DOS SANTOS
ORIENTADORA: D^{na}. RITA DE CÁSSIA DA C. GOMES

FIGURA 13:
O LITORAL DE FORTALEZA E SUA
COMPARTIMENTAÇÃO EM ZONAS.

LEGENDA:

-  Limite da Faixa de Praia de Fortaleza
-  Limite das Zonas de Praia

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA



Em 1875, foi efetivado a abertura de três avenidas – Avenida Dom Manuel, Imperador e Duque de Caxias, cujo resultado foi a produção de uma planta que ficou conhecida como a planta de Adolfo Herbster. A partir de então, ocorreu a expansão da cidade para a zona leste. Entretanto, as zonas de praia não despertam interesse, pois o mar era visto como território do vazio e do medo.

A expansão da cidade e a projeção de Fortaleza como centro urbano, em destaque com relação às outras cidades do estado, despertou a atenção da elite interiorana (fazendeiros da pecuária e do algodão) que, desejosa de desfrutar da vida urbana, transferiu-se para a capital. Esta população “Constrói uma cidade que exprime as relações com o semi-árido” (DANTAS, 2002, p. 31).

A elite interiorana, ao se instalar em Fortaleza, principalmente, na área central da cidade, constrói seus casarões, dando as “costas para o mar”, formando uma verdadeira barreira paralela ao litoral, isolando-se, pois as relações da sociedade no início do século XVIII eram fortemente ligadas ao sertão, e o mar era visto apenas como zona portuária e de pesca.

Inserido nessa mesma lógica de desprezar o mar e valorizar o sertão, tem-se, em 1880, a construção do Passeio Público – área de lazer em benefício da classe abastada, dotado de bancos, canteiros, café-bar, réplica de escultura clássica e três planos de avenidas – o primeiro para o desfrute das elites, o segundo para a classe média e o terceiro para os pobres. O terceiro pavimento consistia a área mais rebaixada, próxima ao mar (PONTE, 1993).



Figura 14: **Passeio Público.**
Foto: Arquivo NIREZ, 1910.

Nesse período o mar não era um espaço apropriado pela elite, pois além de zona portuária (espaço de trabalho de pessoas rudes, vestidas com roupas inapropriadas aos olhos da sociedade da época) era também local de habitação e trabalho dos pescadores. Sendo assim, a cidade desprezava o mar, algo representado em sua malha urbana, “A malha urbana apenas tangenciava a praia, com os edifícios construídos de costas para o mar” (ROCHA JUNIOR, 1984, p. 40).

Desse modo, as relações estabelecidas por intermédio do porto, possibilitaram a ocidentalização das classes abastadas. A elite voltou-se para a Europa, notadamente a França, utilizando-se dos produtos para a indumentária, para a saúde e para o cérebro; passando a adquirir hábitos e costumes europeus, ocasionando o início da mudança de mentalidade da elite local em relação aos espaços litorâneos (GIRÃO, 1954).

Chamamos a atenção para o que disse Dantas (2004, p. 68), ao ressaltar que a adoção das práticas marítimas pela elite fortalezense não se tratava apenas de simples transferência de informação dos modelos ocidentais nos trópicos, pois as práticas marítimas exercidas suscitam um quadro diferenciado daquele que lhe serviu de matriz. Esta hipótese foi confirmada pela análise das práticas marítimas realizadas em Fortaleza pelo referido autor, as quais, apesar de próximas, denotaram características diferenciadas daquelas encontradas no ocidente.

A princípio, a incorporação das práticas marítimas deu-se por meio das serenatas em noite de luar e dos banhos de mar, conforme assinala Barroso, em seu livro *Missisipi*.

O povo de Fortaleza costumava dizer que o Ceará Gás Company fizera contato com a lua. A seu modo tinha razão. Por que nas noites de luar não se acendiam os combustíveis de iluminação. O céu nordestino quase sempre espanado de nuvens permitia isso. Ficava, então, a cidade envolta na luz prateada e misteriosa que os poetas cantam e os namorados adoram. E as famílias aproveitavam a pouca claridade das ruas e a muita claridade das praias para tomarem banhos de mar (BARROSO, 1996, p. 159).

Apesar destas práticas ocasionarem a aproximação da elite com o mar, estas não conseguiram influenciá-las, a ponto de permitir a urbanização da faixa litorânea da cidade, e muito menos abandonar o centro, local de moradia e lazer da sociedade fortalezense.

Entre os anos de 1920 e 1930, iniciou-se uma urbanização sensível das zonas de praia, motivada pelos seguintes fatores: a expansão da cidade para a zona leste da cidade com o veraneio; e a transferência do lazer do centro, com a instalação de clubes, inicialmente, na praia de Iracema e, posteriormente, no Meireles, conforme ressalta Dantas:

O fluxo das classes abastadas, para a parte leste da cidade, representam a consolidação da primeira tentativa de ocupação de espaços encontrados além das zonas consideradas como ideais para a habitação: as areias, sujeitas a ação direta dos ventos alísios e ocupados por barracos. Estas zonas da cidade renderam-se aos caprichos das classes abastadas, desejosas de se estabelecer em chácaras e ocupando espaços habitados pelos pobres. A praia de Iracema beneficiou-se da mesma lógica, mas, neste espaço ao norte de Fortaleza, referidas classes procuravam deleitar-se com o desenvolvimento de novas práticas marítimas, notadamente os banhos de mar e as caminhadas na praia, todas relacionadas ao veraneio e, principalmente, as demandas por lugares de lazer, em concorrência direta com o centro (DANTAS, 2002, p. 51).

É desse modo, que se inicia o processo de ocupação da zona de praia leste da cidade. Ao mesmo tempo acontece também uma intensa ocupação da zona oeste. Todavia, essa expansão se dá por meio de um outro processo, e com outros atores. É o processo migratório oriundo do interior do Estado para Fortaleza, que vai promover o intenso crescimento demográfico da cidade e, posteriormente, da zona oeste, assunto já discutido no capítulo 1.

A não valorização do litoral até então pela elite e a criação de uma cidade destinada à classe abastada facilitou a ocupação das zonas de praia pela população pobre (pescadores e retirantes), notadamente, na zona oeste, considerada área inóspita.

Desse modo, a periferia, escolhida para recepção de tudo que a cidade desprezava, foi a zona oeste, tendo em vista sua localização geográfica – a sotavento da cidade. Pois o discurso médico-higienista recomendava o afastamento das edificações insalubres, que deveriam ser instaladas no sentido oposto da direção dos ventos; isto é, à sotavento, para que evitasse a disseminação de doenças.

Assim, foram destinadas para a zona oeste, todos os equipamentos ditos insalubres pelo discurso médico higienista, vistos na época como focos de contaminação e doenças: a Santa Casa de Misericórdia (1847-1857), a Cadeia Pública (1854), o Lazareto da Lagoa Funda (1856) e o Cemitério João Batista (1865), tornando a área inóspita, com a recepção de dejetos jogados nas rampas das praias e deposição das quimoas, propiciadores de miasmas.

Na primeira metade do século XX, a situação de insalubridade da zona oeste acentua-se, tendo em vista as seguintes ações: a construção do primeiro sistema de esgotamento sanitário da cidade (1920), que lançava os dejetos no mar, sem nenhum tratamento; a instalação das oficinas da Rede de Viação Cearense – RVC (1928); a ocupação pelos imigrantes vindos do sertão, vitimados pela seca (1930); e a poluição atmosférica e sonora, causada pela instalação das indústrias, ocasionando a total desvalorização da área.

Os fatores relatados acima, em consonância com a concentração de atividades econômicas no centro da cidade, a abertura da zona leste após o Plano de Adolfo Herbster, e o avanço do uso do automóvel, possibilitaram a transferência da elite fortalezense do setor oeste, bairro Jacarecanga para a zona leste. Ao estudar a expansão urbana de Fortaleza, Silva (1992, p. 25) relata: “A busca de novos espaços pela burguesia que residiam na área central e oeste, implicou em alterações marcantes na cidade e na super valorização de bairros como Aldeota, Meireles, Praia de Iracema, Papicú, Bairro de Fátima e outros”. Mas a população só começa a transferir-se definitivamente do setor oeste a partir dos anos 1960, com a construção da Avenida Beira Mar em 1963.

Com a elite instalando-se nessa área, evidencia-se em Fortaleza a refuncionalização das zonas de praia leste da cidade. Inicia-se, então, uma nova lógica de apropriação do espaço, no qual o território dos pescadores e dos imigrantes, passa a ser o território das classes sociais populares, e do lazer da classe abastada. Assiste-se então, dialogando com Lefebvre, (1986), à transformação do espaço da produção, da natureza transformada representando um dom, uma resposta a certas necessidades dos indivíduos (pescadores e retirantes), no espaço do consumo, na transformação da natureza em mercadoria (lazer e veraneio).

Nesse contexto, tem-se, na década de 1930, uma forte pressão da elite sobre os espaços litorâneos da zona leste de Fortaleza, nos quais ocorre a expulsão dos antigos moradores, “Com a chegada das classes abastadas, o quadro é modificado. Se a coabitação torna-se possível entre pescadores e pobres, ela não é viável entre estas últimas e as classes retromencionadas” (DANTAS, 2002, p. 53).

O cenário construído, dá margem para o surgimento dos primeiros conflitos nas zonas de praia, entre os novos usuários e os antigos habitantes. A especulação imobiliária, oriunda dessa nova realidade, foi um dos principais fatores na promoção do conflito entre os dois grupos, uma vez que a valorização do solo urbano promoveu a expulsão dos antigos moradores, a princípio, na praia de Iracema, e em seguida na praia do Meireles.

Observamos que a valorização desses espaços litorâneos ocasionou processos de desterritorialização e reterritorialização, pois, ao mesmo tempo em que se provocou a desterritorialização de pescadores que sempre viveram na área, com raízes culturais e identidade local, consolidou-se uma nova reterritorialização, instalando a elite no litoral. Conforme nos aponta Rocha Junior ao estudar as transformações urbanas no litoral de Fortaleza.

A praia de Iracema, até então local de “fogo de caipira, pinga e facada de pescador” adquire novas funções urbanas. A praia, constituída por jangadeiros com suas casas de palhas, com suas areias muito limpas e repletas de coqueiros, desperta a cobiça dos veranistas mais abastados. Um dos primeiros foi o coronel Porto, comerciante vindo de Recife, que em 1926 inaugura seu palacete eclético, onde hoje funciona o restaurante Estoril. Em torno da casa dos Portos, novos pequenos palacetes se levantaram, formando aos poucos um casaril de feição eclética onde destacam-se os telhados de telha francesa (ROCHA JUNIOR, 1984, p. 44).

Nos escritos de Rocha Junior (1984), fica implícito que a praia de Iracema se reproduz a partir de um processo de urbanização que demorou um curto espaço de tempo, pois a construção do Porto do Mucuripe, no final dos anos 1940, ocasionou intenso processo erosivo, atingindo a praia e ocasionando a transferência da elite para as praias do Meireles, Volta da Jurema e Mucuripe. Após o ocorrido, a praia de Iracema firmou-se como território do lazer, ponto de encontro da elite intelectual boêmia, que passou a dispor de bares, restaurantes, centros de alimentação e pousadas.

A construção da Avenida Beira Mar no Rio de Janeiro, a atração exercida na elite pelos espaços litorâneos da zona leste e a preocupação com o crescimento populacional da cidade, foram fatores que levaram o governo local, em 1962, a criar o Plano Diretor para Fortaleza. Este plano objetivava “Orientar o crescimento da cidade para o litoral, com a construção da avenida Beira-Mar (1963), impondo a integração das zonas de praia à cidade, ora como equipamento público de lazer, ora como lugar de habitação da classe abastada” (DANTAS, 2002, p. 61). Nesse período, a consolidação de Fortaleza como cidade litorânea acontece, e a valorização das zonas de praia como território de lazer, veraneio e habitação da elite, torna-se uma realidade.

Um aspecto bastante relevante na valorização do espaço, levantado por Moraes (1999, p. 22-23), diz respeito aos valores culturais vigentes. Para o autor, “O fato de um lugar estar na moda, influi diretamente nas leituras das paisagens e na valorização subjetiva do espaço, sendo, portanto elementos atuantes na valorização dos lugares e em seus enquadramentos mercadológicos.”

O preço da terra é, assim, o resultado de sua valorização social real, com toda a carga de manipulação de interesses vigentes no contexto em que é definido. Isso não quer dizer que seja um valor socialmente justo, nem que traduza o valor total de um lugar.

Assim, com o desenvolvimento da atividade turística em Fortaleza iniciada nos anos 1980, o preço da terra nas zonas de praia passa por uma intensa valorização, o qual carrega o sentimento de morar à beira mar e de usufruir a paisagem sol e mar, símbolo do turismo

fortalezense, indicando importante momento de transformação e incorporação dos espaços litorâneos fortalezense à sociedade de consumo.

Nesse processo de incorporação dos espaços litorâneos à sociedade do consumo, os bairros da zona leste (Iracema, Meireles, Mucuripe e Praia do Futuro) sofreram intensas transformações e uma crescente valorização, notadamente, quanto ao uso e ocupação do solo. Entretanto, o mesmo não ocorreu com a zona oeste (Grande Pirambu).

Somente a partir da década de 1990, o Grande Pirambu vem passando por um processo gradual de urbanização, em face da implantação de infra-estrutura básica, suscitando a transformação da área com vista à atividade turística em plena consolidação em Fortaleza.

Apesar disso, as transformações não atingiram o bairro em sua totalidade. Elas contemplaram prioritariamente, as vias de circulação principais do bairro, formando espaços heterogêneos. Se, por um lado, existem áreas de elevado potencial paisagístico e ruas bem estruturadas, por outro, continuam a existir, nesta mesma área, “ocupações” ou mesmo submoradias, nas quais as condições de vida dos moradores são muito precárias.

A própria configuração territorial de Fortaleza reflete os conflitos e as contradições inerentes à sociedade capitalista, opondo e diferenciando as áreas pobres (zona oeste) das áreas nobres (zona leste), demonstrando, por si só, a apropriação dialética do espaço por diferentes classes sociais, revelando o acesso desigual aos bens de consumo coletivo.

Nesse âmbito, Corrêa (2000, p. 61), ao estudar a segregação sócio-espacial das cidades brasileiras, caracteriza-a como “[...] uma expressão espacial das classes sociais [...]”, pois o sistema capitalista faz com que, de acordo com a condição e o papel social desempenhado pelos ocupantes de um determinado bairro, se configure em territorialidades representativas de grupos e classes sociais que aí se reproduzem. Nesse contexto, a zona oeste apresenta-se como área segregada da população pobre da cidade.

A caracterização da zona oeste enquanto zona pobre de Fortaleza é reflexo das condições sócio-econômicas da sua população (analisadas no capítulo 1), e é refletida na sua paisagem. Nesse contexto, as praias da zona oeste, com exceção da praia Leste Oeste, apresentam índices de coliformes fecais bem superiores ao padrão determinado pelo Conselho Nacional de meio Ambiente (Conama) abaixo de 1000/100 mL, conforme veremos na tabela 6. Índices semelhantes são encontrados apenas nas praias do Iate e Farol (setor centro e leste), os quais apresentam infra-estrutura precária ocupada por população de baixa renda.

Conforme a Semace, as praias do setor oeste são as mais poluídas, em virtude da falta de saneamento, da presença de lixo nas galerias pluviais e/ou mesmo na orla marítima, e

da poluição de riachos, os quais deságuam no mar, lançando resíduos residenciais, comerciais e industriais.

Tabela 6 – Resultados das medianas de Coliformes Fecais das praias de Fortaleza (Médias Permitidas - Abaixo de 1000/100 mL)

ESTAÇÕES DE AMOSTRAGEM	PERÍODO	
SETOR OESTE	Jan/Abril (2001)	Jan/Abril (2002)
Barra do Ceará	5.000/100mL	1.300/100mL
Goiabeiras	3.000/100mL	1.200/100mL
Colônia	16.000/100mL	16.000/100mL
Início da Pasteur	9.000/100mL	16.000/100mL
SECAI	12.500/100mL	16.000/100mL
Kartódromo	1.400/100mL	16.000/100mL
Leste Oeste	80/100mL	70/100mL
SETOR CENTRO	Jan/Abril (2001)	Jan/Abril (2002)
Cond. Vista Del Mare	80/100mL	335/100mL
Ideal	2.050/100mL	90/100mL
Diários	300/100mL	140/100mL
Imperial Othon Palace	1.300/100mL	820/100mL
Volta da Jurema	300/100mL	125/100mL
Estátua de Iracema	500/100mL	500/100mL
Iate	650/100mL	2.200/100mL
SETOR LESTE	Jan/Abril (2001)	Jan/Abril (2002)
Farol	3.000/100mL	1.700/100mL
Praia do Futuro	16,5/100mL	300/100mL
Clube de Engenharia	48,5/100mL	90/100mL
Hotel Praia Sol	26,5/100mL	80/100mL
Praça 31 de Março	20/100mL	130/100mL
Barraca do Hawaí	50/100mL	102/100mL
Caça e Pesca	150/100mL	50/100mL

Fonte: SEMACE, 2002.

As condições de balneabilidade do setor oeste anunciam os impactos pelas quais tem passado, ao longo dos anos, devido o uso e ocupação da área. No âmbito de uma concepção de sociedade que usa indiscriminadamente os recursos naturais, diferentes práticas cotidianas já promoveram o uso da faixa de praia como depósito de lixo, de dejetos residenciais, e de ocupação de sua faixa de praia com barracos e casebres.

O fato de a praia Leste Oeste encontrar-se fora do índice de balneabilidade registrado nas outras praias do setor oeste, deve-se ao saneamento básico instalado na praia, e a maior atenção do poder público e de seus freqüentadores quanto à preservação da praia.

Sendo assim, o litoral fortalezense divide-se, quanto ao seu uso: a zona oeste para lazer e habitação popular; enquanto a zona leste, embora disponha de algumas áreas

populares, a maioria destina-se à moradia e lazer da classe média e alta da cidade, além de constituir-se em zona turística.

Fortaleza confirma então a produção do espaço urbano segundo a lógica do processo desigual e combinado de reprodução do capital, “No qual os desiguais ambientes são, em realidade, simultaneamente perversos e funcionais. Perversos porque contribuem para a reprodução das cidades desiguais, e funcionais porque a desigualdade é necessária, e parte integrante de uma sociedade de classes” (CORRÊA, 2001, p. 157).

No âmbito dessa discussão, e com vistas à satisfação de nossas inquietações teóricas acerca do processo de produção e valorização dos espaços litorâneos de Fortaleza de forma diferenciada, discutiremos a ação dos atores que participaram desse processo, a saber: a iniciativa privada, a sociedade e o Estado.

A iniciativa privada produz o espaço através do setor imobiliário, incluindo os proprietários, imobiliários e incorporadores. Estes atores sociais constroem a cidade com vistas à acumulação de riquezas por meio de loteamentos, equipamentos e, principalmente, da especulação imobiliária, valorizando a propriedade fundiária urbana.

A imobiliárias atuam na valorização dos imóveis, em virtude da localidade, incentivando novos atributos ao dimensionar a especulação à propriedade privada. Esta é indutora na forma de espacialização da cidade, pois consegue, através da articulação com outros agentes, construir determinadas zonas, independente de uma dimensão não planejada especialmente para o atendimento de uma faixa da população de maior poder econômico.

Na produção dos espaços litorâneos fortalezenses, a iniciativa privada contribuiu para a valorização de algumas áreas, em detrimento de outras. Na zona oeste, o setor privado instalou indústrias poluidoras, desvalorizando a área. Em contrapartida, na zona leste, a iniciativa privada atuou no mercado imobiliário voltado para as classes média e alta da cidade, na construção de edifícios luxuosos e *flats*; e na promoção do turismo, com pousadas, hotéis, restaurantes, *shopping centers* e casas de *show*, valorizando e direcionando o crescimento para esta área.

Quanto à sociedade, esta ocupa e produz espaços diferenciados na cidade, em função do poder aquisitivo. Aqueles que, mediante o seu baixo poder de consumo, não conseguem ter ascensão a estas melhores fatias da gleba urbana, ficam com as áreas rejeitadas, seja devido a uma total carência de infra-estrutura urbana, seja porque elas funcionam como reserva de valor.

A partir desse entendimento concorda-se com o pensamento de Costa (1988, p. 42), ao afirmar: “[...] os espaços são produzidos e ocupados por atividades e indivíduos de acordo

com as suas possibilidades de pagar o tributo por seu uso, sendo marcante a hegemonia dos processos econômicos sobre a totalidade das condições de vida da população.”

Em relação ao Estado, identificamos a atuação nas três esferas (federal, estadual e municipal). Na zona oeste, em nível federal, houve o financiamento dos conjuntos habitacionais pelo BNH; no âmbito estadual e municipal, dois momentos diferenciados. No primeiro momento, tanto o poder municipal quanto o estadual, agiram no processo de desvalorização da área, com a instalação de equipamentos tidos como insalubres pelo discurso médico higienista da época. No segundo momento (década de 1990), tanto o nível estadual quanto o municipal destinaram políticas públicas (Projeto Sanear, Ampliação do Pólo de Lazer da Barra do Ceará e Projeto Costa Oeste) com o intuito de transformação e valorização da área.

Sendo assim, o poder público estadual inicialmente implantou equipamentos que desvalorizaram o Grande Pirambu, contrariando as normas do capital. E, na atualidade, esse mesmo poder público tenta reverter esta situação, instalando políticas públicas, na tentativa de valorizar o que ele mesmo desvalorizou outrora.

No que diz respeito à zona leste, todos os níveis (federal, estadual e municipal) sempre investiram maciçamente na sua valorização, com a instalação de equipamentos urbanos e serviços adequados, visando à satisfação de seus habitantes e à valorização turística, ao contrário do que ocorreu na zona oeste.

Quanto aos papéis exercidos pelo Estado, podemos destacar: o de mediador dos conflitos entre os demais agentes; o de produtor direto do espaço, por meio da implantação de equipamentos e de infra-estrutura; e de produtor indireto do espaço, regulando o uso do solo urbano (MORAES, 1999).

Como produtor direto do espaço, o poder público estadual em Fortaleza tem atuado intensamente nos espaços litorâneos, sobretudo, de duas formas: a erradicação e/ou urbanização de favelas na área, e a implantação de infra-estrutura viária:

Primeiramente, dá-se a erradicação de favelas pelos moradores e a liberação da área antes ocupada para outros usos, com o objetivo de extirpar estes aglomerados que, sem dúvida, interferem no preço da terra e na desvalorização da área. Ao remover a favela, remove-se um dos obstáculos para aumentar a renda da terra, ao mesmo tempo em que se leva para mais longe os seus moradores, e sua pobreza. A outra possibilidade é de permanência da favela, com erradicação de suas características: urbanização e melhorias, com introdução de infra-estrutura (esgotamento sanitário, coleta de lixo regular e iluminação) e da abertura de vias mais amplas para circulação. A urbanização prevê a permanência da população na área

ocupada, porém com modificações substanciais na aparência. Esta atuação também altera a dinâmica do preço da terra, propiciada pela retirada das características da favela – um aumento de renda aos proprietários da mesma e das áreas vizinhas (RODRIGUES, 1991).

Na instalação de infra-estrutura viária, destacam-se: Avenida Presidente Castelo Branco; Avenida Presidente Kennedy; Avenida Vicente de Castro; Avenida Zezé Diogo; Avenida Sabiaguaba; Ponte sobre o Rio Cocó; Ponte sobre o Rio Ceará; Avenida Radialista Jose Lima Verde e a futura Avenida Costa Oeste, margejando toda a orla marítima com vias interligadas.

Como resultado desse processo de produção do espaço, Fortaleza apresenta uma fragmentação dos seus espaços litorâneos, os quais são consumidos e valorizados de forma diferenciada. Sobre o conceito de fragmentação do espaço compartilhamos com Carlos (1996), ao defini-lo como, “Um processo sócio-espacial que possui como resultado uma determinada morfologia da cidade que é definida e valorizada de maneira diferencial, por que na cidade encontra-se o espaço mercadoria” (p. 58).

Nesse sentido, o espaço apropriado e produzido em Fortaleza, serve cada vez mais às necessidades da acumulação, sendo a atividade turística transformada em mercadoria reprodutível, entrando no circuito da troca.

Assim, o papel do turismo no litoral fortalezense e as políticas públicas de turismo implantadas nesta área, com vistas à transformação de Fortaleza em Portal do Atlântico, serão o alvo de nossas próximas discussões.

2.2 A Atividade Turística em Fortaleza/CE

O turismo é, na atualidade, uma das atividades econômicas prioritárias para o desenvolvimento econômico do estado do Ceará e para a sua inserção no processo de globalização em curso. Para tanto, o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, vem desenvolvendo políticas públicas de turismo, subsidiando projetos, implantando infra-estrutura, equipamentos turísticos e outros tipos de investimentos que qualificam o litoral fortalezense, visando à atração de fluxos turísticos nacionais e internacionais.

Etimologicamente, o vocábulo ‘turismo’ tem suas origens em uma complexa mistura semântica entre as línguas francesa e inglesa, servindo para designar tanto uma ação quanto uma função. De um lado, refere-se aos fluxos, às motivações e aos tipos de deslocamentos

pertinentes à atividade; de outro lado, diz respeito às empresas e agências receptoras, às transferências de capitais e aos *amenagements* espaciais (ALMEIDA, 1994).

O turismo, como movimento de pessoas, está intrinsecamente ligada à nova forma de transporte e de viagem a longa distância, além dos seus efeitos sobre a subjetividade dos indivíduos. Um fator crucial para o desenvolvimento do turismo foi o aumento da renda dos trabalhadores com a conquista das férias pagas, possibilitando o turismo de massa¹⁰.

O desenvolvimento do turismo de massa se difundiu após os anos de 1950, no pós-Guerra, com a institucionalização das férias remuneradas, apoiadas na concepção de sociedade de massa, concepção advinda da produção em série de bens materiais.

A expansão da atividade turística tem gerado uma intensa mobilidade das populações. Essa mobilidade tem então, um caráter de fuga planejada para o anti-cotidiano, fato evidenciado por Rodrigues (2001, p. 113):

A natureza tornou-se mercadoria e é vendida como capaz de devolver ao homem a paz e a tranquilidade roubadas pela vida cotidiana nas cidades. A fuga do cotidiano, os prazeres oferecidos por outros espaços, preferencialmente ‘naturais’, são apelos publicitários que atingem todas as classes sociais.

Na contemporaneidade, o turismo representa para o mundo o equivalente a 7% (sete por cento) do comércio mundial de bens e de serviços, perdendo o primeiro e o segundo lugares para o setor petrolífero e para a indústria automobilística, crescendo a uma taxa de 4% (quatro por cento) ao ano, segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), fruto do trabalho realizado pelos atores que o integram: instituições públicas, privadas e múltiplas operadoras que providenciam os produtos, serviços e experiências para os turistas e viajantes.

Em Fortaleza, o turismo assumiu relevância como atividade econômica a partir dos anos de 1980. E isto se deve, principalmente, a dois fatores: a intensificação das relações diretas entre as demais esferas do poder (estadual e municipal) com organismos internacionais (BIRD); e a ascensão de uma nova elite ao poder dando início à “era das mudanças” comandadas pelo então governador Tasso Jereissati.

A coexistência presente entre o antigo e o novo discurso expõe a face conservadora e modernizadora das elites empresarial e política, que dividem o poder no estado. A mais antiga, baseia-se no discurso das características da semi-aridez (escassez de água, má

¹⁰ O turismo de massa é caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente, nas mesmas épocas do ano (RUSCHMANN, 1997).

distribuição espacial e temporal das chuvas, e altos índices de insolação) como obstáculos ao processo de desenvolvimento do estado. Justifica dessa maneira, os constantes pedidos de auxílio ao Governo Federal. A mais recente se apropria dessas mesmas características, entretanto, ressaltando os benefícios que as condições climáticas do estado propiciam aos segmentos da fruticultura irrigada e ao turismo (CASTRO, 1996).

Para Rebouças (1994), a figura do sol, utilizada por decênios, como representação da seca, responsável pelo êxodo rural, e pretexto para obtenção de ajudas do Governo Federal, na atualidade, é vinculada a outra lógica. O “astro rei”, anteriormente considerado como adversário, torna-se importante aliado ao garantir taxa de umidade ideal, assegura a constância da fotossíntese favorável à agricultura industrial, possibilita a geração de energia alternativa, garante brilho ideal para a lente das câmeras e representa uma reserva infinita para o turismo permanente.

Desse modo, o sol surge como elemento primordial do turismo, sendo esta atividade vista como uma alternativa de desenvolvimento econômico do estado. Contudo, seria necessário reverter a imagem negativa do Ceará, até então mais freqüente na mídia nacional como seca, flagelados e retirantes. Com esse propósito, inicia-se um novo discurso, associando os recursos naturais (praias extensas e algumas quase desertas) e o clima (ausência de chuvas e temperaturas elevadas) como objetos turísticos com forte propaganda nacional.

No intuito de viabilizar e potencializar o turismo no estado, o governo do Tasso Jereissati elaborou uma agenda prioritária, composta pelos seguintes programas: Programa de Valorização e Preservação do Patrimônio Turístico do Ceará; Programa de Recuperação e Reparelhamento da Infra-estrutura Turística do Ceará; Programa de Marketing Turístico; Programa de Implantação de Complexos Turísticos e Programa de Capacitação Técnica-organizacional do Turismo. Diante de tais programas, iniciou-se a realização de diagnósticos sobre as condições do setor, onde foram identificadas as potencialidades e limitações turísticas do estado (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1989).

Sendo assim, o Ceará desponta como pioneiro na região Nordeste, ao apostar em políticas públicas de turismo inovadoras como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (Prodeturis/CE), totalmente financiado pelo governo estadual, que o considera como um guia para os empreendedores, um indicador para os programas oficiais e para as políticas de planejamento turístico para o litoral cearense.

Para Cruz (2001, p. 40), tais políticas públicas de turismo compreendem um “Conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no

âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidades ao pleno desenvolvimento da atividade turística no território.”

Em termos de região Nordeste, o turismo litorâneo é visto pelo poder público como alternativa econômica, tornando-se, na atualidade, um dos signos mais vendidos aos países emissores de fluxos turísticos, “consumidores” das belezas naturais. Segundo Moraes (1999, p.168), “O litoral é hoje a zona do território que apresenta os mais elevados índices de construção do país.”

Nesse âmbito, assiste-se a uma implantação de duas políticas públicas de turismo no Nordeste. A primeira delas, a Política de Megaprojetos Turísticos, que tinha como características: a) participação do setor público, desde a idealização até a implantação do empreendimento; b) grande extensão da área de abrangência do projeto; c) grande volume de capital empregado. Como exemplos, temos “[...] o Projeto Parque das Dunas – Via Costeira (RN), o Projeto Cabo Branco (PB), o Projeto Costa Dourada (PE e AL) e o Projeto Linha Verde (BA); todos levados a cabo pelos respectivos governos estaduais” (CRUZ, 1997, p. 123).

A segunda política, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), foi instituído em 1991, por ação conjunta da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), tendo como principais objetivos: o estabelecimento de diretrizes para ordenar o desenvolvimento do turismo em escala regional; intervenções em infra-estrutura aeroportuária, rodoviária e hidroviária, saneamento básico, energia, telecomunicações; recuperação do patrimônio histórico; implantação de equipamentos e serviços de capacitação.

Ressaltamos que essas duas políticas têm em comum a inserção do território litorâneo nordestino, dentro do mercado turístico global, obedecendo a um modelo de urbanização turística, que implica uso intensivo do solo e reprodução de padrões urbanísticos estranhos ao local (CRUZ, 1999).

O Prodetur/NE contemplou os nove estados da região Nordeste, tendo sido focado a reforma e modernização de aeroportos, e a construção de vias de acesso às localidades turísticas, priorizando-se assim os fixos, que possibilitariam os fluxos turísticos para estas áreas. Isso porque o turismo é uma atividade que exige o deslocamento físico temporário das pessoas, podemos dizer que é constituído basicamente por fluxos que geram formas espaciais específicas e/ou redefinem formas preexistentes, materializando-se por meio dos fixos (estradas, aeroportos, infra-estrutura e equipamentos turísticos).

O turismo gera processos espaciais em diversos níveis escalares, seja por meio da mobilidade de pessoas, de informações, de empresas e de mercadorias, que se materializam tanto nos locais de origem quanto nos locais de chegada dos fluxos (RODRIGUES, 1997).

No tocante ao Ceará, o programa de turismo do governo – Prodeturis/CE – optou em 1992 por unir-se ao programa do Prodetur/NE, que oficialmente recebeu a denominação de Prodetur/CE. Inserido no novo contexto do Estado Neoliberal, o poder público estadual, conhecido popularmente como o “governo das mudanças” começou a articular-se não somente com o governo central, mas também com a iniciativa privada e os organismos internacionais de financiamento principalmente o BIRD, visando a atrair investimentos turísticos para o estado.

Com esse intuito, o poder público implementa os objetivos da política de desenvolvimento turístico, indicados no plano de governo do Ceará de 1987-1991. São eles: promover a valorização do potencial turístico, no sentido de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Ceará; apoiar e estimular a iniciativa privada, na realização de obras e projetos que geram fluxo turístico internacional; ajustar, reordenar e ampliar os equipamentos e infra-estrutura necessária ao desenvolvimento turístico; melhorar o serviço de recepção dos turistas com o fornecimento de informações e de animações turísticas propiciadas por uma mão-de-obra especializada (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1989).

O Ceará foi o estado nordestino que mais investiu recursos do Prodetur/NE, totalizando 23% do total de investimentos na região. O governo local, por meio do Prodetur/CE divide o litoral cearense em quatro regiões turísticas (Figura 15), levando em consideração as características de potencialidades de investimentos, e agrupando-as em regiões para efeito de implantação por etapas:

1. Região I: Região Metropolitana de Fortaleza;
2. Região II: Caucaia (parcial), São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca;
3. Região III: Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí;
4. Região IV: Barroquinha, Chaval, Camocim, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Acaraú, Itarema e Amontada.

Os atrativos turísticos dessas localidades são, basicamente, as praias que se encontram ao longo dos seus 573 Km de costa; o clima agradável, com temperaturas elevadas, em média de 25° a 27° C, e os recursos naturais existentes: praias extensas, falésias multicoloridas, dunas brancas, estuários, lagoas e manguezais.

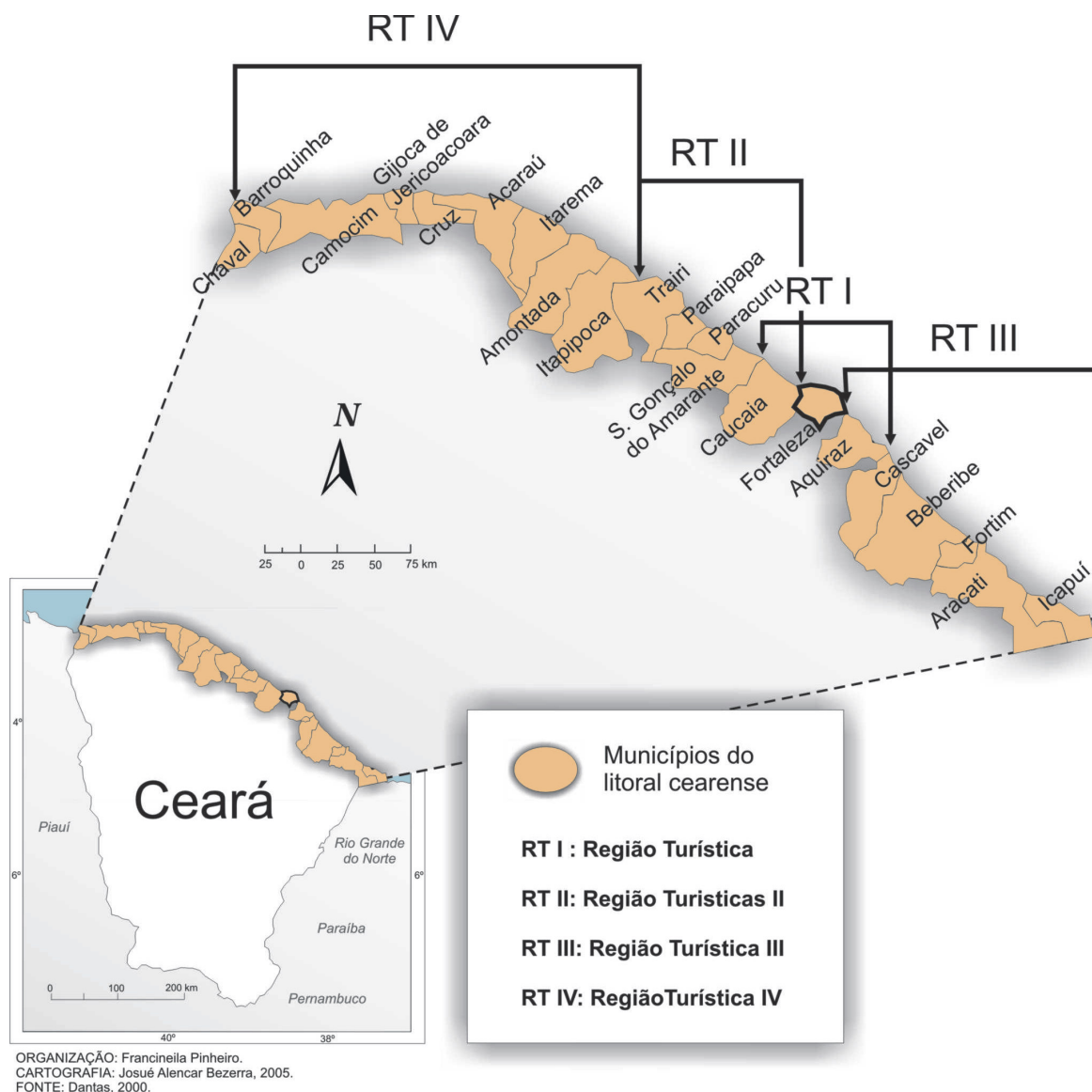


Figura 15: O litoral cearense e suas regiões turísticas

Destas regiões turísticas, a primeira a ser contemplada com investimentos foi a Região Turística II, zona prioritária do Prodetur/CE, também conhecida como Costa Sol Poente. Dentre os empreendimentos efetivados, teve a construção da Rodovia Estruturante Sol Poente, projetos de recuperação ambiental das dunas de Paracurú e projetos de saneamento das Praias do Paracurú e Paraipaba. Nesse período, também foi construído o novo Aeroporto Internacional de Fortaleza.

A construção da Rodovia Estruturante Sol Poente e do Aeroporto Internacional Pinto Martins, além de incorporar as praias à zona de influência direta de Fortaleza, ocasionou também uma ampliação do fluxo turístico para a capital cearense, reforçando seu papel

desempenhado como o portão de entrada da “Terra do Sol” e centro de distribuição do fluxo turístico no litoral cearense.

No entanto, o Prodetur/CE priorizou grandes complexos turísticos, ficando clara a exclusão das comunidades locais. Conforme nos afirma Almeida (1996, p. 40).

O PRODETUR/CE se autodefine como um programa de ordenamento do espaço litorâneo, visando orientar o uso e ocupação do solo para atividades com ênfase no turismo. Tal concepção idealiza, via enclaves, novos territórios econômicos, expulsando as populações locais. Emerge no litoral cearense, uma nova categoria o pescador sem praia.

Apoiando-nos na reflexão da autora, podemos dizer que a reordenação dos espaços litorâneos com vistas ao turismo no Ceará, deu-se (e se dá) de forma impactante, propiciando forte “inclusão marginal e periférica”, segundo a qual os pescadores, sem praia, passarão a buscar novas alternativas de trabalho, como vendedores ambulantes, garçons e vigilantes de pousadas.

Trata-se do movimento contraditório do capitalismo, que exclui para incluir, o qual deve ser entendido como um momento de inclusão marginal da população, pois o “excluir” significa, na realidade, a não eliminação ou o abandono, mas sim o “incluir” de forma diferenciada; ou seja, de acordo com a lógica capitalista, em que poucos indivíduos têm todas as chances de ter uma sobrevivência digna, e muitos indivíduos têm apenas o papel de permitir o usufruto dessas chances de uma minoria, como bem explica Martins (1997, p. 32),

Na sociedade capitalista essa é a regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.

Analisando a política de turismo do estado do Ceará, denominada por Fonseca (2005), em seu trabalho sobre políticas de turismo e competitividade como “Uma política agressiva de atração de investimentos e de promoção de seu produto” (Fonseca, 2005, p. 104), concordamos com a referida autora, ao percebemos que o foco do material publicitário está mais acentuado para os elementos naturais que compõem a paisagem cearense do que para as pessoas, ressaltando a forte conotação da natureza como mercadoria de consumo turístico.

Nesse contexto, o poder público atua na construção de um território turístico no estado, passando o litoral cearense passou por grandes transformações, inclusive incorporando

a seca, que anteriormente era associada à miséria, à pobreza e à fome, em mercadoria vendida como objeto turístico¹¹, consolidando o Ceará como a “Terra do Sol”.

Esses aspectos impulsionaram modificações, sobretudo na capital cearense, como assinala Almeida (1996, p. 188), “A cidade embeleza-se na arquitetura ousada e colorida. A gestão preocupa-se em sanear aquelas áreas freqüentadas pelos turistas e vende-se uma imagem de cidade moderna ‘uma ilha de prosperidade’ tanto na mídia local como nacional”.

Na década de 1980, as políticas públicas de turismo implementadas em Fortaleza eram difundidas enquanto políticas urbanas. No entanto, estas não atingiam a cidade como um todo, valorizando especialmente as áreas de empreendimentos turísticos, seguindo a lógica capitalista, selecionando atores e espaços turísticos, para a reprodução ampliada do capital. Isso porque “Algumas ações governamentais favorecem com infra-estrutura os bairros turísticos em detrimento de favelas e bairros populares não considerados prioritários neste gênero de política” (ALMEIDA, 1997, p. 26).

Com o intuito de transformar a zona leste na zona turística da cidade, o poder público atuou diretamente na área com a instalação de calçadas: na Avenida Beira Mar (1970), na Praia de Iracema (1980), e por último na Praia do Futuro (1990), com infra-estrutura básica (saneamento, iluminação e segurança) e pólos de lazer (Praia do Futuro – 1980).

As ações do poder público ocasionaram um verdadeiro reordenamento na zona leste de Fortaleza, como bem demonstra Almeida (1994, p. 40),

Houve a partir de 1988 uma política de reordenamento do espaço urbano. O calçadão da Avenida Presidente Kennedy, mais conhecida como a Beira-Mar, foi refeito, ampliado e embelezado com novo visual. Concentrou-se em pontos específicos desta avenida a tradicional “feirinha” de artesanato anteriormente espalhado ao longo da praia defronte dos hotéis. No ano de 1991 preocupou-se em revitalizar a área histórica da Praia de Iracema, transformando-a em um local freneticamente iluminado para valorizar as fachadas das casas e casarões, mas também, em um lugar sofisticado de vida noturna. O calçadão da Beira-Mar margeia os restaurantes e bares do bairro com projetos de atingir a Barra do Ceará em curto prazo.

Vários instrumentos são utilizados para difundir a imagem turística de Fortaleza, entre eles, destacamos a imprensa televisionada, com as novelas da rede globo (Tropicaliente –1994, Meu bem querer - 1998); a ação publicitária e *marketing* turístico em revistas (Veja, Viagem Bem etc.); e eventos desportivos, como o Campeonato Internacional de Windsurf

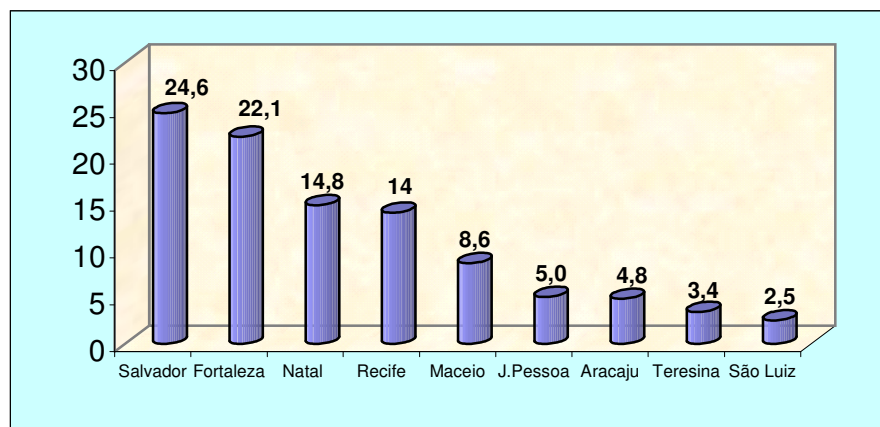
¹¹ “Objeto turístico, portanto, em si não existe, sendo uma invenção pelo e para o turismo, responsável pela sua invenção. Assim também, são os espaços, os lugares e territórios turísticos” (ALMEIDA, 1997, p. 19).

(*Ceará Wind 98*). Todos visando a inscrever o Ceará no mercado turístico internacional e/ou nacional (DANTAS, 2002).

Delineando o conjunto dessas ações, destacamos ainda a construção de um discurso do turismo como “vocação natural” do estado, uma forma de exaltação às riquezas naturais que alicerçam o bin mio sol e mar, justificando nesse sentido o consumo do espaço por essa atividade.

Em decorrência do intenso *marketing* turístico, o Ceará cresce cada vez mais em competitividade frente ao cenário turístico, pois, ao participar de um concurso promovido pela revista Viagem Bem, no qual os eleitores elegeram 24 categorias do turismo nacional e internacional, o Ceará obteve o terceiro lugar na categoria de melhor estado para onde viajar, depois da Bahia e de Santa Catarina (VIAGEM..., 2002).

O resultado desse *marketing* turístico levou o Ceará a ocupar, em 2002, o segundo lugar da região Nordeste em receita gerada pelo turismo doméstico, representando 22,35% da arrecadação (R\$ 3.581,455,7), perdendo apenas para o estado da Bahia com 30,62% (R\$ 4.905,592,2) (Embratur, 2002). Acrescenta-se a isso a expansão da oferta hoteleira do Ceará, a qual, em 2003, também aparece em segundo lugar do Nordeste, conforme mostra o gráfico 5.



Gráfico 5: **Oferta Hoteleira nas Capitais do Nordeste – 2003**
 Fonte: Setur/CE, 2004.

A oferta hoteleira no Ceará tem acompanhado a evolução do fluxo turístico, comprovando que, na atividade turística a demanda é determinante dos investimentos na capacidade produtiva de um destino de viagens. A oferta hoteleira nos municípios turísticos do Ceará passou de 10.739 Unidades de Hospedagem (Uhs), em 1997, para 21.789 Uhs, em 2004; ou seja, um aumento de 102,9%. A metade da capacidade hoteleira está localizada em

Fortaleza. Todavia, existe uma tendência de ocorrer um crescimento bastante significativo nos outros municípios litorâneos, principalmente, em face da implantação de grandes *resorts* nestas áreas (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. INVENTÁRIO ..., 2004).

As ações governamentais no sentido de promover o turismo no Ceará vêm apresentando resultados positivos, com o aumento de vários aspectos, tais como: demanda turística, receita, renda e impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB) estadual, ao longo dos anos, evidenciados na tabela 7.

De acordo com os dados da tabela 7, entre os anos de 1995/2004, houve um aumento na demanda turística via Fortaleza em 134,2%, ou seja, um total de 1.022.577 pessoas. Este crescimento é resultado do marketing dos destinos turísticos cearenses, efetivado pelo Governo Estadual em parceria com a iniciativa privada, leia-se: agências de viagens e operadoras de turismo.

Salientamos ainda a expansão de eventos em Fortaleza. Além de congressos, temos os festivais como o Verão Vida & Arte, Fortal e Ceará Music, os quais atraem milhares de visitantes em períodos de baixa estação, diminuindo a sazonalidade do fluxo turístico, até então concentrado, notadamente, no período das férias.

Outro dado importante evidenciado na tabela 7 é o número de empregos no turismo, que cresceu 129,5% entre os anos de 1995-2004. Isso implica mais emprego na rede hoteleira, a qual tende ampliar sua oferta de apartamentos sobretudo em Fortaleza, considerada o portão de entrada dos turistas no Ceará, pois necessita se tornar cada vez mais competitiva no setor, como forma de não perder mercado para concorrentes diretos como Recife, Natal e Salvador.

Em termos de População Economicamente Ativa (PEA), a contribuição no nível de emprego possibilitou que a participação resultante das atividades integradas nas cadeias produtivas do turismo aumentasse 100% no período de 1995-2004.

Esses números explicam o esforço proveniente de agentes públicos e privados em incrementar cada vez mais o fluxo turístico para a área. Entretanto, salientamos que estes recursos não atingem a todos, pois a grande maioria concentra-se nas mãos de empresários do setor turístico (especuladores imobiliários, proprietários de hotéis, de restaurantes e de *resorts*).

Tabela 7: Resultados da Atividade Turística no Ceará - 1995/2004

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Gasto Percapita/dia (R\$)	51,66	51,66	56,0	59,59	63,98	70,19	61,58	75,21	95,57	91,01
Permanência Média (Dias)	12,0	13,0	12,5	9,5	9,1	8,9	9,9	9,4	8,8	10,8
Gasto Percapita (R\$)	671,58	671,58	700,0	566,1	582,22	623,25	607,42	708,0	837,51	984,66
Demanda Turística via Fortaleza	761.777	773.247	970.000	1.297.528	1.388.490	1.507.914	1.631.072	1.629.422	1.550.857	1.784.354
Receita Turística Direta (R\$ milhões)	486,0	519,3	679,0	734,5	808,4	939,8	990,7	1.153,6	1.298,9	1.757,0
Renda Gerada (R\$ milhões)	651,2	695,9	971,0	1.123,8	1.325,8	1.644,7	1.733,8	2.018,9	2.273,0	3.074,7
PIB cf (milhões)	16.200	17.290	19.586	20.809	21.700	21.917	24.100	25.000	26.250	26.250
Impacto sobre o PIB (%)	4,0	4,0	5,0	5,4	6,1	7,5	7,2	8,1	8,7	11,7
Empregos no Turismo (mil)	122	117	149	165	196	194	239	269	275	280
Participação na PEA (%)	3,8	3,8	4,7	5,1	5,7	5,5	6,7	7,4	7,4	7,6

Fonte: Setur/CE, 2004.

Somente no ano de 2004 o Ceará foi visitado por 1.784.354 turistas. Salientando que tal fluxo se fez via Fortaleza. Desse total, 85,9% eram brasileiros e 14,1% eram estrangeiros. Quanto aos turistas nacionais, os principais estados brasileiros emissores desse fluxo foram: São Paulo, com 322.254 (21%); Rio de Janeiro, com 162.662 (10,6%); e Pernambuco, com 124.298 (8,1%). Dentre os emissores estrangeiros, Portugal destacou-se como principal emissor com 68.196 (27,3%), a Itália com 36.472 (14,6%), e a Holanda com 24.481(9,8%), conforme observamos no gráfico 6. Para 2006, estão previstos 2,25 milhões de turistas, o que já começa a ocorrer, tendo em vista o acréscimo de 10,2% no primeiro trimestre de 2006 em relação ao mesmo período de 2005.

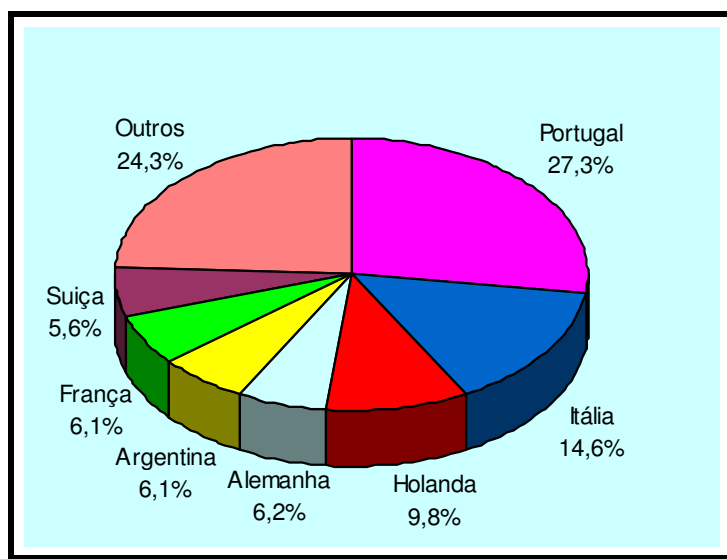
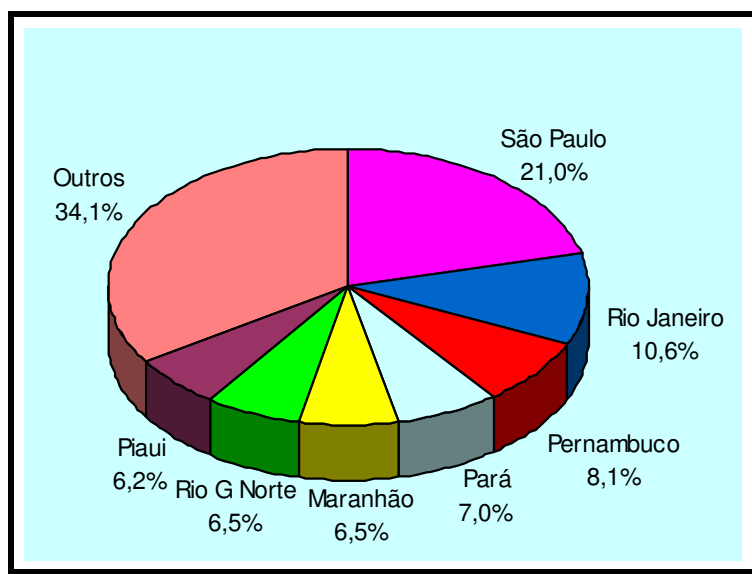


Gráfico 6: **Mercados emissores nacionais, 2004, (acima) e Mercados emissores internacionais, 2004 (abaixo).**

Fonte: Setur/CE, 2004.

Nesse contexto, Fortaleza além de ser considerado o “portão de entrada” para o turismo no estado, é a sua principal atração. Vários equipamentos, como o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura e o seu entorno; o novo Mercado Central; o Aeroporto Internacional; o Projeto Baía de Iracema; restaurantes e boates instalaram-se na cidade, ampliando o leque de opções de entretenimento, de lazer e de compras. Sua orla tem atrações para todos os gostos e idades. A Avenida Beira-Mar, a Praia do Futuro, a Praia de Iracema e a orla dos municípios vizinhos atraem investimentos de grande porte, redefinindo a função de ruas e avenidas, novas formas de uso e de ocupação do solo (SILVA; CAVALCANTE, 2004).

Além disso, Fortaleza oferece aos visitantes uma gama de atrações, produtos e iguarias; dentre eles, temos: uma diversidade de casas de *show* com estilos musicais bastante diversificados, desde clubes com toda infra-estrutura, inclusive totalmente climatizados, até casas com o autêntico forró sertanejo, imitações perfeitas de ambientes rurais. São oferecidas também produtos artesanais distintos, como: peças de cerâmica, palha, couro, bordados e rendas comercializados em diferentes espaços da cidade, como no Mercado Central, na Avenida Monsenhor Tabosa e na Central de Artesanato do Ceará (Ceart), onde é possível encontrar os artesãos produzindo peças no local. Quanto à gastronomia, Fortaleza surpreende com a tradicional caranguejada às quintas-feiras, acrescentando ainda o famoso baião-de-dois com pargo, os frutos do mar em geral, os doces típicos, a castanha de caju e as frutas da época.

As ações governamentais associadas à iniciativa privada com o objetivo de promover o turismo, transformaram Fortaleza no principal centro de visitação turística do Ceará, destacando-se pela conjugação do espaço natural com o espaço construído, pela qual o visitante além de dispor de belíssimas praias, ainda dispõe de inúmeros equipamentos turísticos, serviços e lazer diversificado.

A posição conquistada nos anos 2000 por Fortaleza é resultado da consolidação dos programas e projetos que foram sendo implantados e melhorados ao longo dos anos. Como destino turístico, Fortaleza destaca-se, dentre os outros municípios turísticos cearenses, pela demanda e pela permanência dos turistas na referida cidade, conforme veremos na tabela 8.

Tabela 8: Principais municípios visitados pelos turistas ingressados no Ceará em 2004

Municípios	Percentual Demanda (%)		Turistas	Permanência (Dias)
	Interior	Total		
Caucaia	24,3	12,9	230.817	2,0
Aracati	18,7	10,0	177.679	2,5
Beberibe	14,3	7,6	136.165	1,9
Aquiraz	9,3	5,0	88.840	1,9
Jijoca de Jericoacoara	7,9	4,2	74.725	3,5
Paraipaba	3,4	1,8	32.381	1,7
São Gonçalo do Amarante	2,4	1,3	23.248	1,7
Cascavel	1,8	1,0	17.436	2,4
Subtotal	93,5	49,5	889.152	4,2
Outros	6,5	3,5	61.908	4,4
Total Interiorização	100,0	53,3	951.061	2,8
Só Fortaleza	-	46,7	833.293	8,0
Total Via Fortaleza		100,0	1.784.354	10,8

Fonte: Setur/CE, 2004.

Conforme podemos observar na tabela 8, chamamos atenção para os dados relativos à permanência dos visitantes em Fortaleza, que concentra 46,7% da demanda total para o estado, enquanto o restante dos municípios cearense corresponde a 53,3%. Em relação ao tempo de permanência dos turistas, a diferença acentua-se ainda mais, tendo em vista que Fortaleza ocupa o primeiro lugar, com oito dias de permanência, enquanto os outros municípios em destaque como Caucaia, Aracati, Beberibe e Aquiraz não ultrapassam dois dias e meio, com exceção de Jijoca de Jericoacoara (na qual os turistas permanecem por três dias e meio), conhecida como uma das dez praias mais lindas do mundo.

No *ranking* nacional, Fortaleza ocupou em 2003 o quarto lugar entre os municípios que mais recebeu turistas internacionais no país, ocupando o quarto lugar em 2003 (Setur/CE, 2004). Isto é reflexo dos inúmeros investimentos e programas, os quais propiciaram a implantação de vôos internacionais regulares e vôos *charters*, conforme evidenciamos no quadro 1.

Quadro 1: Vôos Internacionais

Internacionais Regulares	
Portugal	Lisboa/ Fortaleza/ Lisboa - TAP Lisboa/
Portugal	Cabo Verde/ Fortaleza/ Cabo Verde/ Lisboa - TACV
	Buenos Aires/ Porto Alegre/ Brasília/ Fortaleza – VARIG
Internacionais Charters	
Portugal*	Lisboa/ Porto Seguro/ Fortaleza - TERRA BRASIL
Portugal*	Lisboa/ Fortaleza - ABREU
Portugal*	Porto/ Lisboa/ Fortaleza - AIRLUXOR
Guiana Francesa*	Cayen/ Fortaleza -TAF
Itália*	Milão/ Fortaleza –UNIONE ITALIANA DEL LAVORO JSC VIAGENS
Finlândia*	Helsinque/ Ilhas Canárias/ Fortaleza – AURINIKO MAKAT
Suíça*	Zurique/ Fortaleza/ Natal – KUONI TRAVEL AG
Itália*	Milão/ Salvador/ Fortaleza – PARMATOUR
Holanda**	Amsterdan/ Tenerife/ Fortaleza – Q -INTERNATIONAL
República Theca**	Praga/ Fortaleza – EXIN TOURS
República Theca**	Praga/ Fortaleza – CEDOK/ ESSO TRAVEL
Hungria**	Budapeste/ Fortaleza – KARTOGO

Fonte: Setur/CE, 2004.

* Vôos charters semanais

** Vôos charters quinzenais

A implantação dos vôos *charters* para Portugal e Itália visa atender à demanda crescente desses países, enquanto os novos vôos *charters* para países como a Holanda, Finlândia e Suíça pretendem responder à tentativa do governo estadual na captação de novos fluxos turísticos, os quais tem tido sucesso, tendo em vista o aumento do fluxo turístico da Holanda e Suíça; e o ingresso da Finlândia, que até o ano de 2002 não tinha representatividade nas pesquisas oficiais, como bem demonstra o gráfico 7.

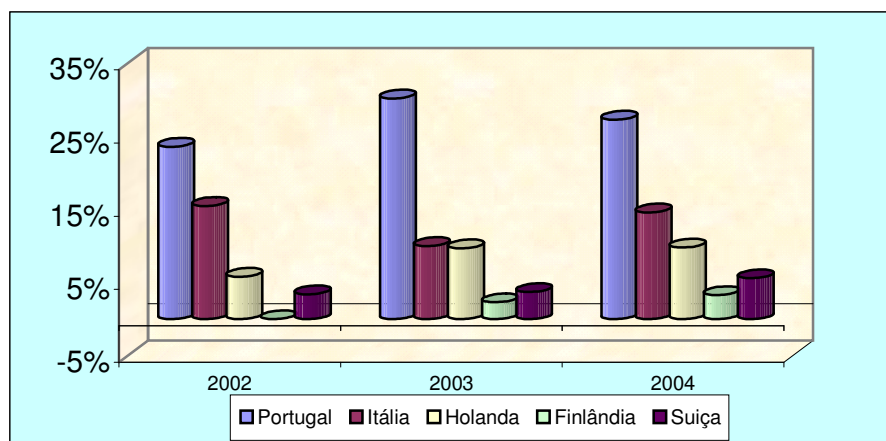


Gráfico 7: Mercados Emissores Internacionais para o Ceará – 2002/2004

Fonte: Setur/CE, 2004.

O aumento do fluxo turístico internacional para Fortaleza, além de possibilitar um incremento de 5% em 1995 para 14,0% em 2004, tem propiciado intensas modificações na estrutura da cidade, criando novas territorialidades. Dentre estas, destacam-se as duas apresentadas por Knafou, “A *territorialidade sedentária* dos que aí vivem freqüentemente, e a *territorialidade nômade* dos que só passam, mas que não tem necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam”. (1996, p. 64. Grifo do autor).

Fortaleza reflete bem estes dois tipos de territorialidades no seu espaço litorâneo. Na ponta do Mucuripe, tem os habitantes e os pescadores, que realizam a pesca artesanal (territorialidade sedentária); e os turistas, principalmente estrangeiros (territorialidades nômades) que visitam para vislumbrar a chegada dos pescadores e degustar os alimentos preparados na hora, como por exemplo, o peixe frito e o camarão.

No entanto, a apropriação destes espaços litorâneos pelo turismo tem propiciado a expulsão de pescadores tradicionais da beira da praia. Para Cruz (2001, p. 17), “[...] nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo e esse é um fator importante de diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos”.

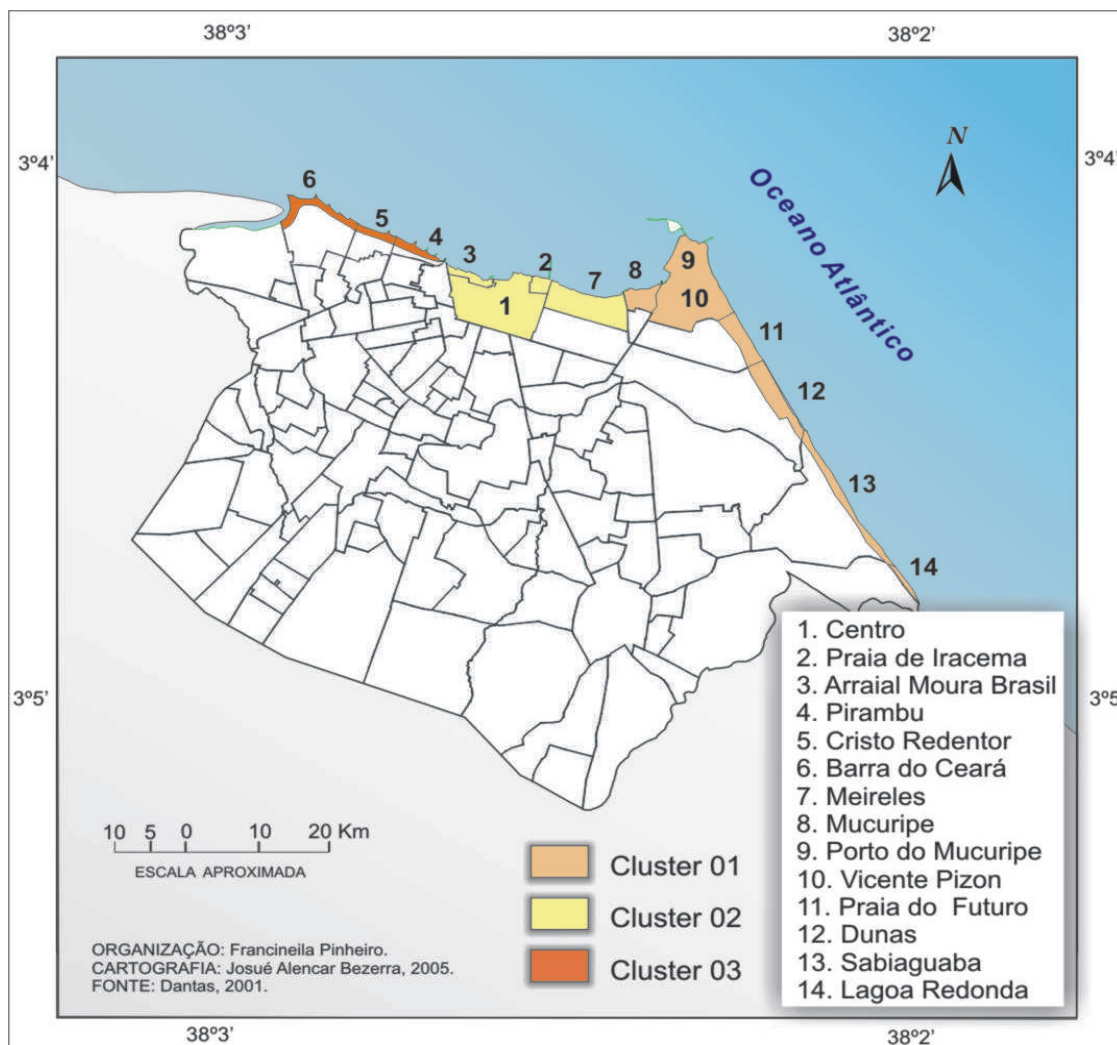
Desse modo, o território nos espaços litorâneos deve ser visto segundo o conceito defendido por Almeida (ALMEIDA; COSTA, 1998, p. 275), “O território é um espaço em movimento, formando e deformando-se sob o fluxo do movimento das interações entre os atores e o espaço”, pois é dessa relação entre atores sociais e o espaço, que avenidas e áreas residenciais na capital cearense estão sendo redefinidas, criando-se novas formas de uso e de ocupação do solo.

Nesse contexto, o poder público estadual, idealizador e implementador das políticas públicas que impulsionou o turismo cearense têm, elaborado pela Setur, o Planejamento Estratégico do Estado do Ceará, estabelecido para o período de 1995-2020, com o objetivo de consolidar a inserção do estado como o destino turístico internacional da região Nordeste.

Fazendo parte deste planejamento, identificamos o Projeto Fortaleza Atlântico, atuando na Microrregião Turística de Fortaleza, visando à criação de um espírito coletivo marítimo, baseado no prazer da vivência e da descoberta do mar, assim como na exploração sustentada das suas riquezas. O objetivo central seria voltar Fortaleza para o Atlântico, abrindo a cidade construída para o mar, integrando o lado oceânico ao lado continental (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SETRUR ..., 1998).

A intervenção territorial tem se iniciado por meio da divisão do litoral fortalezense em três zonas, denominadas de *cluster* (Mapa 4). O programa de *cluster* econômico envolve

diferentes atividades econômicas, bem como a integração entre governo estadual, agentes financeiros e outros segmentos capazes de elevar a competitividade do setor turístico.



Mapa 4: Divisão do litoral fortalezense em clusters.

O primeiro *cluster* recebeu o nome de portal do Mucuripe (Porto Pesqueiro/ Praia Mansa/ Farol/ Serviluz e Praia do Futuro). Nessa área, o porto será reestruturado para receber os transatlânticos, será construído um Ícone Fortaleza (marco da entrada do Brasil no século XXI) e um complexo náutico (*oceanarium*, museu náutico e centro de reabilitação da vida marinha). O segundo *cluster* foi chamado de Corredor Turístico Cultural/Centro Histórico (Kartódromo/ Ponte dos Ingleses/ Praia de Iracema e Beira-Mar) e corresponde à área onde foram construídos o novo Mercado Central e o Centro Cultural Dragão do Mar e para onde está projetado o novo Centro de Feiras e Eventos da cidade. O terceiro *cluster* foi chamado de Enseada Turística e Parque Ecológico do Rio Ceará (Rio Ceará/ Barra do Ceará e Pirambu).

Nesta área encontra-se em construção a Avenida Costa Oeste, via litorânea que tem como objetivo incorporar as praias do Grande Pirambu à dinâmica turística (ROCHA JUNIOR, 2000).

Dentre os projetos inseridos nos *clusters*, dois chamam a atenção por apresentarem características sócio-espaciais idênticos: áreas ocupadas tradicionalmente por populações pobres; localizadas no litoral, e contempladas por projetos pautados na política de reassentamento e indenização, ocasionando processos de desterritorialização e reterritorialização promovidos pelo Governo Estadual. São eles: o Projeto Costa Oeste (Grande Pirambu) e o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (Poço das Dragas).

O Projeto Costa Oeste encontra-se na atualidade em fase de implantação, sendo sua área utilizada para diversos usos, conforme evidencia a figura que trata do uso e ocupação do solo (Figura 16).

A beleza paisagística ou potencialidade turística da área é ressaltada pelas reportagens jornalísticas: “Pôr-do-sol da Barra do Ceará e a beleza das praias não deixam dúvida que a natureza abençoou o litoral oeste de Fortaleza. O latente potencial turístico permanece inexplorado, mas a Prefeitura vê avanços neste sentido” (PROBLEMAS..., 2004).

Além das belezas naturais exaltadas nas reportagens anteriores, a zona oeste de Fortaleza dispõe de uma área de mangue. O mangue do Rio Ceará é protegido pela Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Ceará, e se apresenta em bom estágio de conservação, sendo bastante utilizado para coleta de caranguejos e passeio ecológicos de barco.

A preservação do mangue do Rio Ceará nos permite afirmar que a zona oeste de Fortaleza apresenta diversidade no uso e ocupação do solo, resguardando além das áreas ditas degradadas, outras de elevado potencial paisagístico como áreas de mangue, dunas e praias.

Embora o potencial paisagístico evidenciado na zona oeste seja importante, este, de acordo com Fonseca (2005) no seu estudo sobre políticas de turismo no Rio Grande do Norte, não é condição suficiente para que o Grande Pirambu torne-se território turístico, pois para que isso ocorra é “Necessário uma requalificação do espaço através da criação de espaços complementares, dotando-se a localidade de infra-estrutura e equipamentos turísticos” (p. 40).



Foto 1: Manguezal do rio Ceará.



Foto 2: Barracas de praia da Barra do Ceará.



Foto 3: Ponte sobre o rio Ceará.



Foto 4: Duna da Barra do Ceará e o encontro do rio com o mar.



Foto 5: Praia da Barra do Ceará.



Foto 6: Porto das Jangadas.



Foto 7: Avenida Costa Oeste.



Foto 8: Praia do Cristo Redentor



Foto 9: Faixa litorânea do Pirambu.



Foto 10: Barracas na praia Leste Oeste.



Figura 11: Interceptor Oceânico

FIGURA 16:
Uso e ocupação na Zona Oeste - Fortaleza/CE

Nesse intuito, o Projeto Costa Oeste deverá ocasionar a turistificação da área. Entendemos por “turistificação”, com base nos autores estudados, o processo que envolve organização, planejamento e embelezamento de lugares para que estes se tornem atrativos turísticos e possam ser contemplados.

No entanto, salientamos que embora exista possibilidade da área em questão tornar-se um território turístico da cidade, dois entraves bastante significativos poderão influenciar negativamente. São eles: a violência e a repulsão da cidade em relação à área.

Assim, a imagem de violência, poluição e pobreza vinculada ao Grande Pirambu deverá ser mudada. Ao nosso ver, o primeiro passo vem sendo proposto pela transferência do interceptor oceânico, o qual provoca odores indesejados e poluição atmosférica, denotando um passo significativo na reversão da imagem da área.

A possibilidade de requalificação do Grande Pirambu propicia um interesse particular de empreendedores imobiliários em apropriar-se da zona oeste, principalmente, da faixa litorânea, representando para Dantas (2002, p. 104), como o “Verdadeiro filé mignon do mercado imobiliário, que se alimenta do anseio de consumidores em enquadrarem o mar na janela de seu apartamento, efeito paisagístico-contemplativo”. Assim, esse espaço litorâneo surge como alternativa para atender à demanda por novos espaços de moradia à beira-mar, tendo em vista alguns entraves na zona leste da cidade (explorado posteriormente).

Na transição entre a zona oeste e a zona leste de Fortaleza, do ponto de vista físico, tem a área central da cidade, retratada pela figura 17, a qual evidencia o seu uso e ocupação, abrangendo parte do bairro Arraial Moura Brasil, Centro e Poço das Dragas. O trecho que compreende o Arraial Moura Brasil, na faixa litorânea, apresenta baixa densidade demográfica e grandes áreas privatizadas, a exemplo do Hotel Marina Park. Em relação à faixa litorânea do Centro, esta oferece melhores condições de infra-estrutura e maior diversidade de usos, que vai desde ao uso comercial e de serviços até grandes equipamentos como Indústria Naval Cearense (Inace) e Centro Cultural Dragão do Mar, além de uso residencial como a comunidade do Poço das Dragas, local onde será construído o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos.

A área conhecida como Poço das Dragas teve origem durante a década de 1940, com a ocupação da gleba deixada pelas instalações periféricas na transferência do antigo porto (Porto das Dragas) para o novo porto (Porto do Mucuripe). A construção do Porto do Mucuripe ocasionou o esvaziamento e a estagnação na área do antigo porto, tendo em vista a transferência de grande parte dos armazéns e depósitos para as Docas.



Foto 01: Hotel Marina Park em frente ao mar e com praia privatizada.



Foto 2: Mercado Central - comércio de produtos regionais e visitação turística.



Foto 3: Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura - área de lazer da cidade.



Foto 4: Antigos casarões servindo de bares no entorno do Dragão do Mar.



Foto 5: Maquete Digital do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos.
Elaboração: Maria Francineila P. dos Santos



Foto 6: Prédio da antiga alfândega - futura pinacoteca do Ceará.

FIGURA 17:

Uso e ocupação na Área Central - Fortaleza/CE

Em 1962, esta área foi evidenciada pelo Plano Hélio Modesto, pelo qual a então Avenida Beira-Mar deveria prolongar-se até o Poço das Dragas, e onde deveria ainda assentar os edifícios públicos de um novo Centro Cívico e Administrativo, acompanhado de locais para funções culturais (exposições, circos etc.) e de equipamentos para congressos, o que de fato não ocorreu.

Passados quarenta anos desde o Plano Hélio Modesto, é retomada a discussão da construção de um novo centro para a área compreendida pelo Poço das Dragas - O Centro Multifuncional de Feiras e Eventos. Este corresponde a um megaprojeto com ares futuristas, avançando 19 hectares mar a dentro, compreendendo 15 mil m² de área para feiras, teatro para 2 mil pessoas, aquário e centro de convenções, num complexo com capacidade total para 25 mil pessoas. A SDLR e a Seinfra responsáveis pelo projeto, acreditam que o mesmo poderá gerar até 13 mil empregos e trazer uma renda anual bruta da ordem de R\$ 158 milhões a R\$ 196 milhões, impactando sobre diversas atividades econômicas (Seinfra, 2004).

A implantação do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos visa a: fortalecer a atividade turística, com apoio ao setor turismo de negócios; apoiar o desenvolvimento da indústria cultural local, oferecendo à população os espaços com condições técnicas adequadas às atividades ligadas às grandes reuniões e espetáculos; converter os impactos urbanos decorrentes de sua construção para criar condições efetivas para viabilização de operações de revitalização com benefícios ao conjunto da população; melhoria das condições de recepção a visitantes, reforçando a imagem urbana e a memorabilidade da cidade e obtendo como resultado o incremento de sua competitividade como destino turístico.

Todos esses objetivos, segundo o poder público, são justificados pela acentuada demanda por serviços turísticos que atendam ao chamado turismo de negócios, exercido por meio de com congressos e feiras, o qual fortaleceria a atividade turística em períodos conhecidos como de baixa estação. Isso porque, embora o atual Centro de Convenções do Ceará disponha de 15.244m² de área total construída, auditório de 1.000 lugares, área locável de 11.582 m² e aproximadamente 500 vagas de estacionamento de veículos, este encontra-se com a sua capacidade de expansão esgotada, não atendendo, por conseguinte, à demanda de eventos e feiras de médio e grande porte. Para o Secretário de Infra-Estrutura do Estado, Francisco Queiroz Maia Júnior, o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos visa a:

Preencher uma lacuna que é a sazonalidade do turismo no Estado, pois devido ao Centro de Convenções ser pequeno, Fortaleza perde para outros estados a possibilidade de trazer as feiras e convenções de maior porte, que movimentam o mercado na época de baixa-estação (POÇO ..., 2001).

Após inúmeras justificativas para a construção do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, surgem as discussões em torno da escolha do local para a implantação do mesmo. Ainda segundo o referido Secretário de Infra-Estrutura do Estado, este afirma que: “Seria muito mais caro para o governo construir em outra área. Pois, não há dinheiro para fazer um investimento vultoso de qualificação de uma área distante para construir um projeto deste”. E acrescenta: “Aquela área já tem toda uma qualificação histórica, uma rede de serviços, então o investimento se torna menor porque não se tem que construir todo um entorno e qualificá-lo para receber o Centro Multifuncional” (POÇO..., 2001).

A qualificação histórica da área e o entorno adequado ressaltados pelo Secretário de Infra-Estrutura são vislumbrados pela presença do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, do Mercado Central e de outros equipamentos turísticos, viários, de lazer e entretenimento naquela área, os quais transformaram parcialmente as potencialidades de reconstrução da área, fato que pode ser constatado na vitalidade da utilização dos sobrados, e na ocupação do seu entorno por bares, restaurantes e boates, além da recuperação de antigas edificações, como o armazém Boris que abrigará o Centro Cultural do Serviço Social do Comércio (SESC) e a antiga Alfândega, no Poço das Dragas, onde se instalará a Pinacoteca do Ceará, abrigando dentre outras, a obra do pintor cearense, Antonio Bandeira, consagrado na produção de artes plásticas não apenas no Brasil, mas também em outros países.

Notamos que todas essas intervenções encontra-se presentes dentro do segundo *cluster*, atingindo a área histórica e central de Fortaleza; com isso, atendendo a antigas reivindicações para a revitalização do centro e de suas adjacências, garantindo assim o apoio de grande parte da sociedade fortalezense.

Entretanto, a discussão no âmbito da população atingida diretamente pela obra tem propiciado diversos conflitos e divisão na comunidade do Poço das Dragas, na qual alguns se colocam favoráveis ao referido projeto e outros são contrários ao mesmo.

O Centro Multifuncional de Feiras e Eventos deverá retirar 300 famílias, um total de 1.100 moradores, os quais vivem há aproximadamente 60 anos em uma área de quase 13 mil metros quadrados. Estas pessoas deverão “optar” entre as casas de reassentamento ou indenização. Para o Secretário de Infra-Estrutura do Estado, Francisco Queiroz Maia Júnior (POÇO..., 2001), “O Projeto de Relocação do Poço das Dragas ainda está sendo estudado, e as novas moradias deverão ficar no máximo a 600 metros do local atual, onde serão preservados os valores culturais e as relações de vizinhança”.

Apesar das promessas do Secretário de Infra-Estrutura em relação ao projeto, a senhora Francisca de Alcântara Pereira, 60 anos, afirma: “Não acredito que essas casas novas

vão ser construídas por aqui perto. Mas não vão me tirar daqui para ir pra fim de mundo nenhum. Só acredito nessas histórias quando ver a casa pronta” (POÇO ..., 2001).

Já o senhor José Ribamar dos Santos, de 66 anos, nascido na área, ele está confiante e comenta: “Vi as casas novas no projeto e achei muito boa, vai ter esgoto, coisa que aqui não tem. Estou confiante no Governo, mas se não for bem assim como eles estão falando, aí a gente não muda, né” (POÇO ..., 2001).

Em relação à transferência das famílias da área, a Presidente da Associação dos Moradores do Poço das Dragas, Rocilda Lima Ferreira, ressalta: “Se pudéssemos, todos nós optaríamos por ficar aqui. Mas não somos contra o progresso, e se é para o bem de Fortaleza, vamos deixar aqui, desde que atendam a todas as nossas exigências” (POÇO ..., 2001).

A intervenção em áreas ocupadas por populações pobres, mexe com a vida destas pessoas de forma abrangente, principalmente, daquelas que de certa forma estão em seu caminho, a identificação com a rua, com a vizinhança, com o bairro em si, faz com que as pessoas não queiram mudar-se, opondo-se às obras públicas, e às vezes acabam sendo “tachadas” como contrárias ao desenvolvimento, às transformações e ao “progresso”.

Berman (1988) em sua obra “tudo que é sólido desmancha no ar”, nos revela o sentimento das pessoas que de certa forma presenciam mudanças repentinas ocasionadas pelas políticas públicas, as quais não transformam apenas a rua, ou o bairro com suas escavadeiras mecânicas, mas também a vida cotidiana das pessoas, algumas delas para melhor, outras nem tanto.

Esse sentimento encontra-se evidenciado nas declarações da população do Poço das Dragas, assim como veremos mais adiante no capítulo 3, sobre o processo de desterritorialização e conseqüentemente reterritorialização do Projeto Costa Oeste.

É importante salientarmos que políticas públicas dessa natureza apresentam forte incidência espacial, ocasionando significativas mudanças na organização do espaço, sobretudo, quando se trata de turismo, pois esta é uma atividade pela qual o espaço é o próprio objeto de consumo.

O turismo, enquanto atividade econômica, necessita de novos espaços e equipamentos turísticos para expandir-se, seja adquirindo novas áreas para especulação imobiliária (hotéis, restaurantes, pousadas etc.), seja com instalação de empreendimentos que visem a atrair fluxos de pessoas e negócios.

Esse processo se verifica na zona leste de Fortaleza, onde se localizam as praias de Iracema, do Meireles, do Mucuripe, a área do Porto do Mucuripe, a praia do Futuro I e II, a praia Caça e Pesca e a praia da Sabiaguaba (Figura 18).

Quanto as praia de Iracema e Meireles, a concentração urbana permeia toda a área até o Mucuripe, com total ocupação da faixa litorânea pelos equipamentos de lazer, turismo e moradia da classe abastada. Atualmente, consolida-se nesta faixa de praia o uso de torres verticais e de calçadão da praia como local de encontro de diversos grupos sociais. É o espaço público que permite a maior concentração de fluxo de pessoas em busca de qualidade de vida, o qual foi apropriado pelas atividades de desporto (clubes esportivos, hotéis de luxo, flats, *minishopping*, restaurantes e apartamentos residenciais), tornando-se cartão postal de divulgação da cidade para o turismo nacional e internacional.

Salientamos que embora a praia de Iracema seja considerada área de atração turística, esta vem passando por um processo de estagnação e deterioração, reflexo do surgimento de novos espaços de lazer bem próximos a esta área, com destaque para o Centro Cultural Dragão do Mar; da transferência de alguns bares e restaurantes da área; e ainda, da falta de manutenção e segurança deste espaço.

A área do Porto do Mucuripe, situado no Cais do Porto, dispõe de algumas praias, dentre elas: a Praia Mansa, de acesso restrito e de bela paisagem natural, local escolhido para instalar o ícone de Fortaleza; e a Praia do Titânzinho, área de alta densidade demográfica e ocupada por população de baixa renda.

O Ícone de Fortaleza corresponde à construção de um obelisco, um novo cartão postal da cidade, com “Representação simbólica do marco identitário da entrada de Fortaleza no cenário internacional com o objetivo de se tornar signo diferenciador, algo transformador associado ao novo discurso, de maritimidade voltada para o turismo” (ARAGÃO, 2005, p. 43).

A praia do Futuro I e II dispõe de faixa litorânea tomada pela presença de barracas de praias, com elevado fluxo de turistas e população local, com dunas ocupadas, simultaneamente, por favelas e residências de alto padrão e vazios urbanos. Segundo dados do Inventário Ambiental de Fortaleza (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. INVENTÁRIO ..., 2004), a praia do Futuro ocupa o primeiro lugar em quantidades de vazios urbanos da cidade.



FIGURA 18:
Uso e ocupação na Zona Leste - Fortaleza/CE.

Elaboração: Maria Francineila P. dos Santos

O projeto de urbanização da praia do Futuro, construída para abrigar o futuro da cidade em termos de moradia à beira-mar, não atingiu este objetivo devido, principalmente, a aspectos naturais (classificada como a praia com o segundo maior teor de salinidade do mundo). Desse modo, a área foi ocupada por clubes, associações recreativas, pousadas e hotéis, consolidando diversos territórios fragmentados, dentre eles, os territórios das barracas de praia percorrendo toda a orla marítima e adentrando para o continente o território de hotéis de cinco estrelas, a exemplo do Hotel Vila Galé.

Recentemente, foi construída uma nova Avenida de acesso à praia do Futuro – Avenida Aldy Mentor –, a qual corresponde ao prolongamento da já existente Avenida Padre Antonio Tomás, possibilitando o acesso a novas estruturas e grandes eventos, como a chamada “Cidade do Fortal”, construída em 2005.

A praia da Sabiaguaba, trecho entre a foz do Rio Cocó e Pacoti, embora já disponha de um acelerado processo de urbanização e belezas naturais significativas - manguezais, encontro do rio com o mar e dunas -, não é muito visitado turisticamente, quadro que deverá ser alterado após a conclusão da ponte sobre o Rio Cocó (em construção) ligando a praia do Futuro a Sabiaguaba; conseqüentemente, aumentando o fluxo turístico da área.

Os aspectos explicitados anteriormente sobre a zona leste (total ocupação da orla marítima e alto teor de salinidade) criam entraves para a instalação de novos equipamentos de lazer na faixa de praia (restaurantes, pousadas e hotéis) e de habitação para classe abastada, desejosa para morar à beira mar. Assim, a zona oeste surge como alternativa de faixa litorânea apropriada, após a conclusão do Projeto Costa Oeste.

Os investimentos públicos em infra-estrutura viária, visando propiciar melhor acessibilidade aos espaços onde se encontram recursos naturais valorizados turisticamente, desencadearam novas tendências locais dos investimentos imobiliários para as áreas de praia, provocando mudanças sócio-espaciais na zona leste de Fortaleza. Nesse sentido, a construção da Avenida Beira Mar, em 1963, constituiu um marco, pois esse eixo viário desencadeou rápida alteração do tipo de habitação e investimentos imobiliários e/ou turísticos no local. A expansão imobiliária na área ocasionou, além da expulsão das populações pobres, a elevação do valor do solo, verificado na faixa litorânea, acentuando a segregação sócio-espacial da classe de alto poder aquisitivo.

Esta idéia é reforçada pela opinião do conselheiro do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Ceará (IAB-CE), Marcos Lima sobre a Avenida Costa Oeste “A ampliação da infra-estrutura viária é indutora de novos usos e deve atrair investimentos diversos, não só comerciais, mas também imobiliários e hoteleiros” (NA MIRA..., 2004).

Para uma cidade turística como Fortaleza a acessibilidade é algo fundamental, sobretudo, nos espaços litorâneos, conforme Villaça (2001, p. 74), “[...] a acessibilidade é o valor de uso mais importante da terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau”. Desse modo, Fortaleza não coaduna mais com a existência de uma “barreira social”¹², impedindo o acesso a zona oeste tanto da população fortalezense quanto dos visitantes. A respeito disso, Rocha Junior afirma:

Praticamente todo o litoral fortalezense é classificado pelo Plano Diretor como orla marítima, onde são incentivadas atividades ligadas ao lazer e ao turismo. O objetivo deste planejamento urbano é estender para outras áreas do litoral fortalezense a mesma paisagem, os mesmos fluxos e trocas que se organizam na Avenida Beira Mar (2000, p. 155).

Como podemos observar nas palavras do autor, estes projetos visam à possibilidade de homogeneização do uso e ocupação do solo nos espaços litorâneos de Fortaleza. Sendo assim, as políticas públicas implementadas no Grande Pirambu, aparece-nos como tentativa de responder à demanda por novos espaços de lazer e moradia à beira-mar.

Outro elemento interessante nessa discussão é a relação entre localização de investimentos públicos, especialmente viários, e a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias, analisados por Maricato (2000, p.158). Para a autora,

Há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de oportunidades para o investimento imobiliário. Trata-se de obras que são mais imobiliárias que viárias, já que a lógica do seu traçado não está apenas, e às vezes, nem principalmente, na necessidade de melhorar os transportes, mas na dinâmica de abrir novas frentes (localização) para o mercado imobiliário de alta renda.

O que percebemos por meio dessas políticas públicas suscitadas para Fortaleza é o objetivo de inseri-la entre as cidades mais modernas e equipadas do país, transformando-a no portal do Atlântico, e estendendo o modelo beira-mar para toda a orla marítima da cidade.

No intuito de transformar-se em portal do Atlântico, a cidade turística impõe que seus espaços litorâneos apresentem uma paisagem adequada, mesmo aqueles que não são utilizados para tal fim, pois na cidade-mercadoria¹³, a pobreza é vista sob um novo olhar, “A

¹² Utilizamos aqui o termo “barreira social” para caracterizar o Grande Pirambu, como uma barreira formada por aglomerado humano, o qual “impede” a visão do mar na seqüência das vias que margeam todo o litoral fortalezense.

¹³ A cidade mercadoria é entendida segundo a concepção de Vainer (2000, p.78), “[...] a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda”.

miséria é estrategicamente redefinida como problema paisagístico ou ambiental” (VAINER, 2000, p. 82).

Inserido nesse contexto, o Grande Pirambu vem sendo objeto de políticas públicas, as quais estão centradas, de um lado, na retirada das famílias; e, de outro, na relocação de parte destas nos conjuntos de reassentamento, constituindo o que tem sido denominado por Corrêa (1998), um processo de “desterritorialização” e “reterritorialização”, objetos de análise do próximo capítulo.



CAPÍTULO 3

DIALOGANDO COM A POPULAÇÃO LOCAL

3 DIALOGANDO COM A POPULAÇÃO LOCAL

As transformações no território do Grande Pirambu nos capítulos anteriores vêm atingindo direta ou indiretamente a população local e, conseqüentemente, formando grupos com realidades e interesses diferenciados.

As entrevistas feitas em campo mostraram que embora algumas situações vividas pelas pessoas sejam semelhantes, suas angústias, expectativas e opiniões diferenciam-se umas das outras, permitindo-nos enquadrar os interlocutores em dois grupos distintos. O primeiro grupo analisado envolve as pessoas reassentadas, os indenizados e os barraqueiros. São pessoas atingidas diretamente pelo projeto Costa Oeste, seja através da transferência para o conjunto de reassentamento, pela indenização ou pela expectativa do recebimento das novas barracas. O segundo grupo compreende os moradores e os pescadores, os quais foram ou serão atingidos indiretamente. No que diz respeito aos pescadores, estes aguardam ansiosos a construção do novo mercado de peixes; e quanto aos moradores, evidencia-se por suas falas, enquanto interlocutores, expectativa de melhor qualidade de vida.

Nesse intuito, este capítulo encontra-se dividido em dois sub-capítulos. O primeiro discutirá o processo de desterritorialização e reterritorialização dos reassentados, indenizados e pescadores. Enquanto o segundo analisará as conquistas e desafios postos pelo Projeto Costa Oeste aos moradores e pescadores do Grande Pirambu.

Tendo em vista os aspectos apresentados, entendemos que o Grande Pirambu vive atualmente transformações que condiz com os novos ditames impostas pela atividade turística desenvolvida em Fortaleza, que começam “soprar os ventos” das políticas públicas de turismo para zona oeste, ao invés de priorizar somente a zona leste como ocorria anteriormente.

Sendo assim, evidenciaremos os conjuntos de reassentamento do Projeto Costa Oeste, os entraves e/ou embargos do referido projeto, bem como as transformações propiciadas pelo mesmo no Grande Pirambu.

3.1 Desterritorialização e reterritorialização no Grande Pirambu

Nossa opção em discutir as transformações no território do Grande Pirambu se inicia ao percebermos os processos de desterritorialização e reterritorialização desencadeados pelo programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste. Para analisá-lo recorreremos a entrevistas com as pessoas envolvidas nos referidos processos (reassentados, indenizados e barraqueiros).

Então, inferimos que as mudanças sociais desencadeadas na área pelo Projeto Costa Oeste aparece como exigência e como estratégia de consolidação de um novo espaço litorâneo da cidade, dotada de infra-estrutura adequada (saneamento, coleta de lixo regular e avenida paisagística) propiciando futuras instalações de lazer e habitação à beira-mar com vistas, principalmente à dinâmica turística.

Como diz Barel apud Haesbaert (1997, p. 93), o conceito de mudança social deve ser representado sob a forma de uma dinâmica territorial, “A mudança social é em parte esta: a vida e morte dos territórios. A mudança social é vista como um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização”. A partir dessa ótica de análise, iniciaremos a discussão das mudanças sociais propiciadas pelo programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste.

O programa de reassentamento compreende a construção de oito conjuntos residenciais assim denominados: Cacimba dos Pombos: 114 casas; Seis Companheiros: 183 casas; Graça Aranha: 235 casas; Tomaz Gonzaga: 120 casas; Dona Mendina: 77 casas; Tropical: 99 casas; Alves de Lima e Tenente Lisboa com respectivamente 308 e 860 unidades de apartamentos distribuídos espacialmente por toda a área de implementação do projeto, conforme podemos visualizar no mapa 5. No momento, seis conjuntos já foram entregues, restando apenas os conjuntos Alves de Lima e Tenente Lisboa.

No primeiro momento, o projeto contemplava 2.445 famílias, sendo 1.363 reassentados e 1.082 famílias indenizadas (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SEINFRA.,2001). Após a conclusão e entrega de seis conjuntos de reassentamento, totalizando 828 famílias reassentadas e, estando a avenida com 2 Km de via concluída, o programa de reassentamento e indenização foi redefinido sofrendo algumas alterações.



CACIMBA DOS POMBOS



GRAÇA ARANHA



TROPICAL

CONJUNTOS DE REASSENTAMENTO

- | | |
|----------------------|-----------------|
| 1 SEIS COMPANHEIROS | 4 TROPICAL |
| 2 CACIMBA DOS POMBOS | 5 GRAÇA ARANHA |
| 3 D. MENDINHA | 6 TOMAZ GONZAGA |
| | 7 ALVES DE LIMA |
| | 8 TELEMAR |



TOMAZ GONZAGA



SEIS COMPANHEIROS



D. MENDINHA



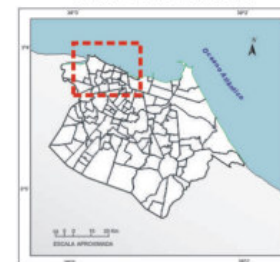
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

TÍTULO: PARA ONDE SOPRAM OS VENTOS: POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E DESTERRITORIZAÇÃO EM FORTALEZA/CE.

AUTORA: MARIA FRANCINEILA E DOS SANTOS
ORIENTADORA: Dra. RITA DE CÁSSIA DA C. GOMES

MAPA 05:
OS CONJUNTOS DE REASSENTAMENTO DO PROJETO COSTA OESTE.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA



Elaboração: Maria Francineila P. dos Santos
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional, 2005.

Dentre as alterações, destacamos a substituição do nome de três conjuntos (Grandes Curtumes I para Tomaz Gonzaga; Grandes curtumes II para Alves de Lima e Telemar para Tenente Lisboa), os quais não apresentava nenhuma identidade local com o nome proposto. A construção de conjuntos dispendo de apartamentos de 44,7 m², com três pavimentos (Figura 19), ao invés de casas com 37,2 m²; e o aumento do número de famílias a serem reassentadas e indenizadas, as quais passaram respectivamente para 1.996 e 2.905, beneficiando um total de 4.901 famílias (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SEINFRA..., 2005).

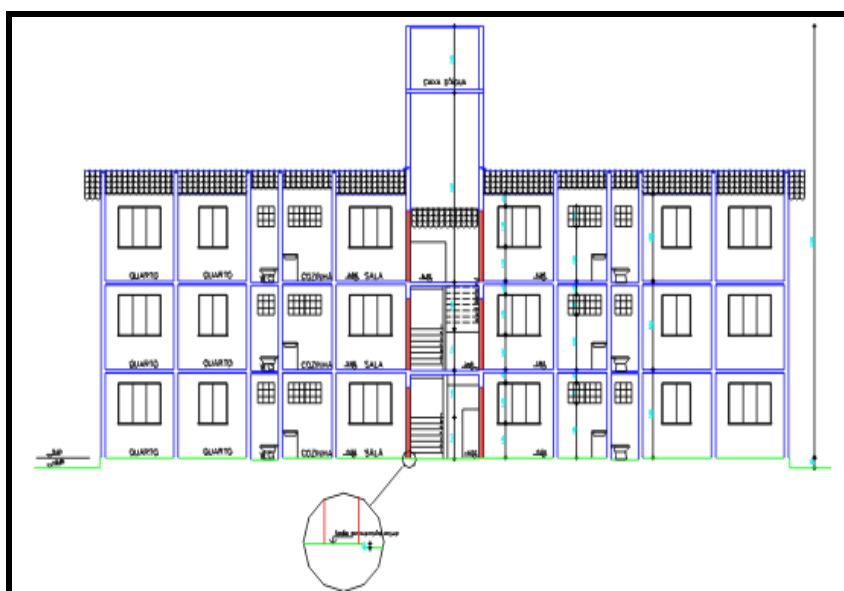


Figura 19: **Croqui dos apartamentos do Projeto Costa Oeste.**
 Fonte: SDLR, 2005.

Salientamos que a sugestão para a verticalização dos conjuntos já havia sido dada por algumas associações comunitárias da área¹⁴, por meio do documento intitulado “Propostas ao Documento do Movimento Costa Oeste” visando à inserção de todos as pessoas atingidas pelo Projeto Costa Oeste. Assim, a decisão de verticalização dos próximos conjuntos a serem construídos visa a atender às famílias do segundo e terceiro trecho do Projeto Costa Oeste.

Em relação à verticalização dos conjuntos, o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR, declara:

¹⁴ As associações comunitárias eram: a Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará, Associação Cultural e Popular dos Moradores da Barra do Ceará, Associação Desportiva e Cultural das Goiabeiras, Associação dos Moradores do Novo Lar, Associação dos Moradores da Terra Prometida e Associação de Moradores da Zona da Praia do Arpoador

Os dois terrenos são grandes, e como não há mais terrenos na área para comprar e as pessoas têm que ficar próximo da área que moravam, optamos pela construção dos apartamentos. E além disso os seis primeiros conjuntos estão ocupados com as famílias do primeiro trecho e famílias que apesar de não estarem cadastrada no projeto encontrava-se em área de risco, e como fazia parte da área não podíamos deixar naquela situação. Para o Conjunto Alves de Lima, a construtora já foi contratada e as obras devem iniciar no início de 2006. Quanto ao tamanho dos apartamentos serem maiores que as casas isso deve-se ao fato de que as casas dispõem de um quintal, um lote para expansão, e o apartamento não, por isso é maior (SILVA, 2005, informação verbal).¹⁵

Ressaltamos que o órgão financiador da construção das casas e/ou apartamentos do Projeto Costa Oeste é a Caixa Econômica Federal, e esta exige que seja feito um melhor aproveitamento do terreno, para poder alojar mais famílias. Daí, a rápida aceitação do processo de verticalização dos conjuntos de reassentamento.

No que diz respeito ao aumento no número de famílias beneficiadas pelo projeto terem passado de 2.445 famílias para 4.901, o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR declara que, *“Em 2004 foi feita uma revisão na contagem das pessoas beneficiadas pelo projeto, pois como o EIA RIMA era de 1997, muitas famílias tinham aumentado, filhos casaram formando outras famílias e com isso ocorreu um aumento no número de famílias beneficiadas”*. (SILVA, 2005, informação verbal).

Em relação aos conjuntos de reassentamento entregues o Conjunto Seis Companheiros, conhecido popularmente por Conjunto dos Pescadores, foi o segundo conjunto a ser entregue. Ele é o mais próximo à praia, tendo sido reassentados, especialmente, pessoas possuidoras de algum vínculo com o mar, principalmente os pescadores.

No entanto, a constatação da venda das casas pelos reassentados neste conjunto é confirmada por meio do nosso diálogo com o vice-presidente da Associação da Zona de Praia do Arpoador, José Carvalho de Oliveira, que chama a atenção para o fato de que, das 183 casas entregues no Conjunto Seis Companheiros, após seis meses da data da entrega, já haviam sido vendidas, em média, 60 casas por parte de famílias que retornam à área de onde foram reassentadas.

A venda das casas pelos reassentados é uma realidade observada em todos os conjuntos de reassentamento do Projeto Costa Oeste. Além deste aspecto, existem outros bastante comuns na vida dos reassentados destes conjuntos. Sendo assim, escolhemos dois conjuntos para melhor explicitarmos estes acontecimentos – o Tropical e o Graça Aranha.

¹⁵ Entrevista concedida pelo José Diógenes da Silva, Secretário de Infra-Estrutura da SDLR, novembro de 2005.

Estes conjuntos foram eleitos por detectarmos que os mesmos expressam similitudes com todos os outros conjuntos entregues, e apresentam declarações muito significativas.

No conjunto Tropical, a venda das casas é amplamente evidenciada. Durante a pesquisa de campo observou-se a existência de cinco casas com placas de venda; e dos doze entrevistados no conjunto, quatro admitiram ter comprado a casa de reassentados: “*Só está com quatro meses que estou morando aqui. Eu comprei a casa por R\$ 7.000,00 (sete mil) e passei o recibo no cartório*” (NEIDE, 2005, informação verbal)¹⁶. Uma reassentada revelou que na sua rua quase todos os reassentados venderam a casa: “*Um bocado já venderam as casas. Nessa rua só tem cinco casas que não foram vendidas*”, (GRAÇA, 2005, informação verbal)¹⁷. E um entrevistado chegou a afirmar que já havia comprado do terceiro dono da casa, conforme explicitaremos na entrevista abaixo.

Comprei por R\$ 5.000,00 (cinco mil) e o comprovante eu tirei no cartório. Foi uma procuração passada para o meu nome. Foi um conhecido meu, eu tava conversando com o rapaz que era dono daqui, aí eu comprei. Eu tinha saído da empresa na época e tava com dinheiro. O que eu comprei aqui já era o terceiro dono, ele já tinha comprado do ex dono daqui. Eu já comprei do terceiro (LUCAS, 2005, informação verbal)¹⁸.

Enquanto isso, no conjunto Graça Aranha, a realidade se repete de forma ainda mais acentuada. Durante a visita de campo vislumbramos a presença de oito placas de venda. E das onze entrevistas efetuadas no conjunto, quatro pessoas admitiram ter comprado a casa do reassentamento, “*Eu comprei esta casa. Paguei R\$ 4.000,00 (quatro mil). Foi tudo feito no cartório*” (LEILIANE, 2005, informação verbal)¹⁹. Ainda uma reassentada explica que a casa em frente a sua já foi vendida três vezes “*Aqui quase todo mundo já vendeu as casas. Só essa daí da frente já foi vendida três vezes. Tão voltando pro mesmo canto de onde vieram, para a beira da praia. Se tiver dez pessoas antigas do projeto nessa rua, tem muito*” (SANDRA, 2005, informação verbal)²⁰.

Para algumas entrevistadas, a venda das casas pelos reassentados trouxe implicações positivas para os conjuntos. A senhora Socorro, do Conjunto Tropical afirma, “*Eu estou achando é bom eles venderem, porque muito marginais venderam e foram embora, eles*

¹⁶ Entrevista concedida por Neide, comerciante do Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

¹⁷ Entrevista concedida por Graça, reassentada do Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

¹⁸ Entrevista concedida por Lucas, Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

¹⁹ Entrevista concedida por Leiliane, Conjunto Graça Aranha, em novembro de 2005.

²⁰ Entrevista concedida por Sandra, reassentada do Conjunto Graça Aranha, em novembro de 2005.

²² Entrevista concedida por Socorro, reassentada do Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

tinham boca de fumo aqui no conjunto e tinha muita zuada à noite” (SOCORRO, 2005, informação verbal)²¹. E a senhora Sandra do Conjunto Graça Aranha declara, “Ficou melhor por que aqui no começo tinha muito malandro, aí eles venderam e voltaram para a praia, por que lá é melhor para eles fazerem as coisas erradas deles” (SANDRA, 2005, informação verbal).

A comercialização das casas nos conjuntos de reassentamento provoca questionamentos tanto para as pessoas que adquirem esses imóveis, quanto para os reassentados que vendem. No caso das pessoas que adquirem esses imóveis, notamos que não existe preocupação a respeito da legalidade da compra das casas de reassentamento, pois acreditam numa negociação sem riscos, devido ao documento de compra e venda registrado no cartório. No entanto, vale salientar que os próprios reassentados não possuem o documento de proprietário da casa, pois este só seria entregue ao reassentado após cinco anos de moradia nas casas.

Outro aspecto observado no processo de venda dos imóveis é o fato de que os compradores das casas de reassentamento provêm de bairros populares do setor oeste de Fortaleza (Álvaro Weyne, Jardim Iracema, Carlito Pamplona, Jardim Petrópolis e Vila Velha) e os quais moravam em casa alugada ou de parentes. Tal realidade se explicita nas palavras que seguem “*Hoje eu tenho a minha casa própria, por que antes eu morava no fundo da casa da minha mãe*” (LEILIANE, 2005, informação verbal).

Para alguns reassentados, a venda das casas de reassentamento tornou-se “meio de vida” para várias pessoas:

Muita gente aqui vendeu suas casas, teve casa vendida até a prestação, não deram valor as casas, voltaram tudo para o Pirambu de novo. Outra coisa errada que eu acho, a pessoa ganha uma casa dessa e vende. Aí depois tão tudo passando precisão de novo, e se escrevendo para ganhar outra casa de novo, eu não acho justo isso, tá tirando a oportunidade de outra pessoa que precisa, que quer ficar realmente morando na casa, aí tira a opção dessa pessoa. Eu acho que os órgãos deveria ter uma lei justa. Eu tenho essa casa aqui, se eu vender, eu não tenho mais direito de ganhar outra. Quem quiser que vá trabalhar para comprar outra. Por que ganha a casa, vende, vai de novo e vende, virou um meio de vida. Eu não concordo com isso não (ROSE, 2005, informação verbal)²².

²¹ Entrevista concedida por Rose, Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

As fala da interlocutora acima demonstra a conscientização e revolta desta em relação à falta de consciência dos reassentados que vendem suas casas, no intuito de conseguir mais benefícios, ocasionando transtornos tanto para o poder público quanto para as pessoas realmente necessitadas e que aguardam serem contempladas com uma moradia digna. Um exemplo disso foi à construção de novos barracos, semanas depois da remoção dessas famílias do terceiro trecho da Avenida Costa Oeste, ainda no meio dos destroços (Figura 20).



Figura 20: Instalação de novos barracos, semanas depois da remoção dos antigos, Pirambu.

Foto: SANTOS, outubro de 2001.

Ciente desse quadro, o então coordenador do programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste, arquiteto Pedro Cléber, afirmou ter sido realizado um levantamento sócio-econômico de casa em casa, e que todas as pessoas reassentadas estão registradas, e só receberão o título de propriedade das casas após cinco anos residindo nas mesmas. Dessa forma, quem vendeu a casa na expectativa de receber outra, não terá direito a um novo benefício. E quem comprou, utilizando-se somente do recibo de compra e venda no cartório, terá que procurar a justiça (SANTOS, 2004).

Sobre essa questão, o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR, declarou.

Nós não temos como fazer o controle das pessoas que venderam as casas. Mas nós temos o cadastro de todas as pessoas contempladas pelo projeto. Se a pessoa já estiver sido beneficiada com o reassentamento ou a indenização, nós tentaremos conversar, se não der resultados entraremos

com uma medida judicial, mas não vamos passar com o trator por cima de ninguém, isso não existe (SILVA, 2005, informação verbal).

Tal realidade nos permite entender que algumas pessoas beneficiadas pelo programa de reassentamento vislumbram a casa como um valor de troca e não como o valor de uso, como já havia sido pensado pelo supracitado programa, que algumas famílias vendem a casa e retornam para a área, com a expectativa de conseguir mais benefícios. Segundo Harvey, o valor de uso e o valor de troca correspondem, respectivamente, à “[...] utilidade de algum objeto particular e o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado ‘valor de uso’ e o outro ‘valor de troca’ (HARVEY, 1980, p. 131).

Além desses propósitos, surgem outros questionamentos relacionados aos problemas de ordem sócio-econômico das pessoas reassentadas, na medida em que alguns reassentados vendem as casas utilizando-se de justificativas como a falta de condições financeiras para custear novas despesas (energia, água, saneamento), as quais anteriormente, na maioria das vezes, eram adquiridas ilegalmente (“gambiara”).

O custo de vida aqui é muito alto né, a água daqui é muito caro, e a luz é muito alto. Muita gente já vendeu a casa por causa dos débitos de água e de luz, por que aqui é mais caro. A alimentação é difícil, emprego não tem. A pessoa que já é empregado dá para sobreviver, mas quem não tem emprego, fica difícil aqui (SÔNIA, 2005, informação verbal)²³.

No que diz respeito a essa “alimentação difícil” destacada pela reassentada acima, a fala de Cristina também do Conjunto Tropical, explicita essa situação, demonstrando que o processo de reterritorialização propiciou desafios no âmbito da sustentabilidade econômica dessas famílias, devido o aumento das despesas alimentares:

Lá as coisas era mais fácil em matéria de comida, por que lá a gente com R\$ 5,00 (cinco reais) fazia o almoço e aqui a gente não faz né. Lá a gente com R\$ 5,00 (cinco reais) ia na bodega, comprava ½ Kl de arroz, ½ Kl de feijão e um temperozinho e fazia um almoço. E aqui você só pode comprar de quilo. Agora não, que tem essa bodeguinha ali né e a mulher ta fazendo de meio quilo, aí a gente ta podendo comprar, mas logo no começo que ela não tava aí, a gente tinha que comprar nos mercadinho que só vendia de quilo (CRISTINA, 2005, informação verbal)²⁴.

²³ Entrevista concedida por Sônia, reassentada do Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

²⁴ Entrevista concedida por Cristina, reassentada do Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

A fala de Cristina, além de apresentar as dificuldades financeiras dos entrevistados, demonstra que no processo de reterritorialização vigente nos conjuntos de reassentamento do Projeto Costa Oeste, os reassentados carregam para os novos territórios as características do velho território, assim como foi explicitado no conceito de reterritorialização defendido por Corrêa (1998).

Em relação à escolha do conjunto de reassentamento, as entrevistas feitas em campo mostraram isto: algumas pessoas não tiveram o direito de escolha, pois estavam em áreas de risco, conforme esclarece Sônia: *“Trouxeram a gente para cá, por que lá era área de risco, as casas tava para desabar e o local que tinha no momento era esse. Nós não tinha a escolha da indenização, por que as casas tava caindo, aí a gente não podia esperar né”*. E alguns reassentados haviam escolhido outro conjunto mas não foram atendido, como declarou Josefina²⁵, *“Por que colocaram a gente aqui. Eu queria ir para aquele conjunto da Avenida Leste Oeste [Conjunto Graça Aranha], mas disseram que não podia. Quis a casa por que lá era só um barraco de plástico, aí a indenização era pouca”*.

Como podemos observar na fala das entrevistadas, a transferência das pessoas para os conjuntos de reassentamento se dá em alguns momentos, de maneira emergencial, atendendo a moradores da área de risco; e, talvez em consequência disso, não haja escolha para as pessoas que já se encontrava inscritas no programa de reassentamento.

Além das situações ressaltadas pelas entrevistadas, destacaremos o preconceito por parte da vizinhança do conjunto, para com os reassentados, por se tratarem de pobres, oriundos da praia. Esse quadro de rejeição dos moradores antigos para com a nova vizinhança é observado no Conjunto Tropical. A fala do senhor Joaquim²⁶ revela: *“O padrão deles são muito diferente, tanto econômico, como cultural. Essa praça daqui ficou toda quebrada depois que eles chegaram e a violência aumentou”*. E no conjunto Graça Aranha, a senhora Aparecida desabafa:

Eu odiei essa nova vizinhança. [...] Eu acho que o Governo fez muito mal, porque o lugar de bandido é bem longe daqui, não é no meio de famílias. E ele [Governo] colocou um monte de vagabundo, de malandro, tudo quanto não prestava; ele tirou da beira da praia e trouxe para um local onde só moram famílias de bem. Olhe, várias pessoas do conjunto já vieram aqui me pedir para eu arranjar emprego, por que já moro aqui há mais tempo, mas eu nem me atrevo a arranjar, por que a gente não pode confiar nesse tipo de pessoas (APARECIDA, 2003, informação verbal)²⁷.

²⁵ Entrevista concedida por Josefina, reassentada do Conjunto Tropical, em outubro de 2005.

²⁶ Entrevista concedida por Joaquim, Conjunto Hermes Pereira, em outubro de 2005.

²⁷ Entrevista concedida por Aparecida, vizinhança do Conjunto Graça Aranha, em março de 2003.

Os relatos da vizinhança dos conjuntos de reassentamento demonstram medo e receio. Sentimentos comuns frente as ondas de violência que se intensificam nas capitais brasileiras, e que provoca receio em relação à nova vizinhança, conhecida como carente financeiramente. Isto vem provocando, inclusive, entraves no que diz respeito à absorção da mão-de-obra desta população, evidenciando que a convivência entre a vizinhança anterior e os reassentados não se dá de forma passiva, mesmo por se tratarem de diferentes condições sócio-econômicas, as quais podem ser observadas pela tipologia das casas (Figura 21).



Figura 21: **Habitação da vizinhança do conjunto Tropical.**
Foto: SANTOS, novembro de 2002.

No que diz respeito aos reassentados, as declarações que seguem evidenciam como estes sente esse quadro de rejeição da vizinhança, o que, na realidade, diz respeito à repulsão da própria sociedade fortalezense em relação ao Pirambu, iniciado desde os anos de 1930, quando o bairro ficou caracterizado enquanto área inóspita da cidade. E ainda como vemos, as relações sociais estabelecidas, contrapondo claramente os pobres (ditos favelados do Conjunto Tropical) e a classe média (do Conjunto Hermes Pereira). Ao ser questionada sobre o preconceito por parte da vizinhança do conjunto, Sônia afirmou:

Teve sim, o pessoal aí desse conjunto Hermes Pereira, ainda hoje tem preconceito com a gente. Por que eles acha que a gente é pobre né, favelado, que aqui só tem marginal, acha que a gente é ladrão. Só por que a gente é pobre. Diz que a gente tirou a paz deles, eles falam assim. Eles são de classe média e a gente é favelado. Eles lutaram né, chamaram a

reportagem, os órgãos da televisão para tirarem a gente daqui, mas não conseguiram. Aí sempre tem aqueles preconceitos, por que eles querem ser melhor do que a gente (SÔNIA, 2005, informação verbal).

Ao analisarmos a fala de Sônia, percebemos angústia que esta sente em ver que algumas pessoas associam a pobreza à falta de caráter, julgando o ser humano pela quantidade de bens materiais que possuem, não pela sua dignidade.

Ainda relacionado ao preconceito vigente no Conjunto Tropical ressaltamos as informações obtidas através de um estudo realizado pela comunidade Nossa Senhora de Fátima localizada na Barra do Ceará, na figura do coordenador do referido estudo, em cuja oportunidade revelou a existência de uma questão na justiça para a abertura de mais uma rua (na atualidade existe três ruas de acesso do conjunto Tropical passando pelos outros dois conjuntos vizinhos: Hermes Pereira e Barra Mar) na qual os moradores do Conjunto Hermes Pereira não aceitam, tendo inclusive utilizado o espaço do muro como um pequeno santuário com a imagem de uma santa no local (Figura 22).



Figura 22: Pequeno santuário no muro que deveria ser aberto para dar acesso à rua do conjunto Tropical.

Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Sobre esses acontecimentos Rosa declara:

Tem esse muro aí, é uma rua que é pra ser aberta, mas eles não deixam. Colocaram a imagem de uma santa que é pra não derrubar o muro, que eles não querem se misturar por que o povo daqui é favelado, preconceito demais. Os filhos deles podem brincar na pracinha, mas se os daqui passar

para lá e acontecer alguma coisa, só os daqui fizeram, preconceito não é?
(ROSA, 2005, informação verbal)²⁸.

Quanto à permanência desse quadro de rejeição, existe uma diferença entre o Conjunto Tropical e o Graça Aranha. No Conjunto Tropical, o preconceito se iniciou desde a chegada dos reassentados e pendura até a atualidade. Nesse conjunto, dos doze entrevistados, todos afirmaram terem sido alvo de preconceito, ou saber algo a respeito do assunto. Enquanto no conjunto Graça Aranha, as pessoas dizem não existir mais preconceito, inclusive dos onze entrevistados apenas um sabia algo a respeito “*Teve, o pessoal daquela rua logo no começo chamava a gente de favelado. Mas agora que eles tão mais conscientes, não têm mais isso não*” (MARTA, 2005, informação verbal)²⁹. Já os demais entrevistados afirmaram não haver nenhum tipo de preconceito.

Acreditamos que isso ocorre no Conjunto Graça Aranha em decorrência da compra de inúmeras casas por pessoas com melhores condições de renda, o que pode ser comprovado pela presença de um estabelecimento de três pavimentos (Figura 23), pela diminuição das disparidades sociais entre os moradores da área, conseqüentemente, melhorando as relações de convivência, o que de fato não ocorreu no Conjunto Tropical.



Figura 23: casa de reassentamento (à esquerda); estabelecimento com três pavimentos no conjunto Graça Aranha (à direita).
Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

²⁸ Entrevista concedida por Rosa, Conjunto Tropical em outubro de 2005.

²⁹ Entrevista concedida por Marta, Conjunto Graça Aranha, em novembro de 2005.

O fato de o conjunto Graça Aranha localizar-se na Avenida Leste Oeste despertou maior interesse dos compradores, principalmente, daqueles que pretendem implantar algum tipo de comércio, sendo beneficiados pela infra-estrutura viária e pela acessibilidade.

Quanto à infra-estrutura dos Conjuntos Tropical e Graça Aranha, estes dispõem de água encanada, energia elétrica, e coleta de lixo regular (três vezes na semana). Entretanto, no Conjunto Tropical, os reassentados reclamam do calçamento mal feito, da falta de segurança, da precária iluminação pública e da falta de cabines telefônicas, pois o conjunto todo só dispõe de um telefone público.

Além desses aspectos, destacamos as reclamações registradas quando do estudo realizado pela comunidade Nossa Senhora de Fátima, em cuja oportunidade os reassentados do Conjunto Tropical reclamaram da falta de creche e de área de lazer; porque, segundo eles, a praça existente no Conjunto Hermes Pereira não é utilizada pelos reassentados devido o preconceito. Havendo ainda a falta do Código de Endereçamento Postal (CEP) nas ruas do conjunto, ficando difícil para os reassentados a realização de compras parceladas em lojas, tendo em vista que os lojistas não aceitam o endereço incompleto; e ainda quando os moradores conseguem efetuar a compra ocorrem problemas no ato da entrega, ocasionando inúmeros transtornos.

Quanto a esta problemática, uma líder comunitária do Conjunto Tropical declarou para o estudo realizado pela comunidade Nossa Senhora de Fátima, que já havia tentado solucionar o problema, mas os órgãos responsáveis pelo CEP haviam lhe informado que o Conjunto Tropical ainda não havia sido dado como concluído e por isso não fora cadastrado.

Já no conjunto Graça Aranha, a senhora Clarice reclama do barulho da fábrica, localizada vizinha ao conjunto (Figura 24): *“Essa fábrica incomoda todo mundo, tem gente que fica surdo e tem gente que dar coceira na pele. Tem dia que meus ouvidos fica piando, parece que tem dois apitos dentro, por causa do barulho dessa fábrica”* (CLARICE, 2005, informação verbal³⁰), e a senhora Lúcia, do descaso das autoridades para com o terreno existente no conjunto, que vem sendo utilizado como lixão, além de outros usos salientados pela reassentada, a seguir:

Eu queria que ajeitasse isso daí [o terreno], por que é só para os malandros ficarem aí fumando maconha. Uns dizem que vai ser uma creche, outros dizem uma praça, mas não fizeram nada. Esqueceram da gente. Lá no Grande Curtume [Conjunto Tomaz Gonzaga,

³⁰ Entrevista concedida por Clarice, Conjunto Graça Aranha, em novembro de 2005.

informação nossa] fizeram uma creche e uma praça, ta tão bonito e aqui esqueceram da gente (LÚCIA, 2005, informação verbal)³¹.

Entendemos que as reclamações das interlocutoras devem ser atendidas, pois tratam-se de problemas de saúde pública e de segurança, inclusive, das crianças que moram nos conjuntos e não devem presenciar atitudes que possam influenciá-las a tornarem-se futuros consumidores de drogas.



Figura 24: **Terreno e Fábrica vizinho ao conjunto Graça Aranha.**
Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Apesar dos problemas apresentados, alguns reassentados sentem-se beneficiados com a política de remoção, referindo-se à aquisição da casa como algo positivo, segundo o que nos foi relatado: “*Eu estou achando muito bom aqui, por que estamos morando em uma casa; e lá, na rua seis companheiros, era num barraco*” (JOANA, 2005, informação verbal)³².

Salientamos que os conjuntos de reassentamento vêm consolidar o processo desterritorializador e reterritorializador; os quais concentram em seu âmbito a proposta de um novo espaço de moradia para os reassentados.

Nesse contexto, a habitação e os serviços próximos ao conjunto são os principais elementos de satisfação e melhoria na qualidade de vida apontados pelos reassentados, conforme demonstra a declaração da Célia.

³¹ Entrevista concedida por Lúcia, Conjunto Graça Aranha, em novembro de 2005.

³² Entrevista concedida por Joana, Conjunto Graça Aranha, em novembro de 2005.

Melhorou, por que lá o acesso era muito difícil. Eu sempre trabalhei como vendedora e tinha que vir lá da beira da praia para cá, até aqui na Avenida Leste Oeste para pegar ônibus. E aqui tá bem pertinho. Posso dizer que aqui é cem por cento melhor, tem farmácia, tem colégio, tem tudo perto. Melhorou em termo de segurança, por que lá era mais perigoso, aqui a gente liga, vem a polícia mais rápido, questão de ambulância, tudo vem mais rápido, e lá não, era mais dificultoso para isso (CÉLIA, 2005, informação verbal).³³

A dificuldade no atendimento de ambulâncias e viaturas policiais, no Grande Pirambu, ressaltadas pela interlocutora, está relacionada à dificuldade de acesso a algumas áreas do bairro, pois atualmente só existem quatro ruas de acesso à praia, além da presença de becos, ruas sem saídas, o que deverá ser alterado após a conclusão da Avenida Costa Oeste e a abertura das dezoito ruas transversais de acesso à mesma.

Quanto à sustentabilidade econômica dessas famílias, considerando a questão do trabalho – entendido como essência do homem como ser social – consiste em elemento de conquista para alguns reassentados; enquanto para outros; provoca entraves e desafios.

Com elementos que expressam essa realidade, a reassentada salienta os benefícios propiciados pelo processo de reterritorialização, representando uma melhoria econômica muito significativa para a mesma.

Para mim houve uma melhoria muito grande, porque lá eu trabalhava na fábrica, mas também tinha as minhas máquinas em casa, e nunca descia uma pessoa para lá, para me costurar, porque elas tinham medo, e eu não costurava para o pessoal de lá, porque eles não tinham condições de pagar. Aqui é diferente, eu tenho minhas clientes, já deixei até de trabalhar fora, estou costurando só em casa mesmo (REGINA, 2002, informação verbal)³⁴.

Entretanto, o mesmo não ocorreu para outros reassentados (eletricistas, lavadeiras de roupas e faxineiras) os quais declararam por meio do estudo realizado pela comunidade Nossa Senhora de Fátima, que onde moravam anteriormente eles já tinham a clientela deles, todos já conheciam e confiavam nos serviços deles; e agora não, as pessoas da vizinhança não aceitam o serviço prestado por eles, tornando-se difícil a sustentabilidade econômica de suas famílias.

Analisando o processo de reassentamento através das entrevistas concedidas, podemos destacar que embora os conjuntos de reassentamento apresentem problemas e

³³ Entrevista concedida por Célia, Conjunto Graça Aranha, em novembro de 2005.

³⁴ Entrevista concedida por Regina, Conjunto Tropical, em março de 2002.

limitações no que se refere à plena satisfação dos seus moradores, estes conseguiram atingir a finalidade do programa, que era garantir moradia para as pessoas transferidas da área de intervenção da Avenida Costa Oeste.

No que diz respeito às indenizações, estas incidirão sobre as habitações e as barracas existentes no Pólo de Lazer da Barra do Ceará, área do referido projeto, somente sobre os benefícios realizados no terreno, haja vista se encontrarem em terrenos de marinha. Desse modo, o valor pago pela indenização das casas deverá ser baixo, pois a maioria das casas é desprovida de equipamentos de construção (auto-construção, casas semi-acabadas, casebres e barracos), sendo talvez a melhor alternativa para os moradores atingidos pelo Projeto Costa Oeste aceitar as casas dos conjuntos de reassentamento. Para Marlene, essa realidade não é bem aceita devido ao tamanho das casas:

A minha casa vai sair com a construção da Avenida Costa Oeste, mas a gente só escolheu a indenização, porque as casas de reassentamento não prestam, são muito pequenas e não tem terreno para construir. A nossa casa não é bem confortável, mas os cômodos são grandes. A gente só assinou porque nós vivemos de comércio, e as casas aqui estão se acabando, não tem mais ninguém para comprar e está muito perigoso. A gente assinou e agora tem que esperar até o vir o aviso para a gente receber o dinheiro e sair (MARLENE, 2002, informação verbal)³⁵.

Entretanto, a então Assistente Social da SCLR, não concorda com as críticas em relação às casas, e ressalta:

A casa é pequena? Mas elas têm 37,20 m². É uma casa com uma entrada, uma sala, um quarto, banheiro, cozinha e uma pequena área de serviço, com pequeno terreno para ampliar. Quero lembrar que em alguns projetos da política habitacional que já passaram ao longo desses anos e que foram falidos, existia a casa chamada embrião, que, a meu ver, e assumo o que estou dizendo, era indecente, por que era uma sala, uma cozinha e um banheiro, somente. Esse sim era um projeto de um pé, mas com essa casa, já avançamos muito, por que, quando começamos esse programa, a casa tinha apenas 24 m², e hoje trabalhamos com 13m a mais (ATA da Audiência Pública, 2002)³⁶.

Embora concordemos com a Assistente Social, ressaltamos que a maioria dessas famílias é composta por muitas pessoas (filhos, avôs e outros parentes), o que ocasiona dificuldades nos termos de acomodação das famílias.

³⁵ Entrevista concedida por Marlene, Barra do Ceará, em julho de 2002.

³⁶ Audiência Pública no Planalto das Goiabeiras, em junho de 2002.

Ainda relacionada à escolha da indenização, ao invés da casa de reassentamento, a preocupação é quanto ao valor pago, pois este, certamente, será insuficiente para a aquisição de uma nova casa, podendo surgir novas aglomerações faveladas. A fala da entrevistada a seguir traduz essa preocupação:

Nós vamos receber R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais).[...] O pior é que esse dinheiro não dar para comprar outra casa igual a nossa, pois o dinheiro é muito pouco, só vai dar para comprar uma casa em outra favela, e talvez pior do que essa (SANDRA, 2002, informação verbal).

Embora simplificando o processo de desterritorialização das pessoas indenizadas ao simples fato de perderem o espaço de moradia, a declaração acima demonstra bem o dilema da “moderna desterritorialização” (HAESBAERT, 2002), a qual só apresenta como opção voltar para o mesmo bairro ou migrar para outras áreas da cidade, com iguais ou piores condições de infra-estrutura básica, não beneficiando em nada a vida dessas pessoas.

A compra de barracos ou casas inacabadas no Grande Pirambu por pessoas indenizadas pelo Projeto Costa Oeste é uma realidade, conforme destaca Francisca: “*Eu recebi R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e comprei essa aqui. Era um barraco, melhorei, mais ainda não terminei*”. (FRANCISCA, 2005, informação verbal).³⁷

Em relação à mudança do local de trabalho, em virtude do processo de desterritorialização ocasionado pelas indenizações do Projeto Costa Oeste, o senhor Roberto (2005, informação verbal)³⁸ disse não haver problemas: “*Acho que não, por que para onde eu for, eu sou pintor*”. Assim como ele, outros entrevistados não apresentaram problemas, em virtude de serem trabalhadores volantes, biscateiros.

No que se refere à opinião dos indenizados acerca do Projeto Costa Oeste, dos quatro indenizados entrevistados três colocaram-se favoráveis, dentre eles, o Marcelo (2005, informação verbal)³⁹: “*Sou a favor. Para mim foi bom e para a população que mora aqui tá todo mundo gostando, por que aqui na frente era favela e não tem mais. Vai ser uma avenida muito boa*”.

Existem ainda os indenizados com problemas nas negociações das casas, como é o caso do senhor Carlos (2005, informação verbal)⁴⁰. É o que está explicitado na sua fala,

³⁷ Entrevista concedida por Francisca, Grande Pirambu, em novembro de 2005.

³⁸ Entrevista concedida por Roberto, Grande Pirambu, em novembro de 2005.

³⁹ Entrevista concedida por Marcelo, Grande Pirambu, em novembro de 2005.

⁴⁰ Entrevista concedida por Carlos, Grande Pirambu, em dezembro de 2005.

quando questionamos sobre como vinham ocorrendo as negociações referentes ao processo de indenização da sua casa:

Eu rejeitei R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) do Governo. E eles colocaram na justiça no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Deram R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) nessa casa da serraria aí [casa vizinha], e lá foi só um pedacinho da Serraria e nisso daqui tudo [casa dele] só R\$ 8.000,00 (oito mil reais) não pode. Hoje o Governo vem fazer uma outra proposta, vamos ver. Eu quero é sair daqui logo, por que ficou só eu (CARLOS, 2005, informação verbal).



Figura 25: Casa do Senhor Carlos - em fase de negociação pelo Projeto Costa Oeste.
Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Mas não é somente o senhor Carlos que encontra dificuldades em negociar a indenização de sua casa com a SDLR. A senhora Maria Íris do Nascimento, 56 anos, participante ativa das associações do bairro, não concorda com o Projeto Costa Oeste, e vem ocasionando particulares prejuízos para a referida obra, tendo em vista que a sua casa encontra-se no trajeto da via, tendo interrompido a obra por diversas vezes (Figura 26).



Figura 26: Casa no meio do percurso da Avenida Costa Oeste – parte de trás (à esquerda); e parte frontal da casa (à direita).

Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Pelo fato de representar até agora a maior resistência frente ao Projeto Costa Oeste, inclusive, tendo saído em destaque em reportagens jornalísticas, a respeito dos impasses do Projeto Costa Oeste, gostaríamos de evidenciar suas declarações na íntegra, a fim de tentarmos compreender os reais motivos dessa resistência.

No que diz respeito à escolha do bairro e o sentimento relacionado ao mesmo, a entrevistada declara:

Vim para cá por que a gente não tinha condições de morar em outro bairro. Na época eu vim aqui para estudar, fiquei na casa de parentes, aí depois nós viemos para cá. Eu gosto, por que foi a primeira casa própria que eu tive né. Quando a gente consegue uma coisa com muito sacrifício, pedra por pedra, a gente dá valor. Eu gosto muito de morar perto da praia. E tem toda aquela conquista, quando a gente chegou aqui não tinha nada, a gente se reunia, os moradores na calçada, e a gente dizia, como nós vamos fazer? Não tinha água, nem luz, não tinha nada. Aí a gente foi aos poucos com as conquistas, os moradores se reunia, tirava a liderança de cada quadra para lutar por aqueles problemas, aí a gente conseguiu água, luz, escola, creche e segurança. Aí a gente se apega aqui, a gente gosta daqui. (NASCIMENTO, 2005, informação verbal)⁴¹.

De acordo com a declaração acima, evidencia-se a vitória pela conquista da casa própria e uma forte identidade para com o lugar, devido às lutas comunitárias travadas pela entrevistada em busca de benefícios para o bairro, caracterizando um sentimento de pertença ao lugar em que vive.

No que diz respeito à sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste, a interlocutora é incisiva em colocar-se contrária ao projeto:

⁴¹ Entrevista concedida por Maria Íris do Nascimento, Grande Pirambu, em dezembro de 2005.

Eu desde o início, que eu sou contra esse projeto. Primeiro porque na época que nós chegamos aqui, nós moradores das Goiabeiras, a gente lutava por uma urbanização de praia, uma praia urbanizada com barracas, seu lazer, com espaço, mas que a natureza corresse livremente,. A gente pobre sempre pensou nessa urbanização, por que nós pobres, a gente não tinha condições de ir para a praia do Futuro, de ir para a beira mar, por que a gente de determinados cantos chega na beira mar e fica até inibido né, por que lá tudo é caro né, até um picolé que você queira. Então na época a gente lutava pela urbanização, aí na época veio o Marrocos Aragão e fez um projeto com todas as lideranças do bairro e todos os moradores. E esse projeto não ia bulir com nós moradores, porque nós estaríamos dentro de um padrão com toda a infra-estrutura né. Ta certo que aqui existia uma favela muito grande aqui. Agora para o Governo do Estado dá uma moradia digna para esses moradores precisava tirar daqui? Inventar esse Projeto Costa Oeste? Então foi o tempo em que eles inventaram essa Avenida Costa Oeste, e a gente ta vendo aí o desmonte da Barra do Ceará. Por que o Governo, não fez o projeto inicial? Não aceitaram o Projeto do Marrocos Aragão, não sei por que, certamente por que não iria bulir tanto com os pobres, e não ia dar muita infra-estrutura para os turistas né. Eu não sou contra os turistas, nem sou contra o progresso, agora desde que quando venha o progresso, não venha o progresso selvagem, por que para mim é o progresso selvagem por que não vai sair só nós que estamos na área, mas todo esse pessoal também, A gente sabe que a terra é da União, e por que a União não toma as providências? A gente já mostrou por A mais B que isso daqui ta errado, isso aqui é uma agressão a natureza, veio professor da UFC [Universidade Federal do Ceará], o Prof. Jeová para falar do assunto, ele veio falou, fizeram debates, o Dr. Alessandro [Dr. Alessandro Wilckson Sales, Procurador da República Federal] fez todo o processo de embargar e as autoridades até agora não toma providência. A gente ta tentando uma audiência com a Prefeita, a gente quer uma audiência com ela, para ver a posição dela, por que é obrigação dela, por que amanhã ou depois aqui vai ser o maior desastre, eu estou só esperando as chuvas, por que o serviço é mal feito. Eu me incomodo por que eu vou sair da minha moradia, não sei se ainda vou sair né. Deus é quem sabe (NASCIMENTO, 2005, informação verbal).

A fala da senhora Íris deve ser entendida como um desabafo contra as desigualdades sociais, a inexistência de infra-estrutura e áreas de lazer no bairro em que reside, e um sentimento de frustração ou revolta, pelo fato do projeto do Arquiteto Marrocos Aragão, explicitado no capítulo 1, a qual a entrevistada participou ativamente não ter sido implementado na área.

Desse modo, a entrevistada continua a insistir na sua posição contrária ao Projeto Costa Oeste, agora por meio de audiências públicas com a Prefeitura de Fortaleza a qual culminou em mais uma paralisação da obra decretada em dezembro de 2005, em cuja oportunidade o chefe da fiscalização da SER I, Assis Macêdo, interditou a obra, alegando irregularidades na documentação exigida e pendências nas indenizações aos moradores.

No que diz respeito à documentação necessária, o Técnico da SER I, Kennedy Almeida afirmou: “Eles não apresentaram, até agora, o alvará da construção, nem a licença ambiental. Deveriam estar com as obras paralisadas até segunda ordem, mas não foi isso que encontramos” (PREFEITURA,... 2005). Em resposta a esta questão, o engenheiro da Construtora Engexata, responsável pela obra, declarou que já havia enviado toda a documentação necessária para a Prefeitura, mas que não tinha obtido nenhuma resposta, e acrescentou: “Por isso nós já estávamos funcionando novamente” (PREFEITURA,... 2005).

Ainda, relacionada à documentação exigida pela Prefeitura, o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR, declarou que,

A Prefeitura havia visitado a área no mês passado e feito um auto de constatação exigindo alguns documentos: o licenciamento do IBAMA; o projeto de desvio de tráfego; o alvará da Prefeitura e o plano de gerenciamento que na época de licitação do projeto ainda não existia. Então a construtora entregou os documentos solicitados, menos o licenciamento do IBAMA, por que esta questão de qual órgão é o responsável encontra-se em juízo e nós estamos aguardando a resposta e o plano de gerenciamento que como já falei na época ainda não existia, e que só agora esta sendo realizado (SILVA, 2005, informação verbal).

Desde o último embargo, em dezembro de 2005, observamos sucessivas reportagens jornalísticas e/ou televisivas a respeito do assunto, na qual a população atingida mostra-se indignada com a situação, fazendo apelos aos órgãos competentes que reiniciem a construção da Avenida Costa Oeste o quanto antes, devido principalmente à proximidade do período de maré alta, em que a população mais sofre com os desabamentos e enchentes de suas casas à beira-mar.

Quanto às pendências nas indenizações dos moradores, o caso da senhora Íris do Nascimento veio à tona, tendo a mesma declarado: “O valor que estão oferecendo como indenização para meu imóvel (R\$ 29 mil) é bem inferior ao preço em que a propriedade está avaliada, cerca de R\$ 44 mil” (FAMILIAS,... 2005). Entretanto, não sabemos ao certo quem realizou a avaliação da casa da senhora Íris, pois conforme o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR, senhor José Diógenes, “A moradora não havia permitido que os técnicos da SDLR entrassem em sua casa para realizar uma avaliação mais detalhada do seu imóvel” (SILVA, 2005, informação verbal).

Ressaltando sobre a avaliação de sua casa, a entrevistada acrescenta:

Eles vieram me chamaram a primeira vez, a época o valor da minha casa era R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) claro que eu não ia dar né. Eu tentei explicar para as pessoas do Governo que eu não tava em terreno invadido, elas disseram que eu era posseira, isso eu não sou, por que a casa quem invadiu foi o Governo do Estado e me vendeu porque essa casa daqui é do conjunto construído pelo PROAFA, eu comprei, a casa lá é minha, eu tenho o documento, eu tenho o contrato do cartório. Aí eu não aceitei o valor. Depois eles vieram e botaram R\$ 21.000,00 (vinte um mil) pela benfeitoria, e eu disse para eles que eu não tinha plano de sair né, e eu fui não aceitei. Depois eles reconheceram que o terreno é meu né, por que existe um termo de comodação lá na COHAB, lá na época que eu assinei o contrato. Aí eles reconheceram que o terreno é meu, e eles tão pagando R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), eu acho pouquíssimo por um terreno grande desse né. Então o valor da minha casa ficou em R\$ 29.600,00 (vinte nove mil e seiscentos reais). Mas para mim não interessa o valor não. Eu tenho que ficar aqui nessa região, por que é aqui que eu gosto, é aqui que eu mim sinto bem, é aqui que eu sou feliz né. E eu não encontro uma casa nesse preço onde eu quero, por que se eu for comprar uma casinha, é preciso eu fazer toda uma reforma, por que eu tenho uma pessoa deficiente em cima de uma cama [o irmão da entrevistada], que precisa ficar num lugar ventilado, por que eu não tenho condições financeiras boas para comprar remédio e nem de ter um ventilador em cima dele direto. Aí eles disseram que ia colocar na justiça, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte um mil). Não ofereceram casa de reassentamento não, e nem eu queria (NASCIMENTO, 2005, informação verbal).

A declaração da senhora Íris, acima, mostra claramente que a mesma não tem nenhuma pretensão de deixar a casa onde mora, embora isso talvez não seja mais possível, pois no estágio em que se encontra a construção da Avenida Costa Oeste, certamente, a casa da entrevistada sairá, pois esta já é vista por alguns moradores da área como um empecilho para o progresso do bairro.

Em março de 2006, uma ação do Governo do Estado resultou na retirada das quatro famílias que ainda residia no trecho paralisado da obra, ficando apenas a casa da senhora Íris obstruindo a construção da via. Este fato vem ocasionando angústia nos moradores, que aguardam ansiosos a conclusão da obra, e acirrando as críticas das pessoas do bairro em relação à Íris.

Pois, a realidade vivida por algumas pessoas que residiam antes no trecho já construído da Avenida Costa Oeste, era de convivência com ratos e bichos de pé, vivendo em barracos improvisados com lonas, papelão, submetidos a epidemias de dengues. Desse modo, o impacto social que a Avenida Costa Oeste proporcionou a estas pessoas em termos de moradia e saúde (reassentamento ou indenização) já é válido para concordarmos com a conclusão da obra.

Quanto aos barraqueiros da Barra do Ceará, estes fazem o atendimento diário dos freqüentadores desta praia, sendo a maioria dos bairros mais próximos, embora venha em menor quantidade pessoas de todos os bairros da cidade, inclusive estrangeiros:

A maioria é dos bairros mais próximos (Goiabeiras, Quintino Cunha, Colônia, Nova Assunção, Jardim Iracema, Pirambu, Vila Velha, Antonio Bezerra e Carlito Pamplona), agora tá melhorando, tá vindo gringo, que antes não vinha, tão vindo só para conhecer mesmo, é que eles querem conhecer praia nova, só para isso (LEANDRO, 2005, informação verbal)⁴².

Os dias de maior movimento de pessoas nas barracas de praia são durante os finais de semana e feriados; pois na semana, os freqüentadores são, “*Só o pessoal que tá aí parado [desempregado], sem fazer nada, só para passar o tempo mesmo*” (LEANDRO, 2005, informação verbal). No que diz respeito aos barraqueiros que residem no local de trabalho, estes terão direito à indenização e à entrega de uma casa de reassentamento, de acordo com o que vem sendo realizado: “*Eu sou uma das barraqueiras que fui indenizada e estou muito satisfeita. A minha barraca foi indenizada em R\$ 8.901,46 (oito mil, novecentos e um reais e quarenta e seis centavos) e recebi uma casa no Conjunto Tropical*” (SILVIA, 2002, informação verbal)⁴³.

Entretanto, o mesmo não ocorre com a barraqueira indenizada, que se destaca na fala, a seguir:

Lá eu tinha uma barraca, mas vim para cá e saí prejudicada, por que lá eu já tinha minha clientela habituada naquele lugar, e lá eu tinha um ramo totalmente diferente do que eu tenho aqui, lá era bebida, tira gosto, almoço. Aqui é diferente [pequeno comércio, informação nossa], é muita responsabilidade e tanto faz vender ou não mais barato, não tem cliente certo, tem muito comércio aqui, não dar lucro (ROSA, 2005, informação verbal).

A insatisfação da indenizada Rosa consiste na mudança de negócio, o qual não vem atendendo as suas expectativas financeiras, ocasionando um sentimento de frustração.

Outro aspecto bastante evidenciado na visita empírica foi a prática dos barraqueiros de morar nas barracas. E na oportunidade da nossa visita, dos quinze barraqueiros entrevistados cinco admitiram morar nas barracas, e alguns que se mostraram constrangidos, mesmo assim confirmaram com a seguinte declaração:

⁴² Entrevista concedida por Leandro, garçom do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

⁴³ Entrevista concedida por Silvia, barraqueira indenizada do Grande Pirambu, em março de 2002.

A maioria que trabalha aqui mora nas barracas. É pai de família. Por exemplo o dono daqui mora na barraca, a maioria mora na barraca, a mulher ali mora na barraca, não tem casa nem nada, se derrubarem a barraca dela, ela vai para onde (LEANDRO, 2005, informação verbal).

Embora exista algum barraqueiro que desejam sair da barra do Ceará, este número é muito pequeno, segundo as entrevistas: pois, das quinze pessoas entrevistada no local, apenas uma manifestou essa pretensão: “*O que eu mais quero mesmo é sair daqui, aqui não dá certo para criar meus filhos na beira da praia. A gente quer muito melhorar de vida né*” (RAFAELA, 2005, informação verbal)⁴⁴. Enquanto os demais manifestaram o desejo de retornar para o Grande Pirambu, com intuito de exercer sua profissão após a construção das novas barracas, “*A gente vai lutar pelos nossos direitos, por que quem é barraqueiro vai querer continuar sendo barraqueiro, né*” (ELAINE, 2005, informação verbal).

De acordo com o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR, serão construídas 57 barracas ao longo da Avenida Costa Oeste e os critérios para a distribuição das citadas barracas serão determinados pelos próprios barraqueiros e pela Associação deles. Pois isso, já foi determinado em uma reunião com eles,

No caso da aquisição das barracas, será feita uma compensação da União, o Estado faz as barracas e os barraqueiros fazem o pagamento da taxa para a União, e os que não quiser receber a barraca serão indenizados. A licitação já esta pronta, estamos só esperando a compensação da União, sim que a União determinar iniciaremos a obra (SILVA, 2005, informação verbal).

Entretanto, todos os barraqueiros entrevistados afirmaram que foram informados apenas que estes critérios irão existir, mas ainda não sabem quais serão os critérios: “*Não sei. Critérios a gente sabe que vai ter, sempre nas reuniões eles dizem que vai ter critérios, mas sobre quais, isso as informações ainda não foram repassadas*” (ANTONIO, 2005, informação verbal)⁴⁵. Já uma barraqueira indenizada, apresentou os seguintes critérios:

Sobre as barracas padronizadas serem da gente, houve uma reunião lá na SEINFRA e eles prometeram que depois de construídas as barracas, elas iam ficar com os barraqueiros antigos, mas para isso nós tinha que preencher critérios; por exemplo, tem que estar com a contribuição dada para a associação dos barraqueiros em dia, com a água e a luz em dia, tem que ter telefone e cartão de crédito. Quem ficou responsável por isso

⁴⁴ Entrevista concedida por Rafaela, barraqueira do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

⁴⁵ Entrevista concedida por Antônio, barraqueiro do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

foi o presidente da Associação dos Barraqueiros, o Fernando (SILVIA, 2002, informação verbal).

Mas, segundo o Presidente da Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará, os critérios ainda não foram totalmente definidos:

Os critérios ainda estão em elaboração. A Associação está acompanhando em parceria com o Setor Social do Estado e o Setor Social da Prefeitura, após esses critérios estarem prontos, eles serão expostos numa assembléia geral para os barraqueiros aprovar, após a aprovação dos critérios, aí nós iremos divulgar para a imprensa e divulgar para a comunidade, para que fique uma coisa bem aberta, bem limpa, bem transparente, para evitar dizerem que alguém foi beneficiado em detrimentos de outras pessoas (LIMA, 2005, informação verbal).⁴⁶

A expectativa da permanência dos antigos barraqueiros no Grande Pirambu, após a conclusão do projeto de urbanização das barracas, foi uma questão preocupante do nosso trabalho. Desse modo, questionamos sobre a possibilidade de permanência desses barraqueiros, ao Presidente da Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará, que assim nos respondeu:

Hoje após o início do Projeto Costa Oeste nós temos aqui na nossa área 97 barraqueiros e cadastrados perante a associação nós temos 146 barraqueiros, contemplando os que já saíram do local que receberam as indenizações ou as casas, mas continuam inscritos na Associação, até mesmo por que nenhum deles foram excluídos desse projeto de urbanização e nenhum deles estão excluídos, caso possa vir receber uma barraca. Até por que essas barracas vão ser entregue a Associação e ela em conjunto com o Estado e a Prefeitura e os próprios barraqueiros, é que vamos adotar critérios para ser distribuídas essas barracas. Esses critérios serão criados para evitar que venham lá de fora pessoas que não tiveram contato com a nossa área, que não seja moradores e barraqueiros locais. As novas barracas serão para os barraqueiros locais e se sobrar alguma a gente abre para a comunidade daqui (LIMA, 2005, informação verbal).

Ao entrevistar o Presidente da Associação dos barraqueiros da Barra do Ceará, pudemos perceber que esta se trata de uma organização forte e de ação solidária entre eles. Algo comprovado nas palavras da barraqueira quando questionada sobre a participação ou não da referida associação, diz: *“Participo. Por que a gente tem que ter alguém para falar pela a gente né. Por que se a gente não tiver a associação como é que a gente vai chegar até lá, até as autoridades, aí não pode né, nós temos que ter uma associação para dar força,*

⁴⁶ Jose Fernando Pereira Lima é Presidente da Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará e morador do Grande Pirambu.

para ajudar”, (Maria, 2005, informação verbal)⁴⁷, demonstrando que, caso não sejam atendidas as necessidades dos barraqueiros, poderá haver forte resistência e pressão por parte dos mesmos.

No que diz respeito ao número de barraqueiros já indenizados pelo Projeto Costa Oeste, o Presidente da Associação dos Barraqueiros, José Fernando Ferreira de Lima, afirma: *“Já foram indenizados mais de 50 barraqueiros na área. Destas, 25 barracas foram indenizadas pela Prefeitura e os demais pelo Estado. Pois aqui são dois projetos”* (2005, informação verbal). Mostrando que as fases de negociação com os barraqueiros ainda se encontram no início.

Em relação à sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste, o referido presidente expõe:

Eu não sou contra o Projeto Costa Oeste, é o contrário eu sou totalmente a favor do Projeto Costa Oeste, desde que não venha prejudicar ninguém. Esse projeto vai trazer desenvolvimento, vai trazer crescimento para a nossa área, vai trazer renda e emprego. Nesse local daqui da frente, ali tinha 58 famílias morando numa situação horrível, no inverno era ruim e no verão era pior. No inverno tinha as coceiras e as outras doenças e no verão tinha o bicho de pé, as barracas que tinha aí, era só umas lonas de plásticos e eu acompanhei o remanejamento dessas famílias para os conjuntos de reassentamento. Os conjuntos que foram feitos pelo Governo do Estado, a escolha dos terrenos foi feito por nós, lideranças da área que fomos até o local, visitamos esses terrenos, assinamos os documentos aprovando a compra desses terrenos para serem construídos os conjuntos. Então quem morava na beira da praia com a maré jogando água dentro da sua casa, hoje ta morando no conjunto Tropical, na Graça Aranha e em outros conjuntos, ninguém ta morando distante. Existem ajustes no Projeto Costa Oeste, que é o caso dos equipamentos que esta no projeto, que nós estamos cobrando, porque tem que ter esses equipamentos e nós estamos sendo atendidos. Agora ir contra o projeto é demagogia demais (LIMA, 2005, informação verbal).

A opinião do senhor Jose Fernando Ferreira da Lima, demonstra confiança e expectativa de melhoria para a área por meio do Projeto Costa Oeste; o que, para ele, já vem ocorrendo depois do início da construção do primeiro trecho: *“Melhorou um pouco, até mesmo na parte de segurança, por que antes aqui tinha local que não dava para passar nem um policial a pé, hoje já passa motos e viaturas. Antes aqui não tinha nenhum transporte, agora já tem as topic”* (LIMA, 2005, informação verbal).

Enquanto isso, o coordenador de Habitação da SDLR, Mota Cambraia, mostrou com orgulho o projeto das barracas: *“Aqui é o projeto das barracas, este é o Pólo de Lazer da*

⁴⁷ Entrevista concedida por Maria, barraqueiro do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

Prefeitura e aqui são as barracas, 19 módulos, cada módulo desse tem três barracas, que dá um total de 57 barracas” (CAMBRAIA, 2004, informação verbal)⁴⁸.

Mas, sobre a construção efetiva destas barracas, a senhora Elaine, barraqueira e secretária da Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará, diz: “*A princípio, estamos aguardando para o próximo ano, por que esse ano agora já foi descartado. Mas, para o próximo ano, nós já sabemos que tem verba para tirar essas barracas e serem construídas as novas. A gente espera que seja rápido*” (ELAINE, 2005, informação verbal).

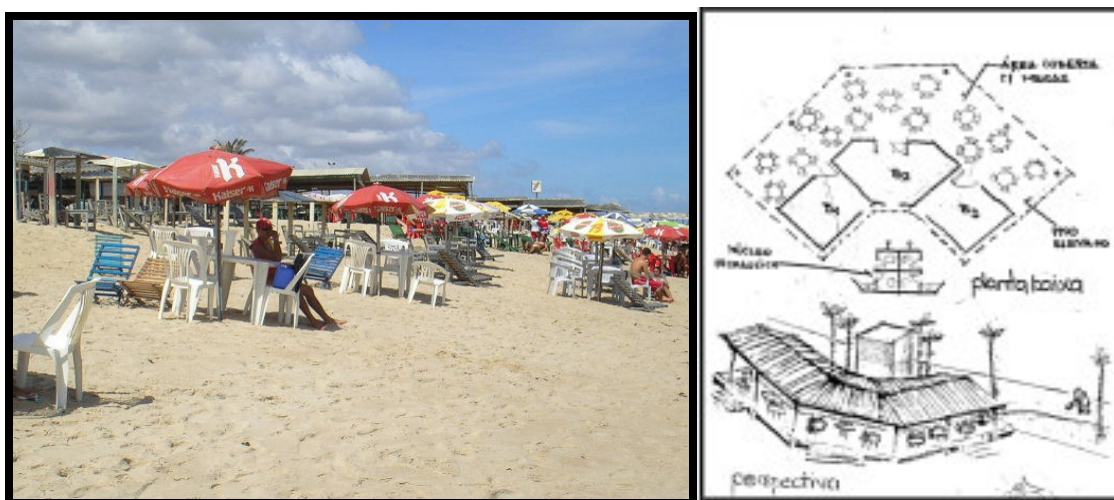


Figura 27: As barracas atuais do Pólo de Lazer da Barra do Ceará (à esquerda); O esboço cartográfico das futuras barracas (à direita).

Foto: SANTOS, novembro de 2005; Seinfra, 2002.

Quando o assunto é a opinião dos barraqueiros sobre o Projeto Costa Oeste, todos demonstraram-se favoráveis, principalmente quando associam o referido projeto à atividade turística: “*Sou a favor. Quero que termine o quanto antes, pois vai ser muito bom. Com as barracas novas, vai vir até turista. E vai ter mais segurança*” (CÉSAR, 2005, informação verbal)⁴⁹.

O anseio por mais segurança, destacado pelo barraqueiro César, consiste no elevado número de furtos e assaltos ocorridos no final de semana e feriados, afastando os frequentadores da praia. Diante disso, o mesmo declara: “*Aqui necessita de polícia, a segurança é zero. A negrada quebra tudo*” (CESAR, 2005, informação verbal).

Uma barraqueira indenizada também faz declarações a respeito da insegurança: “*Aqui tem muita marginalidade, prostituição, e eu acho que com a nova avenida vai ter*

⁴⁸ Mota Cambraia, Audiência Pública na SDLR, em maio de 2004.

⁴⁹ Entrevista concedida por César, barraqueiro do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

policimento, vai vim gente de fora, aí eles vão ter mais cuidado, vai ter mais polícia, que aqui não tem” (SILVIA, 2002, informação verbal).

O processo de desterritorialização desencadeado no Grande Pirambu, por meio das indenizações, é vista também, como uma tentativa de reordenamento territorial desse espaço litorâneo.

Assim, o poder público capacita as zonas de praia do Grande Pirambu com instrumentos (avenida, coleta de lixo, segurança e barracas novas) capazes de inseri-lo entre os espaços litorâneos valorizados da cidade turística, impondo a complexidade da transformação do seu território, através dos processos de desterritorialização e reterritorialização, os quais são dinamizados através da atuação do Estado enquanto gestor do território.

O que ora expusemos é um pouco do que o programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste vem descortinando no Grande Pirambu, no qual as pessoas, por meio de seus diálogos, notadamente, os reassentados, indenizados e barraqueiros expressaram o que pensam e esperam deste projeto que de uma forma ou de outra irá mudar suas vidas.

3.2 Projeto Costa Oeste: conquistas ou desafios?

Os “ventos que sopram” as políticas públicas para a zona oeste de Fortaleza são os mesmos que trazem para a população do Grande Pirambu conquistas e/ou desafios no âmbito da sustentabilidade econômica, possibilitadas pelo Projeto Costa Oeste, os quais serão expressos nos diálogos por nós estabelecidos com os moradores e pescadores.

As declarações dos moradores da faixa de praia do Grande Pirambu contemplados pelo primeiro trecho da Avenida Costa Oeste, mostram-se favoráveis: *“Para mim só trouxe melhoria, antes não tinha caminhão de lixo e transporte, e agora tem. Aqui ficou muito melhor do que antes, por que tinha muita favela e desse lado já não tem mais, e é ventilado”* (ROBERTA, 2005, informação verbal)⁵⁰. As declarações da Roberta mostram um sentimento de satisfação na conquista de infra-estrutura que anteriormente não havia na área, trazendo benefícios para a população em geral.

⁵⁰ Entrevista concedida por Roberta, moradora do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

Entretanto, para a senhora Marília, a implantação da infra-estrutura viária significou problemas e insatisfação: *“Mudou para pior, por que eu não gosto de muita zuada não. Antes era muito calmo, sossegado. Agora é carro para lá e para cá, os meninos não podem nem brincar aqui fora. A gente tem medo dos carros pegar eles”* (MARILIA, 2005, informação verbal).⁵¹

As dificuldades destacadas por Marília podem estar relacionados alguns aspectos da implantação de infra-estrutura viária, a qual, ao mesmo tempo em que possibilita maior acessibilidade e comodidade, provoca problemas relacionados ao tráfego de veículos e pedestres.

Mas, quando o assunto são as expectativas relacionadas ao Projeto Costa Oeste, as opiniões ficam bastante diversificadas, pois alguns moradores acreditam que o Grande Pirambu será a segunda Beira Mar de Fortaleza, uma comparação feita pelos moradores locais, entre a Avenida Costa Oeste e a Avenida Beira Mar, algo salientado nas propagandas televisivas a respeito do Projeto Costa Oeste: *“Vai ficar bom demais. Segunda beira mar, né”* (PAULO, 2005, informação verbal)⁵². Já para outros, não existe nenhuma chance de ocorrer isso com a área em questão:

Uma coisa eu tenho certeza: igual a beira mar como dizem que vai ficar não fica não. Eu tenho certeza. Por que não fica, não tem condições não. Por causa de prédios e outras coisas. É impossível ficar igual a Avenida Beira Mar e se isso acontecer é coisa para cem anos, nós não vamos ta vivos para ver. Eu não sei explicar o por que não. Mas eu não tenho esperanças disso acontecer não. Com certeza que eu queria. Quem não gostaria de morar na Avenida Beira Mar (MARIANA, 2005, informação verbal).

Embora a entrevistada Mariana não acredite na transformação do Grande Pirambu na segunda beira mar de Fortaleza, as transformações na área do primeiro trecho da Avenida Costa Oeste já se iniciaram por meio do aumento do fluxo de veículos e pessoas, sobretudo, nos finais de semana, como podemos observar na figura 28.

⁵¹ Entrevista concedida por Marília, moradora do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

⁵² Entrevista concedida por Paulo, morador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.



Figura 28: **Fragmentos do primeiro trecho da Avenida Costa Oeste.**

Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Estas alterações no primeiro trecho da Avenida Costa Oeste tem provocado, nos moradores, uma série de debates sobre os possíveis rumos que serão traçados para a área, alguns apostam na requalificação urbana de forma rápida e intensa. É o que podemos perceber nas declarações dos moradores a seguir: *“Vai mudar tudo, vai vir firma comprar aqui para fazer prédio. Vai melhorar a venda, quando aqui tiver cheio de prédio, vai ser outra coisa né”* (PAULO, 2005, informação verbal). Enquanto outros não sabem mais no que acreditar, mostrando-se totalmente confusos em relação futuro do Grande Pirambu: *“Não sei não. O pessoal disse que vai ficar valorizado. Mas eu não tenho a mínima idéia do que irá acontecer”* (ALESSANDRA, 2005, informação verbal)⁵³.

O diálogo entre os moradores do Grande Pirambu, em torno da construção da Avenida Costa Oeste e das conseqüências que está poderá ocasionar, encontra-se presente nas conversas estabelecidas nas calçadas, na praia, na mesa do bar e nas mercearias. É o assunto em pauta do momento, e isto se deve, principalmente, às intensas especulações e notícias que saem freqüentemente nas reportagens jornalísticas, seja sobre a construção do referido projeto, sobre embargos ou ainda a respeito de indenizações.

Toda essa onda de especulações em torno do Projeto Costa Oeste provoca, nos moradores, uma série de expectativas por melhorias associadas ao turismo, ao aumento do fluxo de pessoas e ao comércio local: *“Vai ter turismo, vai ficar um negócio mais*

⁵³ Entrevista concedida por Alessandra, pescador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

movimentado com iluminação pública, uma praia mais limpa, vai melhorar o comércio, vai ficar bom” (RICARDO, 2005, informação verbal)⁵⁴.

Desse modo, o Projeto Costa Oeste, propicia grandes sonhos e esperanças, principalmente, para os que acreditam na geração de emprego e renda associada ao comércio e ao turismo. No entanto, quando as pessoas afirmam essa expectativa, não discutem que tipo de trabalho e de que maneira serão incluídas nessa atividade.

Assim, o turismo enquanto atividade econômica e social moderna, poderá absorver a mão de obra existente no Grande Pirambu. Entretanto, deverá ocorrer uma inclusão marginal, o que, segundo Martins (1997, p. 26), compreende a “Inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais uma inclusão precária e instável”.

Esse processo de inclusão precária e instável da população do Grande Pirambu deverá ocorrer após a conclusão da Avenida Costa Oeste, com a inclusão diferenciada de seus habitantes na prestação de serviços e trabalhos informais, conforme destaca Vitor: *“Para quem tem um pequeno negócio como eu vai melhorar muito e quem não tem, pode vender coco e churrasco na praia, melhorando a renda”* (VITOR, 2005, informação verbal)⁵⁵.

A evocação de um processo de transformação do Grande Pirambu, que se expressa nas mudanças sócio-espaciais, na instalação de infra-estrutura e novos equipamentos e/ou serviços urbanos, poderá propiciar vantagens não somente para a população local, mas também para outros consumidores, propiciando a área para ser oferecida, vendida e consumida pelos amantes da praia, do mar e do belíssimo pôr do sol vislumbrado no local.

Podemos dizer que este processo já se iniciou com a existência de diversas placas de venda na avenida, não somente de casas mais simples, mas também de residências com melhor infra-estrutura e terrenos, o que comprova que estas pessoas estavam apenas aguardando a valorização imobiliária decorrente da construção do primeiro trecho da Avenida Costa Oeste para iniciar a comercialização de suas casas (Figura 29).

⁵⁴ Entrevista concedida por Ricardo, morador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

⁵⁵ Entrevista concedida por Vitor, morador e comerciante do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

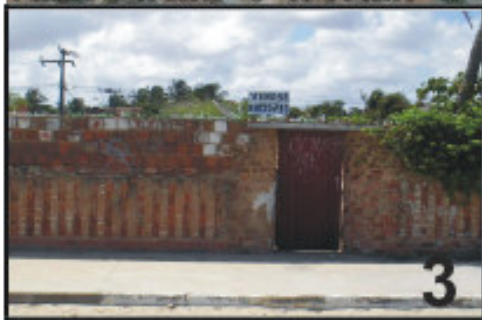
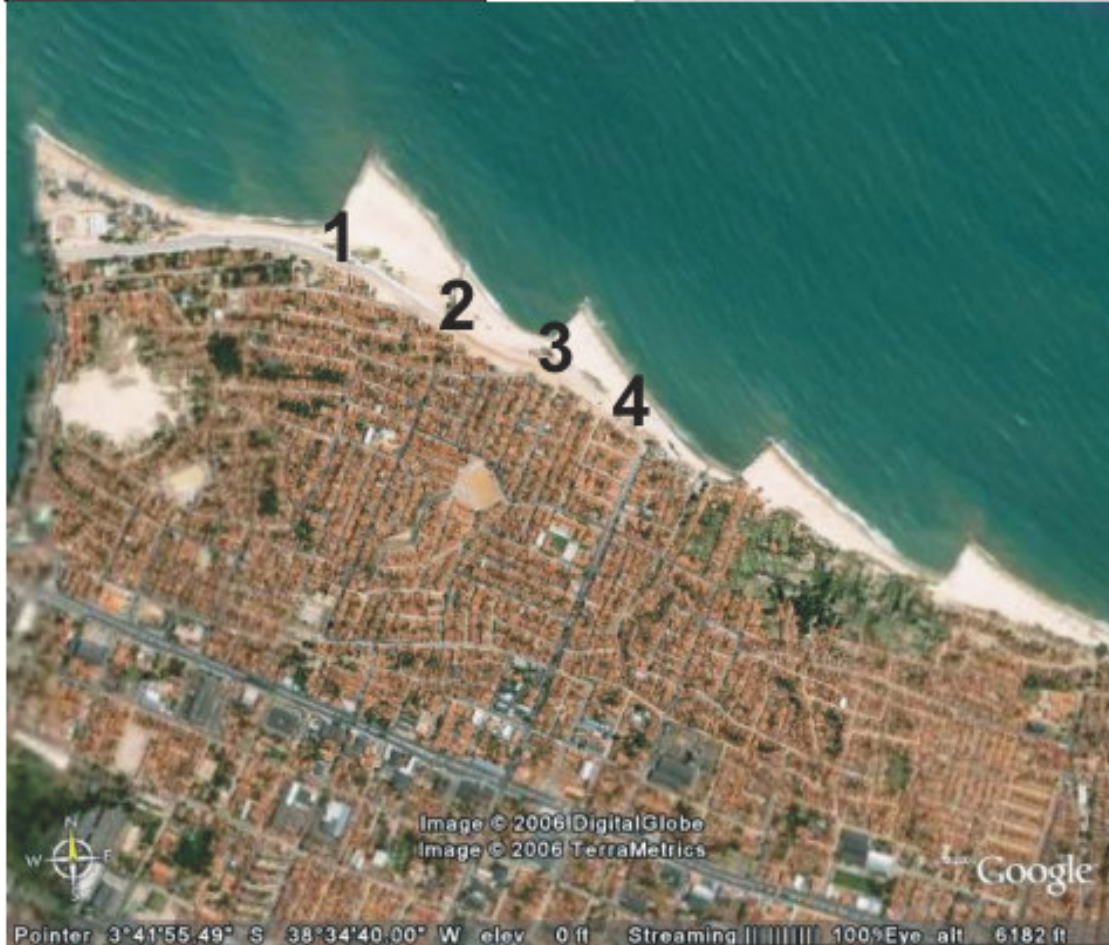


Figura 29: Casas e terrenos com placas de venda ao longo do primeiro trecho da Avenida Costa Oeste - 2006.

Elaboração: Maria Francineila P. dos Santos

Tal realidade ficou perceptível na fala de Marília: “*Estou pedindo R\$ 15.000,00 (quinze mil). Já veio várias pessoas atrás, interessada. As pessoas que vão para a praia passam aqui, olha a casa, mas não compra*” (MARÍLIA, 2005, informação verbal), ao salientar a tentativa de vender sua casa após a construção do primeiro trecho da avenida.

As dificuldades enfrentadas por Marília, para a venda de sua casa estão atreladas, sobretudo, à existência de esgoto na frente a mesma, o qual propicia mau cheiro, desestimulando os prováveis compradores que visitam o imóvel.

Concomitante à tentativa de venda das casas no primeiro trecho da Avenida Costa Oeste por alguns moradores, tem ainda a presença de inúmeras pessoas procurando casas para comprar, conforme salienta a entrevistada Mariana: “*Com certeza. Todo dia passa gente atrás de comprar casa. Encosta aqui, aí pergunta se a gente quer vender, se a gente sabe de alguém que esteja vendendo, assim, procurando mesmo*” (MARIANA, 2005, informação verbal).⁵⁶

O diálogo com os moradores do primeiro trecho da Avenida Costa Oeste demonstraram inúmeras conquistas propiciadas pela referida Avenida, indicando que, após a conclusão do projeto, aquelas pessoas que permanecerem poderão dar um novo impulso nas suas vidas no âmbito econômico (comércio e serviços) e/ou na melhoria da qualidade de vida ao usufruir os benefícios de morar à beira mar.

No que diz respeito aos pescadores do Grande Pirambu, o Projeto Costa Oeste já suscita desafios no âmbito da sustentabilidade econômica. Dos dez pescadores entrevistados, oito disseram sentir-se prejudicados com o trecho construído da Avenida Costa Oeste. Dentre estes oito, destacamos:

Prejudicou muito. Fizeram a Avenida na beira da praia, aí tá a situação que tá, não deixou espaço para botar as embarcações. Essas embarcações antigamente era tudo aqui, agora a gente bota a maior força para colocar aqui em cima, a maior dificuldade. Tá aqui uma [jangada] que ia se acabando semana passada, exatamente por causa disso aqui, por que a gente não pode colocar mais nada aqui (JOSE, 2005, informação verbal)⁵⁷.

Outra dificuldade imposta pelo projeto Costa Oeste, foi o não cumprimento do projeto que visava ao aumento do paredão localizado em frente ao porto das jangadas, segundo o senhor Marcos, “*Prejudicou por que não fizeram como deveria, pois era para*

⁵⁶ Entrevista concedida por Mariana, moradora do Grande Pirambu, em novembro de 2005

⁵⁷ Entrevista concedida por José, pescador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

aumentar o paredão para matar o mar, era para aumentar 100m (cem metros) do paredão, mas não fizeram” (MARCOS, 2005, informação verbal).⁵⁸

A respeito do aumento do quebra-mar em frente ao porto das jangadas (Figura 30), o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR afirma que a recuperação dos dois espigões, um em frente ao porto das jangadas e outro mais a frente, no local do antigo porto, só não foi feita ainda, devido ao Ibama, pois já foi feito três pedidos de licenciamento, em agosto de 2003, agosto de 2004 e agosto de 2005; e ainda estão aguardando resposta, inclusive isso estaria prejudicando trecho da obra já concluído (expostos anteriormente), pois a construção daqueles espigões ocorreram na década de 1940 e 1950, e necessitam de recuperação (aumentando-os) para diminuir o avanço da maré.



Figura 30: O paredão em frente ao porto das jangadas (à esquerda); as jangadas em cima do calçadão da Avenida Costa Oeste (à direita).

Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Em relação à construção do barracão para os pescadores e do galpão para a comercialização dos peixes, os pescadores demonstram revolta quanto ao assunto:

Justamente, esse terreno aí era o que ia ser o barracão e o mercado de peixes, o barracão com os boxes para vender peixe, mas ficou só na conversa, só na planta, até agora não executaram nada, está lá sendo aterro de lixo. Até agora ninguém apareceu aqui, tem a planta lá no Cambeba [Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará], mas vir aqui avisar para a gente o que vai ser feito, quando vai ser feito e como vai ser feito, isso daí não. O projeto é para fazer o barracão para o pescador chegar e vender o peixe dele, mas isso daí ficou só na planta (MARCOS, 2005, informação verbal).

⁵⁸ Entrevista concedida por Marcos, pescador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.



Figura 31: O local destinado para o galpão dos pescadores ocupado pela CAGECE (à esquerda); o terreno atrás da CAGECE sendo ocupado por lixo.

Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Em resposta a este questionamento, o Secretário de Infra-Estrutura da SDLR, declara que “O barracão e o galpão para a venda dos peixes serão construídos juntos, estamos só aguardando a concessão da União para iniciar a obra. O local será o terreno ali em frente ao porto das jangadas” (SILVA, 2005, informação verbal).

Paralelo a isso, o coordenador de Habitação da SDLR, havia mostrado com orgulho a planta dos equipamentos (Figura 32 e 33) destinados aos pescadores a serem construídos ao longo da via:

Aqui é o barracão para as embarcações dos pescadores, e aqui é a venda de peixes e verduras. Aqui mais ampliado, temos o galpão em tamanho maior e as barracas para a venda de peixes e verduras. Voltando aqui à questão do galpão e da venda de peixes e verduras já estão viabilizados os recursos para o plano operativo (PROBLEMAS..., 2004).

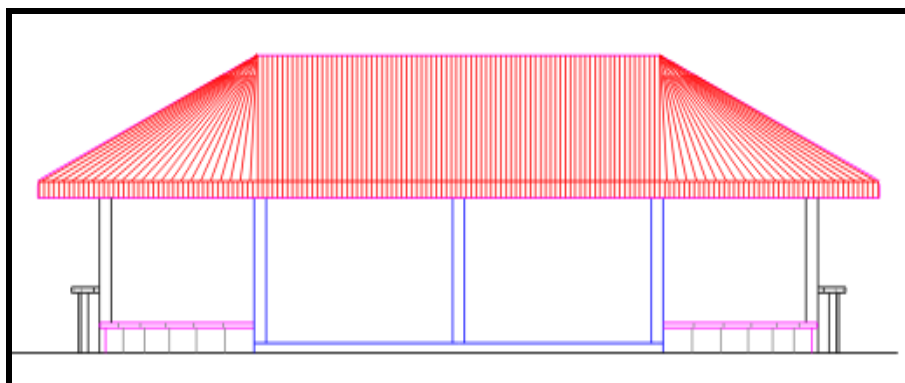


Figura 32: Croqui do galpão dos pescadores.

Fonte: SDLR, 2005.

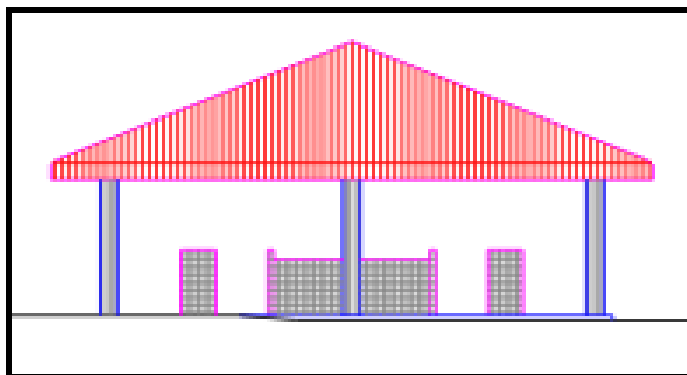


Figura 33: **Croqui dos quiosques para venda de peixes.**

Fonte: SDLR, 2005

Por enquanto, o único barracão construído segundo os barraqueiros, foi um proposto por um membro da MDVGA.

Esse barracão aqui quem fez foi uma moça da associação das Goiabeiras, ela comprou o material com dinheiro estrangeiro e a gente construiu. Ele serve pelo menos para ajear alguma coisa, fazer algum serviço. Agora eu vejo, eles tarem falando aí, que eles estão querendo se organizar e fazer o galpão dali, o porto antigo, para fazer algum trabalho debaixo, alguma coisa (JOSE, 2005, informação verbal).



Figura 34: **O galpão construído pelos pescadores.**

Foto: SANTOS, dezembro de 2005.

Apesar dos problemas ocasionados pelo Projeto Costa Oeste, quando perguntamos a opinião dos pescadores acerca do mesmo, dos dez entrevistados, oito se mostraram favoráveis ao referido projeto por acreditarem no aumento do comércio de peixes. Dentre

estes aponta,os: “*Sou a favor. Vai melhorar para o pescador por que vai vir mais gente para cá comprar peixe*” (JUNIOR, 2005, informação verbal)⁵⁹.

Outra expectativa dos pescadores em relação ao Projeto Costa Oeste é a inserção desses profissionais na atividade turística por meio dos passeios de jangadas com os turistas que visitarão a praia após a conclusão do referido projeto: “*Vai ficar filé. Mais carro, mais turista. Vamos passear com eles no mar*” (LEONARDO, 2005, informação verbal)⁶⁰. A materialização dessas expectativas deverá melhorar a sustentabilidade econômica desses trabalhadores criando novas alternativas de trabalho e renda.

⁵⁹ Entrevista concedida por Junior, pescador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

⁶⁰ Entrevista concedida por Leonardo, pescador do Grande Pirambu, em novembro de 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última década do século XX mostrou que os “ventos sopraram” as políticas públicas em direção à zona oeste de Fortaleza, notadamente, para o Grande Pirambu. O conjunto de projetos efetivados (Ponte sobre o rio Ceará e Projeto Sanear) e em execução (Projeto Costa Oeste) colocou em xeque a antiga ação do poder público favorável à zona leste em detrimento da oeste, mostrando que, na atualidade, todos os espaços litorâneos de Fortaleza são alvo de atenção por parte do poder público.

A intervenção do poder público na área, por meio da implantação de políticas públicas vinculados à atividade turística (Ponte sobre o rio Ceará e Projeto Costa Oeste) coincide com as necessidades imposta pela expansão da atividade turística, ávida por novos espaços litorâneos que atenda aos interesses da reprodução do capital.

Nessa perspectiva, a conclusão da Avenida Costa Oeste visa completar a infraestrutura viária, margeando todos os espaços litorâneos da cidade, objetivando a requalificação urbana da área, e atendendo à necessidade por novos espaços de lazer e moradia à beira-mar, propiciados pelos processos de desterritorialização e reterritorialização do Projeto Costa Oeste.

O processo de desterritorialização e, conseqüentemente, de reterritorialização iniciado no Grande Pirambu, deu-se, notadamente, com a transferência das pessoas para os conjuntos de reassentamentos e/ou pelo processo de indenização, pelo qual as famílias se mudaram para outros bairros da cidade ou permaneceram na área por meio da aquisição de outro imóvel.

Entretanto, salientamos que as colocações feitas pelos reassentados do Projeto Costa Oeste (evidenciadas no capítulo 3) demonstraram que o programa de reassentamento conseguiu atingir, pelo menos para aqueles que optaram pela casa, o objetivo principal de garantir moradia digna aos reassentados, se comparado com as condições das habitações em que estes residiam anteriormente.

Por outro lado, detectamos alguns aspectos contraditórios nos conjuntos de reassentamento. O primeiro é a venda das casas pelos reassentados. Já o segundo diz respeito à satisfação de alguns reassentados na conquista da casa própria, sentindo-se beneficiados com o processo de reterritorialização. Embora essas duas realidades presentes nos conjuntos de reassentamento sejam contraditórias, fazem parte do significado que tem estas casas para as pessoas. Enquanto para alguns dos reassentados, a casa tem um valor de uso; para outros,

a casa é um valor de troca, sendo inclusive um dos mecanismos para conseguir algum valor monetário.

Os pobres não se encontram fora da sociedade capitalista. Pelo contrário, eles se inserem e utilizam várias formas para sobreviver nela. Como reflexo desse processo, além de alguns reassentados que utilizaram as casas de reassentamento como valor de troca, outras pessoas do próprio bairro que não foram contempladas pelo referido projeto e/ou de outras áreas da cidade, se aproveitam dos espaços vazios deixados pelas casas e barracos removidos pelo programa de reassentamento e indenização do Projeto Costa Oeste, e instalam na pretensão de conseguir algum benefício.

As entrevistas com os atores sociais – reassentados, indenizados, barraqueiros, moradores, pescadores e presidente de associações - da área demonstraram a aprovação do Projeto Costa Oeste pela população local, uma vez que, das setenta entrevistas realizadas, 85,8% dos entrevistados colocaram-se favoráveis ao projeto; enquanto 5,7% se manifestaram contrárias e 8,5% colocaram-se nem contra, nem a favor e/ou não souberam opinar.

Esse quadro mostra a confiança que estes atores sociais depositam no Projeto Costa Oeste, enquanto alternativa de melhoria da qualidade de vida, relacionando-o à política de emprego e renda. Para estes, o supracitado projeto propiciará o incremento do comércio, o aumento do fluxo de freqüentadores das barracas de praia e uma possível turistificação da área com novos postos de trabalho.

Em face do exposto, concordamos com as expectativas da população local, pois a pesquisa empírica evidenciou que somente com o primeiro trecho Avenida Costa Oeste, em fase de conclusão, já se torna possível constatar o aumento do fluxo de pessoas e veículos no local, o incremento do comércio e a melhoria na acessibilidade através do transporte coletivo (*topic*) até então inexistente na área.

Percebemos então, que embora a conclusão da Avenida Costa possa atender às expectativas da população local, o seu objetivo central se refere à requalificação urbana do Grande Pirambu e conseqüentemente a sua inserção na dinâmica turística da cidade.

Mas, além da disputa entre o poder público estadual e municipal, as discussões entre técnicos, pessoas da comunidade e uma associação comunitária do Grande Pirambu, contrárias ao Projeto Costa Oeste, chegaram a Procuradoria da República e contribuíram para viabilizar por diversas vezes a paralisação da obra.

Nessa perspectiva, os elementos facilitadores de tais embargos estão centrados em dois aspectos: ambientais e social. Os impactos ambientais negativos (explicitados no capítulo 1) propiciados pela obra, realmente deverão ter uma melhor avaliação e discussão

com o poder público, principalmente, por tratar-se de ambiente ecologicamente instáveis e extremamente frágeis, do ponto de vista morfodinâmico, os quais exigem cuidado especial no intuito de garantir a sustentabilidade econômica dos pescadores e moradores, assim como as potencialidades naturais e paisagísticas da área.

Quanto aos aspectos sociais, embora algumas pessoas apresentem resistência para deixarem suas casas, a pesquisa empírica evidenciou que a maioria da população local se apresenta favorável à obra. Pois a mesma não aceita mais ser vista como “coitadinha”, necessitada de medidas emergenciais, que surgem a cada ano no período das chuvas ou da maré alta, quando os barracos da beira da praia são destruídos. Esta população necessita de uma urbanização efetiva da área e de moradia digna.

Desse modo, o Grande Pirambu torna-se alvo de sucessivas discussões e impasses a respeito destas políticas públicas propagadas constantemente pela mídia local.

São vários os impasses relativos ao Projeto Costa Oeste, tais como: a discussão de qual órgão tinha competência para conceder a licença ambiental da obra: a Semace ou o Ibama?, resultando no seu primeiro embargo. A falta de licenciamento municipal para a edificação do projeto, acarretando segundo embargo. E a falta da concessão da União, levando ao terceiro embargo.

Mas, todos estes aspectos fazem parte da disputa política entre Prefeitura e Governo do Estado, pelo controle da capital cearense. Nesse contexto, o Projeto Costa Oeste vem, desde a aprovação no Coema (2001), até os dias atuais (fase de conclusão do primeiro trecho), sendo alvo desse debate. Isto aponta uma disputa pelas políticas públicas voltadas para os mais nobres recursos naturais da cidade – os espaços litorâneos - , envolvendo os adversários políticos: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB).

Com a disputa acentuada, a Prefeitura reclama que o Governo do Estado atua sobre a competência do Município, com o intuito de avançar eleitoralmente sobre Fortaleza, tendo em vista que a capital cearense foi o principal sustentáculo do PT no Ceará, pois nas eleições municipais de 1992, 1996, 2000 e 2004, o PSDB perdeu com enorme desvantagem em Fortaleza, assim como ocorreu nas eleições estaduais de 1994 e 2002. Já o Governo do Estado alega a ineficiência e falta de ação por parte da Prefeitura.

O fato é que todos os impasses em torno das políticas públicas destinadas ao litoral fortalezense vêm atingindo uma das principais atividades econômicas da capital cearense: o Turismo. Assim, obras associadas à atividade turística como: o *stand* de atendimento ao turista, implantado pelo Governo do Estado, que teria cerca de 200 metros quadrados, acabou

resultando em um pequeno stand, devido a não autorização da Prefeitura. O Projeto Guardiões da Praia que visava à construção de oito torres de vigilância envolvendo o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar ao longo da Praia do Futuro, só foram concluídas três, face à ação da Prefeitura, justificada pela ausência de licença para a instalação dos aparelhos.

A não conclusão e/ou conclusão parcial destas obras irão refletir negativamente na atividade turística desenvolvida na cidade, pois a existência de *stand* bem equipado e espaçoso para informações e esclarecimentos ao turista é algo indispensável no bom relacionamento do destino turístico com seus visitantes. Outro requisito é, a instalação de torres de vigilância na praia mais visitada (Praia do Futuro) pelos turistas em Fortaleza, facilitando o atendimento em casos de acidentes (afogamento) ou assaltos na faixa de praia.

Assim, como os projetos citados anteriormente, o Projeto Costa Oeste também encontra-se no cerne dessa disputa desde o início, sendo construído ao longo desses anos por meio de concessões temporárias da União sobre o território, a fim de que a obra seja concluída. Mas, na atualidade, a situação encontra-se tão desgastada que o próprio Governador do Estado, já chegou a declarar nos meios de comunicação que se a Prefeitura desejasse ficar com o Projeto Costa Oeste, o Estado passaria para a mesma.

Mas, não é só o Turismo, uma das áreas que mais promovem emprego e renda na capital cearense, que vem sendo prejudicada com essa disputa política partidária. Existe ainda a população local que depende desta atividade econômica, e mais ainda, aqueles que residem nas áreas onde estão sendo implementadas as políticas públicas em disputa, no caso em especial, a população do Grande Pirambu, em decorrência da implantação do Projeto Costa Oeste.

Os moradores do Grande Pirambu encontram-se inquietos e angustiados com a construção da Avenida Costa Oeste, que se arrasta há quatro anos (2002-2006), dividindo a população, algumas pessoas declarando-se favoráveis e outras contrárias ao referido projeto. Mas a situação tornou-se insustentável mesmo, após a demolição de três casas que estavam sob *judíce* devido ao valor da indenização. Um oficial da justiça esteve na área, munido de uma decisão judicial, desalojando imediatamente as três famílias, as quais sem terem para onde ir, uns alojaram-se na casa de amigos e outras na casa da senhora Íris, líder comunitária da área já evidenciada no capítulo três.

Desse modo, a população do Grande Pirambu encontra-se em situação bastante delicada com a paralisação da obra. As pessoas começam a perder as esperanças de uma efetiva urbanização da área. E o pior: não conseguem realizar atividades diárias, tendo em vista o acúmulo de materiais de construção em frente às residências, o trecho concluído

totalmente sem iluminação; e ainda a poeira e as doenças causadas pelo transporte de sedimentos (areia) para as casas, existentes no trecho em construção.

Assim, sem uma tomada de posição política-partidária, sugerimos uma intervenção pra os rumos do Projeto Costa Oeste, por parte do poder público tanto municipal quanto estadual, respeitando a legislação, e mais ainda, os direitos dos cidadãos. Isso porque o significado do poder de representação transferido aos políticos por parte dos cidadãos está no sentido do bem-estar coletivo, da população.

Além do mais, os impasses do Projeto Costa Oeste vem ocasionando prejuízo para os cofres públicos, pois, inicialmente o gasto com o projeto estava avaliado em R\$ 38 milhões, o que na atualidade, chega em torno de R\$ 60 milhões.

Por fim, os caminhos que podemos indicar ao final desta pesquisa é que o Projeto Costa Oeste representa, para a população do Grande Pirambu, uma alternativa de vida mais digna e de esperança de um futuro melhor, baseado na geração de emprego e renda que este poderia lhe proporcionar. Nessa perspectiva, interrogamos: quando chegará o fim dos impasses do Projeto Costa Oeste? Até quando os interesses políticos partidários estarão acima dos direitos dos cidadãos? Quando a Avenida Costa Oeste deixará de ser notícia de jornal para torna-se realidade?

Estes são questionamentos postos para indicar, quem sabe, pesquisas futuras, após a concretização do projeto em foco.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Turismo no Ceará: reflexões sobre o processo e implicações para o litoral cearense. **Caderno Norte Rio-Grandense de Temas Geográficos**. Natal: UFRN/CCHLA/DGE, 1994.

_____. Do Estado e do local: as controvérsias da política de turismo no Estado do Ceará. **Vivência**. Natal: UFRN, v.10, n.1, 1996.

_____. Turistificação – os novos atores e imagens do litoral cearense. VI Encontro Regional de Estudos Geográficos: **Nordeste: Turismo, Meio ambiente e Globalização**. Associação dos Geógrafos Brasileiros/Neo Planos: João Pessoa/Recife, Julho de 1997.

ALMEIDA, Maria Geralda & COSTA, Maria Clélia Lustosa. Trabalho e Turismo: território e cultura em mutação na Beira Mar em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide (Org.). **Turismo com Ética**. 1998.

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará. In: SOUZA, Simone de. (Coord.). **História do Ceará**. 4 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 121- 128.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (org). **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998.

ARAGÃO, Raimundo Freitas. **Das Práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/CE**. Fortaleza - Ce, 2005. Dissertação (Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFC, Fortaleza.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

ATA da 94º Reunião Ordinária do COEMA. Fortaleza, set. 2001.

ATA da Audiência Pública, Comissão dos Direitos Humanos. Fortaleza, jun. 2002.

BARREIRA, Irys Alencar Firmo. **O Reverso das vitrines** – Conflitos e Cultura Política. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARROSO, Gustavo. **Mississipi**. Fortaleza: Editora UFC, 1996.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Nobel, 1988.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A emergência de Fortaleza como metrópole periférica: segregação e terceirização** – Rio de Janeiro, 2003 (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BECKER, Bertha K. **A geografia e o resgate da geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia: reflexões sobre a geografia. Rio de Janeiro, v.50, n.esp. p.99-128, 1998.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação da Liberdade/ FAPESP, 1998.

BRAGA, Elza Maria Franco. **Os labirintos da habitação popular**: conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Natureza do espaço fragmentado**. In: CARLOS, A. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARTAXO diz que área passará por requalificação urbana. **O Povo**. Fortaleza, mai. 1998.

CASTRO, Iná Elias de. “Seca Versus Seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste”. In: Castro, Iná Elias et al. (org), **Brasil questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CEARÁ. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE (SDU); COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB). **Programa de Recuperação e Complementação do Sistema Viário Básico da Costa Oeste**. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – Volume II. Fortaleza: 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar / Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

COEMA define novos rumos da Costa Oeste. **O Povo**. Fortaleza, set.2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (org). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998.

_____. **O Espaço urbano.** 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000:** Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza. Tese de Mestrado. São Paulo: FFLCH, 1988.

_____. Urbanização da Sociedade Cearense. In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F. (Org.) **O Espaço no fim do século: uma nova raridade.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

COSTA, Maria Gonçalves; MONTEIRO, Ângela Maria Ferreira. **Historiando o Pirambu.** Fortaleza: Seriartes Edições, 1995.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Megaprojetos do Nordeste: reflexões acerca de um modelo internacional de urbanização turística do litoral. In VI Encontro Regional de Estudos Geográficos. **Nordeste: turismo, meio ambiente e globalização.** Associação dos Geógrafos Brasileiros/ Neo Planos: João Pessoa/Recife, Julho de 1997.

_____. Políticas de Turismo e Construção do Espaço Turístico – Litorâneo no Nordeste do Brasil. In LEMOS, Amália Inês G. de (org). **Turismo – impactos sócio-ambientais.** São Paulo. Ed. Hucitec, 1999.

_____. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2001.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista:** estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

_____. **O Mar e o marítimo nos Trópicos,** GEOUSP, n.15. São Paulo:USP, 2004.

DIÁRIO Oficial da União – **Decreto n. 1.058 de 24 de maio de 1962.** Desapropriação de terras no Pirambu. Separata da Revista do Instituto do Ceará, 1986.

DUNAS móveis – Moradores convivem com o perigo. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, jan. 2003.

EMBRATUR/FIPE. **Estudo do mercado interno de turismo – 2001.** Brasília, [2002]. Disponível em <www.embratur.gov.br/estatística> Acesso em 15 de junho de 2002.

ESTADO vai recorrer contra o embargo. **Diário do Nordeste,** Fortaleza, dez. 2005.

FAMÍLIAS reclamam das indenizações. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, dez. 2005.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, políticas de turismo e competitividade.** Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Fortaleza, 2000.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1971.

_____. “Interpretação de Fortaleza”. In: MIRANDA, Ubatuva de et al. **Retrato de Fortaleza**. Fortaleza, Editora: Instituto do Ceará, 1954.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **O conceito de território na trajetória do pensamento geográfico**. Revista Sociedade e Território. Natal, v.13, n.2, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Inventário de Fortaleza**. Fortaleza, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SETUR, **O Turismo: política estratégica para o desenvolvimento sustentável do Ceará (1995-2020)**. Fortaleza, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, **Plano de Mudanças**. Fortaleza, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SDLR, **Projeto Costa Oeste**. Fortaleza, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SDLR, **Projeto Costa Oeste**. Fortaleza, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/ SEINFRA – **Programa de Infra-Estrutura Básica Saneamento de Fortaleza** – SANEFOR/SANEAR. Volume III – Sub-Programa de Esgotamento Sanitário, Fortaleza, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SEINFRA, **Projeto Costa Oeste**. Fortaleza, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SEPLAN. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará** – Governo Tasso Jereissati: 1995-1998, Fortaleza, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUSF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **A Justiça social e a Cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HERCULANO, Selene C. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. In: HERCULANO, Selene C.; PORTO, Marcelo F. de Souza; FREITAS, Carlos M. de.(org.). **Qualidade de vida & riscos ambientais**. Niterói: Ed. UFF, 2000. p. 219-245.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Governo do Estado do Ceará – **As migrações para Fortaleza**. Fortaleza – Ceará – Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

KNAFOU, Rémy. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: ADYR, A. B. (org). **Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.62-74.

LEFEBVRE, Henri. **La producion de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflitos e hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal: Por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem sal**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B; MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MORADORES da Leste Oeste denunciam indenizações. **O Povo**. Fortaleza, out. 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINISTRO promete acompanhar o desenvolvimento sustentável. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, jun. 2003.

NA MIRA do mercado imobiliário. **O Povo**, Fortaleza, out. 2004.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Niterói, 1998 (Tese de Doutorado – UFF).

NOVA zona especulativa. **O Povo**. Fortaleza, set. 2001.

O Pirambu: 30 mil habitantes abandonados à própria sorte. Fortaleza: **O Democrata**, 1958.

POÇO da Draga receberá megaprojeto. **Jornal O Povo**. Fortaleza, dez. 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993.

PREFEITURA interdita a construção da Avenida Costa Oeste. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, dez. 2005.

PROBLEMAS e Potenciais da Barra do Ceará. **O Povo**, Fortaleza, out. 2004.

PROJETO de Urbanização da Barra do Ceará. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, dez. 1997.

PROJETOS para Barra são questionados. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, abr. 1998.

REBOUÇAS, Osmund et al. **Gestão Compartilhada – O Pacto do Ceará**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1994.

RIOS, Kênia Rios. **Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROCHA JUNIOR, Martins da. **O Mar e a Expansão Urbana de Fortaleza**. Fortaleza:1984 (monografia).

_____. **O Turismo globalizado e as transformações urbanas do litoral de Fortaleza**. Arquitetura e Estetização na Praia de Iracema. Fortaleza - Ce, 2000 Dissertação (Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFC, Fortaleza.

RODRIGUES, Arlete Moisés. **A Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. “Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística”. In: **Turismo e desenvolvimento local**. Adyr Balesterri Rodrigues (org). São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SALES, Vanda de Claudino. Sistemas Naturais e Degradação Sócio-Ambiental no Estado do Ceará. In: **Diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil**. Fortaleza: Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre meio ambiente e desenvolvimento, 1993. p. 09-36.

SANTOS, Elionai Niraci dos. **Praia da Barra do Ceará: lazer e exclusão**. 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **Projeto Sanear e Projeto Costa Oeste: Políticas Públicas** na tentativa de valorização do Grande Pirambu. 2004. 56f. Monografia (Bacharelado em Geografia – Habilitação em Estudos Geográficos e Regionais), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da & CAVALCANTE, Tércia Correia. **Atlas Escolar, Ceará: Espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2004.

SOUZA, Maria Salete de. **Fortaleza – Uma Análise da Estrutura Urbana**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos - UFC, Fortaleza, 1978.

_____. **Meio ambiente urbano e saneamento básico**. In: Mercator - Revista de Geografia da UFC - ano I – n 01, 2002.

STJ DERRUBA liminar que impedia a construção da via. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, set. 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Entendendo o papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade**. [S.l.:s.n], s.d.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B; MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VIAGEM e turismo: Ceará e Fortaleza em terceiro lugar. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, nov. 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICE



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Moradores da Faixa de Praia do Grande Pirambu

Dados Gerais

- a) Data: __/__/__
- b) Nome: _____
- c) Local de Nascimento: _____ Idade: _____ Anos
- d) Sexo: Masculino Feminino
- e) Estado Civil: Casado Solteiro Viúvo Outros
- f) Número de filhos: _____ Filhos em idade escolar: _____
- g) Profissão: _____
- h) Bairro: _____
- i) Tempo de moradia em Fortaleza: _____ Tempo de moradia no bairro: _____

Dados do Domicílio e Infra-Estrutura:

- a) **A casa:** Própria Alugada Financiada (Se for financiada, por quem?): _____
- b) **A construção:** COHAB Mutirão Autoconstrução Adquirida construída
- c) **Tipologia:** Alvenaria Tijolo sem acabamento Taipa Madeir Outros
- d) **Esgotamento Sanitário:** Esgoto Fossa Séptica Fossa Negra Não ten
- e) **Abastecimento d'água:** CAGECE Cacimba Cisterna Poço Bomb
- f) **Lixo:** Coleta da Prefeitura Terreno Baldio Joga na praia Enterra Queim

01 – Por que o senhor veio morar neste bairro? O Senhor(a) gosta de morar aqui? Por quê?

02 - Qual a sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste? O Senhor(a) é contra ou a favor do Projeto Costa Oeste? E por que?

03 – O Senhor(a) acha que ocorreu alguma mudança no bairro após o início da construção da Avenida Costa Oeste? Na sua opinião essas mudanças foram boas ou ruins? Por que?

04 - Ficou mais fácil vender casas aqui do bairro depois do início da construção da Avenida Costa Oeste? O senhor(a) conhece alguém que já vendeu a casa ao longo da via depois do início da construção da Avenida? Surgiu alguém interessado em comprar a casa do Senhor(a)?

05 – O que o Senhor(a) acha que irá acontecer com esta área depois que a Avenida Costa Oeste for terminada? O Senhor(a) acha isso bom ou ruim? Por que?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Pescadores do Grande Pirambu

Dados Gerais

- a) Data: __/__/__
- b) Nome: _____
- c) Local de Nascimento: _____ Idade: _____ Anos
- d) Sexo: Masculino Feminino
- e) Estado Civil: Casado Solteiro Viúvo Outros
- f) Número de filhos: _____ Filhos em idade escolar: _____
- g) Profissão: _____
- h) Bairro: _____
- i) Tempo de moradia em Fortaleza: _____ Tempo de moradia no bairro: _____

Dados do Domicílio e Infra-Estrutura:

- a) **A casa:** Própria Alugada Financiada (Se for financiada, por quem?): _____
- b) **A construção:** COHAB Mutirão Autoconstrução Adquirida construída
- c) **Tipologia:** Alvenaria Tijolo sem acabamento Taipa Madeira Outros
- d) **Esgotamento Sanitário:** Esgoto Fossa Séptica Fossa Negra Não tem
- e) **Abastecimento d'água:** CAGECE Cacimba Cisterna Poço Bomb
- f) **Lixo:** Coleta da Prefeitura Terreno Baldio Joga na praia Enterra Queim

01 - O Senhor sempre trabalhou como pescador? Se a resposta for não, a quanto tempo o ser trabalhar como pescador?

02 - Qual a sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste? O Senhor é contra ou a favor do Projeto Costa Oeste? E por que?

03 - O início da construção da Avenida Costa Oeste trouxe alguma dificuldade para o senhor realizar o seu trabalho? Quais foram?

04 - O Senhor acha que vai melhorar ou piorar a situação de vocês (os pescadores) depois da conclusão da Avenida Costa Oeste? Por que?

05 - O Senhor já ouviu falar da construção do barracão para os pescadores e do galpão para a venda dos peixes? Qual a sua opinião sobre a construção desses equipamentos?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Barraqueiros da Faixa de Praia do Grande Pirambu

Dados Gerais

- a) Data: __/__/__
- b) Nome: _____
- c) Local de Nascimento: _____ Idade: _____ Anos
- d) Sexo: Masculino Feminino
- e) Estado Civil: Casado Solteiro Viúvo Outros
- f) Número de filhos: _____ Filhos em idade escolar: _____
- g) Profissão: _____
- h) Bairro: _____
- i) Tempo de moradia em Fortaleza: _____ Tempo de moradia no bairro: _____

Dados do Domicílio e Infra-Estrutura:

- a) **A casa:** Própria Alugada Financiada (Se for financiada, por quem?): _____
- b) **A construção:** COHAB Mutirão Autoconstrução Adquirida construída
- c) **Tipologia:** Alvenaria Tijolo sem acabamento Taipa Madeira Outros
- d) **Esgotamento Sanitário:** Esgoto Fossa Séptica Fossa Negra Não tem
- e) **Abastecimento d'água:** CAGECE Cacimba Cisterna Poço Bomb
- f) **Lixo:** Coleta da Prefeitura Terreno Baldio Joga na praia Enterra Queim

01 – Por que o Senhor(a) resolveu ser barraqueiro? Quanto tempo o Senhor trabalha aqui como Barraqueiro? Essa barraca é própria? Caso não seja própria qual a forma de acesso a barraca.

02 - Quais os dias de maior movimento aqui na praia? As pessoas que freqüentam aqui são de onde?

03 - Qual a sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste? O Senhor(a) é contra ou a favor da Av. Costa Oeste? E por que?

04 - Como estão as negociações sobre a construção das novas barracas? O Senhor terá direito as novas barracas? Por que?

05– O senhor participa da Associação dos Barraqueiros? Por que?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Indenizados pelo Projeto Costa Oeste

Dados Gerais

- a) Data: __/__/__
- b) Nome: _____
- c) Local de Nascimento: _____ Idade: _____ Anos
- d) Sexo: Masculino Feminino
- e) Estado Civil: Casado Solteiro Viúvo Outros
- f) Número de filhos: _____ Filhos em idade escolar: _____
- g) Profissão: _____
- h) Bairro: _____
- i) Tempo de moradia em Fortaleza: _____ Tempo de moradia no bairro: _____

Dados do Domicílio e Infra-Estrutura:

- a) **A casa:** Própria Alugada Financiada (Se for financiada, por quem?): _____
- b) **A construção:** COHAB Mutirão Autoconstrução Adquirida construída
- c) **Tipologia:** Alvenaria Tijolo sem acabamento Taipa Madeira Outros
- d) **Esgotamento Sanitário:** Esgoto Fossa Séptica Fossa Negra Não tem
- e) **Abastecimento d'água:** CAGECE Cacimba Cisterna Poço Bomb
- f) **Lixo:** Coleta da Prefeitura Terreno Baldio Joga na praia Enterra Queima

01 - Qual a sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste? O Senhor(a) é contra ou a favor do Projeto Costa Oeste? E por que?

02 - Por que o Senhor(a) optou pela indenização ao invés da casa de reassentamento?

03 - Quanto o Senhor(a) vai receber de indenização? O Senhor(a) já sabe onde vai morar? O Senhor(a) vai comprar ou alugar outra casa? A onde?

04 - Em relação ao trabalho, a Senhor(a) vai mudar de emprego? Como vai ser?

05 - O senhor(a) gosta de morar aqui? Por quê?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Reassentados do Projeto Costa Oeste

Dados Gerais

- a) Data: __/__/__
- b) Nome: _____
- c) Local de Nascimento: _____ Idade: _____ Anos
- d) Sexo: Masculino Feminino
- e) Estado Civil: Casado Solteiro Viúvo Outros
- f) Número de filhos: _____ Filhos em idade escolar: _____
- g) Profissão: _____
- h) Bairro que morava anteriormente: _____ Quanto tempo morou lá: _____
- i) A casa anterior era: Própria De Parentes Alugada De amigo
- j) Nome do conjunto de reassentamento: _____ Tempo de moradia no conjunto: _____

Dados do Domicílio e Infra-Estrutura:

- a) **A construção do conjunto de reassentamento:** Mutirão Construtora
- c) **A casa no ato da entrega:** Com acabamento completo Sem acabamento + os itens do banheiro Sem acabamento e sem os itens do banheiro
- d) **Esgotamento Sanitário:** Esgoto Fossa Séptica Fossa Negra Não tem
- e) **Abastecimento d'água:** CAGECE Cacimba Cisterna Poço Bomba
- f) **Lixo:** Coleta da Prefeitura Terreno Baldio Joga na praia Enterra Queima

01 - Qual a sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste? O Senhor(a) é contra ou a favor do Projeto Costa Oeste? E por que?

02 - Por que o Senhor(a) está morando neste conjunto? Por que o Senhor(a) escolheu a casa de reassentamento ao invés da indenização?

03 - Quando o Senhor(a) mudou-se para esse conjunto? Quando o Senhor(a) chegou aqui teve algum problema de preconceito com a vizinhança que já morava aqui antes? Quais?

04 - O Senhor(a) continua trabalhando no mesmo local de antes? Caso não, aonde o Senhor(a) trabalha atualmente e de quê?

05 - O que melhorou ou piorou para o senhor(a) depois que veio morar aqui? Por quê?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS BARRAQUEIROS

Data: 15/11/2005

Nome: Jose Fernando Pereira Lima

1. Quantos barraqueiros existem na área atualmente?
2. Quantos barraqueiros já foram indenizados pelo projeto costa oeste?
3. Quantos barraqueiros participam da associação?
4. A Associação tem sede própria?
5. Quais são as ações da associação?
6. Como está a negociação acerca das novas barracas a serem construídas pelo Projeto Costa Oeste?
7. Quais serão os critérios?
8. Qual a sua opinião sobre o Projeto Costa Oeste? O senhor é contra ou a favor? E por que?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

PODER PÚBLICO – SDLR

Data: 22/11/2005

Nome: José Diógenes da Silva

Cargo: Secretário de Infra-Estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR)

1. Quantos metros de via já fora concluída?
2. No projeto anterior seria 1.363 famílias reassentadas e 1.082 indenizadas no total de 2.445. Por que aumentou para 4.901 o número de pessoas beneficiadas com o projeto?
3. Quantas famílias foram indenizadas no total?
4. E destas quantos barraqueiros foram indenizados?
5. Quais serão os critérios para os antigos barraqueiros terem direito as novas barracas?
6. Existe alguma previsão de quando iniciará a construção das novas barracas?
7. Quantas famílias foram reassentadas?
8. Por que os próximos conjuntos de reassentamento serão apartamentos e não casas como os anteriores?
9. Por que o tamanho dos apartamentos serão maiores do que das casas?
10. Existe uma prática nos conjuntos de reassentamento – que é a venda das casas pelos reassentados. O senhor sabe quantas famílias receberam a casa de reassentamento e depois venderam?
11. E aqueles que venderam a casa e voltaram para a área, quando a obra chegar no local, o que será feito?
12. Existe alguma previsão de quando serão construídos o barracão dos pescadores e o galpão de venda de peixes? Onde serão construídos esses equipamentos?
13. Quando será feito o prolongamento do espigão em frente ao porto das Jangadas?
14. Como estão as questões relacionadas ao embargo da Avenida Costa Oeste?

Anexo



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
4ª VARA**

Ação Civil Pública – Classe 05000

Autos nº 2002.81.00.015420-2

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Réu: ESTADO DO CEARÁ, SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMACE E INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

DECISÃO LIMINAR

Ementa: AMBIENTAL. PROJETO COSTA OESTE. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DA OBRA E NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. CONCESSÃO DA LIMINAR.

1. O licenciamento ambiental e a execução da obra do Projeto Costa Oeste contêm fortes indícios de irregularidades, como, por exemplo, ausência de licenciamento ambiental por parte do IBAMA, ausência de cessão do terreno de marinha ao Estado do Ceará, utilização de areia da praia na obra, inexecução do plano de remanejamento e reassentamento das famílias atingidas pela obra, ausência de pagamento da justa indenização nas desapropriações, entre outros.

2. O princípio constitucional da necessidade de prévio estudo de impacto ambiental (art. 225, inc. IV, da CF/88), a regra constitucional que reconhece os terrenos de marinha como bens da União (art. 20, inc. VII, da CF/88), o direito fundamental à moradia (art. 6º, da CF/88)

e da justa e prévia indenização para desapropriação (art. 5º, inc. XXIV, da CF/88) e, por fim, o princípio ambiental da precaução (princípio 15, da Declaração do Rio de Janeiro de 1992) recomendam a suspensão da obra até que se regularizem os problemas apontados.

3. Concessão da liminar.

1. Relatório

Cuida-se de ação civil pública em que o Ministério Público Federal pede medida liminar para paralisar as obras de construção do programa de Recuperação e Complementação do Sistema Viário Costa Oeste, realizado pelo Estado do Ceará.

Diz o Ministério Público Federal que a licença ambiental concedida pela SEMACE é completamente nula, por absoluto vício de competência. Por essa razão, pede que seja determinada a imediata obrigação de fazer ao IBAMA, no sentido de assumir o licenciamento ambiental da obra supracitada, renovando as fases do licenciamento e, se for o caso, conceder a respectiva licença ambiental.

Alternativamente, requer a imposição ao Estado do Ceará da obrigação de fazer e de não fazer no sentido de: a) adiar a demolição das residências previstas no projeto até a completa transferência dos moradores para suas novas casas; b) não utilizar a areia da praia na construção da obra; c) repor a areia da praia a fim de evitar a erosão, entre outras obrigações.

Por fim, vem o Ministério Público Federal (fls. 203/208) informar a este juízo que a União ainda não realizou a cessão de seus bens ao Estado do Ceará para a construção do Projeto Costa Oeste. Informa que o pedido do Estado do Ceará somente foi protocolado na Gerência do Patrimônio da União no Ceará no último dia 8 de outubro de 2002, posteriormente, portanto, ao início das obras.

O IBAMA (fls. 211/214) vem afirmar que, por se tratar de licenciamento ambiental de obra em terreno de marinha, conforme reconhecido em vistoria realizada (fls. 215/219), a competência para emitir o licenciamento ambiental seria realmente sua. Requer, por isso, sua exclusão do pólo passivo da demanda e sua inclusão no feito na qualidade de litisconsorte do autor.

Por sua vez, alega o Estado do Ceará (fls. 220/229), em síntese, que a SEMACE possui competência para conceder o licenciamento ambiental para a obra em referência, em razão da competência concorrente que a CF/88 conferiu à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre proteção ao meio ambiente e controle da poluição. Alega, ainda, que a obra está de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental.

Finalmente, a SEMACE (fls. 230/250) defende sua competência licenciadora e a regularidade da obra, eis que realizada em atenção ao Estudo de Impacto Ambiental.

É, em síntese, o relatório. Passo a decidir o pedido liminar.

2. Fundamentação e decisão

Inicialmente, defiro o pedido do IBAMA de fls. 214, determinando a sua exclusão do pólo passivo da ação e autorizando o seu ingresso como litisconsorte ativo, uma vez que ele próprio (IBAMA) reconhece que é sua a competência para conceder o licenciamento ambiental no presente caso.

Numa análise preliminar dos argumentos defendidos pelas partes, observo que há sérios indícios de irregularidades no licenciamento ambiental do chamado Projeto Costa Oeste e na própria execução da referida obra.

Primeiramente, conforme constatou o IBAMA (vistoria de fls. 215/216), *“a obra se encontra em fase de implementação, parcialmente situada na zona de berma a menos de 30 metros da zona de arrebentação, chegando a cerca de 5 metros, **portanto em terras de Marinha**”*. Veja-se que o próprio Estado do Ceará reconhece que se

trata de terreno de marinha, tanto que somente estão sendo pagas, a título de indenização dos moradores da área, os valores correspondentes às benfeitorias, excluídos os valores dos terrenos.

Desse modo, tratando-se de área pertencente à União, com impactos ambientais (positivos e negativos), a competência para conceder o licenciamento ambiental parece ser do IBAMA (autarquia federal) e não da SEMACE (autarquia estadual).

Em segundo lugar, conforme ofício da Secretaria do Patrimônio da União, “*se a União Federal efetivou a cessão para o Estado do Ceará, da área em que está sendo construído o projeto de reurbanização denominado ‘Costa Oeste’, no bairro Pirambu, em Fortaleza, informamos a Vossa Senhoria que **a cessão da referida área não foi efetivada***” (fls. 209).

Como se vê, o Estado do Ceará deu início a obras em área pertencente à União sem obter a necessária cessão da respectiva área, somente vindo a protocolar o pedido de cessão após o início das obras, o que constitui um sério indício de irregularidade, pois o Estado do Ceará deveria ter requerido a cessão da área, cujo domínio pertence à União, com a respectiva cessão da Secretaria do Patrimônio da União.

Além disso, a própria execução da obra, conforme relatou o Ministério Público Federal, não estaria observando os termos do licenciamento concedido pela SEMACE, pois o Estado do Ceará estaria descumprindo o plano de remanejamento e reassentamento das comunidades atingidas pela obra.

Acrescente-se a isso o parecer técnico apresentado pelo Professor Doutor Jeovah Meireles indicando que a obra estaria sendo realizada em contrariedade aos termos do licenciamento e estudo de impacto ambiental, ocasionando danos aos moradores do local e ao ambiente, pois está sendo utilizada área das praias para a construção das vias (confirmam-se as fotos de fls. 147).

Desse modo, considerando os sérios indícios de irregularidade na obra (plausibilidade da tese jurídica do autor), bem como a presença do perigo na demora, já que as obras já se iniciaram e

estão causando danos ambientais, reconheço a presença dos requisitos para a concessão da liminar, prestigiando o princípio constitucional da necessidade de prévio estudo de impacto ambiental (art. 225, inc. IV, da CF/88), a regra também constitucional que reconhece os terrenos da marinha como bens da União (art. 20, inc. VII, da CF/88), o direito fundamental à moradia (art. 6º, da CF/88) e da justa e prévia indenização para desapropriação (art. 5º, inc. XXIV, da CF/88) e, por fim, o princípio ambiental da precaução (princípio 15, da Declaração do Rio de Janeiro de 1992).

3. Dispositivo

3.1. Ante o exposto, **CONCEDO A LIMINAR** para determinar (a) a imediata paralisação das obras de construção do programa de Recuperação e Complementação do sistema Viário Costa Oeste, realizado pelo Estado do Ceará, em face da possível nulidade da licença ambiental concedida pela SEMACE e (b) a suspensão dos efeitos do licenciamento ambiental realizado pela SEMACE para as obras do projeto em questão.

3.2. Considerando que o próprio IBAMA reconhece que é sua a competência para conceder o licenciamento da referida obra, já que se trata de impacto ambiental em terreno de marinha, determino que o IBAMA assuma o licenciamento ambiental da obra, renovando todas as fases do procedimento administrativo de licenciamento ambiental e emitindo, ao final, se for caso, a devida licença ambiental.

3.3. **INTIMEM-SE** para ciência e cumprimento.

3.4. Na mesma oportunidade, **CITEM-SE** os réus para, querendo, apresentar contestação no prazo legal, ocasião em que deverão dizer, motivadamente, quais provas pretendem produzir ou, do contrário, requererem o julgamento antecipado da lide. Determino que os réus, quando da apresentação da peça contestatória, tragam aos autos todo e qualquer registro que possuam, relativos ao objeto do presente litígio, com o fim de facilitar o trabalho judicante, sob pena de preclusão.

3.5. Expedientes necessários.

Fortaleza, 19 de Novembro de 2002.

GEORGE MARMELSTEIN LIMA
Juiz Federal Substituto da 4ª Vara.

PARA ONDE SOPRAM OS VENTOS:
políticas públicas de turismo no Grande Pirambu/
Fortaleza/CE.



Maria Francineila Pinheiro dos Santos

NATAL/RN
2006